

# CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2024

NÚMERO 22.556 • 34 PÁGINAS • R\$ 4,00

## Mobilização e pressão travam os cortes nas verbas do FCDF

Numa vitória das forças políticas do Distrito Federal, a ameaça de redução nos repasses da União à capital, por meio do Fundo Constitucional, foram rechaçadas, ontem, no Congresso Nacional. Após ampla negociação, o deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL), relator

do projeto de lei enviado pelo governo federal para reduzir gastos públicos, retirou do texto a proposta de mudança nos cálculos do reajuste do FCDF. A alteração pedida pelo Ministério da Fazenda poderia causar perdas de R\$ 800 milhões por ano a áreas mantidas pelo

fundo: segurança, saúde e educação. A sessão que avalia a matéria foi suspensa no fim da noite desta quarta-feira e será retomada hoje. “É o melhor para a capital da República e para todo o Brasil”, comemorou o governador Ibaneis Rocha. “Foi uma vitória coletiva. Agradeço ao

MDB, em nome do líder Isnaldo e a todos os líderes que acordaram (em nosso favor)”, reforçou a vice-governadora, Celina Leão. Em dia de muita tensão, principalmente pelos efeitos da disparada do dólar, os deputados discutiram uma pauta marcada por temas econômicos.



Celina Leão

### A importância de Brasília para a democracia

Num dia decisivo da história do Distrito Federal, o **Correio** reuniu autoridades, parlamentares, juristas, empresários e especialistas para debater a importância do Fundo Constitucional para a capital da República. “Brasília é a guardiã da democracia, que faz a segurança de todos os Poderes e das embaixadas”, disse a vice-governadora Celina Leão em seu discurso no evento **CB Debate**: Entre os Eixos do DF. Os demais convidados acompanharam a preocupação de Celina com as constantes ameaças de redução dos recursos repassados pela União. “Atacar o FCDF é atacar a democracia”, exaltou o presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB).

Na abertura, o presidente do **Correio**, Guilherme Machado, defendeu a mobilização dos brasilienses: “Não vamos nos calar até extinguir todas as tentativas de cortar o FCDF. O recurso não pode ser alterado”.

Fotos: Minervino Junior/CB/D.A.Press



Everardo Maciel discursa no evento, mediado pelos jornalistas Ana Maria Campos (E) e Carlos Alexandre de Souza (D)



Wellington Luiz



Sandro Avelar



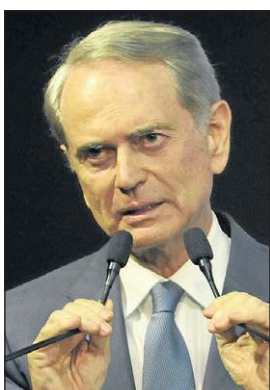
Georges Seigneur



Paulo Siqueira



Maria Abadia



Paulo Octávio



André Clemente



Everardo Maciel



Roberto Botelho



José Aparecido



João Souto



Cláudia Alcântara



Daniel Carvalho

PÁGINAS 2, 3, 7, 8, 13 A 17. EIXO CAPITAL, 18

### O mundo aos pés do Real

Depois de ganhar o Fifa The Best, Vinicius Junior brinda time espanhol com nono título da Copa Intercontinental. Número 1 dá passe para Mbappé e faz gol de pênalti.

PÁGINA 19

#### ARTIGO

Raul Jungmann: “Nós, o Congresso e os militares”

PÁGINA 11

Patricia Lerra/Divulgação



### A emoção de celebrar Chatô

Espectáculo Chatô e os Diários Associados — 100 anos de uma paixão, no Rio, marca o centenário do grupo de comunicação.

PÁGINA 6

Pedro Ibarra/CB/D.A.Press



### A cultura renasce na Martins Pena

Sob a regência do maestro Cláudio Cohen, a música reabriu a Sala Martins Pena. “A Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro está de volta à sua casa”, disse Cohen. Após 10 anos fechada, o espaço reabriu, com uma plateia formada por operários que trabalharam na reforma.

PÁGINA 19. ARTIGO / CELINA LEÃO: “O TEATRO NACIONAL E O REENCONTRO COM A ALMA CULTURAL DE BRASÍLIA”

### Direito & Justiça

#### A emblemática prisão do general

Suspeito de tramar um golpe de estado, Braga Netto foi levado para a cadeia, por ordem do STF, por supostamente tentar obstruir investigações.

#### Perfil

A trajetória de vida e a carreira de sucesso da advogada negra Silvia Souza



ISSN 1808-2661  
9 771808 266059

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br

GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846



## PODER

# Câmara adia para hoje votação de ajuste fiscal

Sem votos para aprovar PEC e projeto de lei, Lira transfere para esta quinta-feira a apreciação das propostas em plenário

» ISRAEL MEDEIROS

Depois de um dia intenso de debates e articulações, a Câmara encerrou o expediente, ontem, sem votar os dois últimos textos do pacote de corte de gastos do governo. Até terça-feira, o combinado entre o governo e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), era apreciar primeiro o PLP 210, que, entre outras coisas, previa o bloqueio de emendas parlamentares. O projeto foi aprovado. Em seguida, iria o PL 4.614, que tem os pontos de maior divergência, como as mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no Fundo Constitucional do Distrito Federal. Por último, votar a PEC 45 de 2024, que foi apensada à PEC 31 de 2007 para tramitar mais rápido.

Com a dificuldade de se chegar a um acordo sobre o BPC, o Fundo Constitucional e o Proagro, Lira colocou a PEC para votar antes do PL. Leu uma decisão no plenário justificando o apensamento do texto e rejeitou sistematicamente as questões de ordem (quando deputados apontam eventuais problemas ou descumprimentos ao rito de tramitação e de votação) levantadas por parlamentares da oposição para tentar barrar a votação do pacote de gastos.

Ficou claro, ao longo das votações "prévias" — houve uma apreciação de retirada de pauta, outra que pedia o fim da discussão e uma terceira, que votava a preferência pelo novo texto que foi apensado —, que o governo não tinha os 308 votos necessários para aprovar a PEC.

Lira, então, encerrou a sessão às 23h34 e convocou outra para hoje, às 10h, que deve começar com a proposta de emenda constitucional, que tem como um dos principais pontos o fim dos supersalários.

Após dias de lobby intenso nos corredores da Câmara e de pressões públicas por parte de

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Sessão da Câmara: ao longo das votações "prévias", ficou claro que o governo não tinha os 308 votos necessários para aprovar a PEC



**Entendo a oposição, que quebrou o Brasil, entregou o Brasil falido, meteu a mão nos cofres públicos para ganhar a eleição. Mas a esquerda tem responsabilidade com o projeto liderado pelo presidente Lula"**

**José Guimarães (CE),**  
deputado, líder do PT

integrantes do Judiciário, o relator do texto, deputado Moses Rodrigues (União Brasil-CE), resolveu flexibilizar o trecho que trata do assunto. Ele incluiu que as limitações dos supersalários deverão ser regulamentadas via lei complementar.

Na prática, isso dá mais tempo aos setores interessados para fazer pressão e evitar que sejam atingidos pelas limitações. Também permitiria, por exemplo, que resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no caso do Judiciário, se sobrepujassem à lei aprovada sobre o assunto. O texto da PEC 45 foi apensado por Lira ao da PEC 31 de 2007, para acelerar a tramitação e evitar que a matéria passasse por comissões.

Além da oposição, o PSol se posicionou contra a proposta e contra o pacote de corte de gastos como um todo, especialmente no que diz respeito ao BPC. "É uma PEC que está sendo apensada a uma outra de 2007. Nem sequer houve uma comissão especial com tempo para que os parlamentares pudessem opinar sobre ela. E, mais importante, que a sociedade pudesse conhecer do que se trata", disse a deputada Sâmia Bomfim (PSol-SP), que também questionou o restante das medidas do corte de gastos.

O discurso foi similar ao adotado pela oposição. "Um projeto como esse, que mexe no BPC, no Fundeb, no abono salarial, e usa o Judiciário como boi de

piranha, porque tem um projeto para regular salários lá no Senado... (...) O dólar está a R\$ 6,30, e o ministro (da Fazenda) só quer taxar, só quer retirar benefícios da população. Uma insegurança no país, e investimento sai do Brasil, aumentando o dólar, causando prejuízo aos brasileiros", disse o líder do PL, Altineu Côrtes (PL-RJ).

O posicionamento do PSol irritou o líder do PT, José Guimarães (PT-CE), que foi ao microfone para reclamar do que chamou de "falta de solidariedade dos companheiros da esquerda" com o projeto de governo do presidente Lula. "Essa PEC é o resultado de um trabalho feito e de um diálogo com toda a Casa, com todos os

líderes e com todos aqueles que têm responsabilidade no país. A oposição está no direito dela de querer derrotar o governo do presidente Lula, querer que as coisas não deem certo", frisou. "Mas aqui é preciso, e eu quero chamar a atenção dos companheiros do PSol, porque esse é o debate político que nós temos que fazer neste momento. Eu entendo a oposição, que quebrou o Brasil, entregou o Brasil falido, meteu a mão nos cofres públicos para ganhar a eleição. Mas a esquerda tem responsabilidade com o projeto liderado pelo presidente Lula."

Guimarães continuou: "Estou, me desculpe a franqueza, incomodado porque companheiros da esquerda ocupam os microfones para fazer o jogo da direita aqui dentro, que tem o objetivo principal de tentar derrotar o presidente. O país precisa desse ajuste. Nós não vamos retirar nenhum direito, nem dos aposentados, muito menos daqueles que dependem do BPC."

## Resistência

Ao longo de todo o dia de ontem, representantes de diversos setores circularam pela Câmara abordando deputados para tentar sensibilizá-los sobre as mudanças no BPC, que foi o maior ponto de resistência ao texto durante as articulações, segundo deputados que participaram das conversas.

Representantes das forças de segurança do Distrito Federal e do governo do Distrito Federal também estiveram na Casa para fazer pressão contra a mudança no Fundo Constitucional. A vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), também foi à Câmara depois de participar do evento Entre os eixos do DF: O Fundo Constitucional do Distrito Federal, organizado pelo Correio.

Leia mais nas páginas 13 a 17

## Congresso aprova LDO que prevê salário mínimo de R\$ 1.502

» JÚLIA PORTELA  
» ISRAEL MEDEIROS

O Congresso aprovou, ontem, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025, com um destaque que permite ao governo suspender o pagamento de emendas das Pix, em caso de descumprimento de regras. A apreciação foi simbólica, ou seja, sem registro nominal de votos. O texto, que estabelece as diretrizes do Orçamento do próximo ano e define a meta fiscal do governo, segue agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O texto também prevê um reajuste do salário mínimo para R\$ 1.502 em 2025, sem considerar o pacote fiscal enviado pelo governo federal. Atualmente, o valor do salário mínimo é de R\$ 1.412. A LDO aprovada traz ainda projeções de crescimento de 2,8% para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2025 e previsão de que a inflação feche o próximo ano em 3,10%.

Pelo texto avalizado por deputados e senadores, a meta para as contas públicas é de déficit zero, ou seja, não deve haver mais gastos do que arrecadação. Há uma margem de tolerância,

no entanto, de R\$ 30,97 bilhões. O déficit zero também foi a meta para 2024, mas, segundo a equipe econômica de Lula, a atuação do Congresso — que aprovou a continuidade de incentivos fiscais para alguns setores no fim de 2023 — resultou em mais gastos por parte da União neste ano.

Em relação às emendas Pix, o governo poderá suspender os pagamentos caso as regras não sejam seguidas. Essas emendas consistem na transferência de recursos diretamente para a prefeitura beneficiada, sem atrelar a verba a uma obra específica. Segundo o texto, o não cumprimento das exigências "acarretará a suspensão imediata das transferências até o momento em que estas sejam regularizadas".

Para emendas Pix, é necessária a apresentação de um plano de trabalho para serem liberadas. O planejamento deve incluir os detalhes do uso dos recursos e as informações bancárias de onde vai ser depositado o dinheiro.

Também conforme o texto, o governo pode reservar 2% da Receita Corrente Líquida (RCL) de 2023 (R\$ 24,7 bilhões) para as emendas individuais dos

Edilson Rodrigues/Agência Senado



O relator Confúcio Moura (de azul) fez adendos ao parecer com base em acordos fechados no plenário

parlamentares. Metade desses recursos, obrigatoriamente, deve ir para a saúde. No caso das emendas de bancada estadual, o montante será de 1% da RCL de 2024, estimada em R\$ 12,7 bilhões.

"Nós estamos perseguindo

aquilo que julgamos mais importante, que é o ajuste fiscal, que é a responsabilidade fiscal. A LDO é um instrumento fundamental para isso. (...) Nós avançamos e queremos que seja sempre assim", disse o deputado Cláudio

Cajado (PP-BA). "Hoje (ontem), tivemos aqui acordos em relação ao bloqueio de emendas, aos fundos partidários, à liberação de várias outras emendas que estavam travadas e que seriam objeto de destaque."

A LDO ainda mantém a correção do fundo partidário pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O relator Confúcio Moura (MDB-RO) fez adendos ao parecer com base em acordos feitos no plenário. Entre os trechos alterados, está o ponto que trata dos repasses de recursos a estatais. Parlamentares de oposição pediram mais tempo para estudar as modificações, mas o presidente da sessão, Marcos Pereira (Republicanos-SP), iniciou a votação sem conceder o pedido.

Na terça-feira, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) havia aprovado a LDO. Com o aval do Congresso, o governo poderá iniciar 2025 com 1/12 avos do Orçamento atual, caso os deputados e senadores não consigam aprovar a Lei Orçamentária Anual (LOA) antes do recesso.

A previsão inicial era de que a LOA fosse votada em uma sessão do Congresso hoje, mas os deputados e senadores da CMO ainda não aprovaram o relatório do senador Angelo Coronel (PSD-BA). Caso a comissão atrase a votação, a sessão do Congresso poderá ser remarcada para amanhã.

## PODER

# Celular proibido em escolas

Senado aprova projeto de lei que veta o uso dos aparelhos nos colégios de educação básica. Texto vai à sanção presidencial

» RAFAELA GONÇALVES

O Senado aprovou no plenário, em votação simbólica, o projeto de lei que limita o uso do celular nas escolas. A proibição vale para a educação básica: educação infantil, ensino fundamental e médio. O texto segue para sanção presidencial.

O projeto chegou à Casa na terça-feira, e o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) foi designado o relator, em regime de urgência. A aprovação definitiva do texto era aguardada pelo governo para que a lei seja sancionada e entre em vigor em janeiro de 2025. Assim, as medidas devem valer já no início do próximo ano letivo.

O texto estabelece a proibição do uso de aparelhos eletrônicos nas salas de aula para todos os estudantes, salvo quando utilizados em atividades pedagógicas autorizadas pelos professores.

Para crianças da educação infantil e dos primeiros anos do ensino fundamental, o uso dos dispositivos também será vetado em outras áreas da escola, além das salas de aula, como durante os intervalos.

As exceções se aplicam a situações de perigo e a alunos com deficiência ou necessidades especiais, que poderão utilizar os aparelhos para garantir a acessibilidade à educação.

Alessandro Vieira argumentou, no parecer, que o uso excessivo de celular prejudica o desempenho escolar e a saúde mental de crianças e adolescentes. “O brain rot (deterioração

Ed Alves/CB/DA.Press



A restrição ao uso de celular vale para educação infantil, ensino fundamental e médio. Lei pode entrar em vigor no mês que vem

mental) se refere à perda de acuidade e de agilidade mental, decorrente do uso imoderado dos aparelhos eletrônicos, especialmente celulares, sobretudo para ‘rolar’ páginas aleatórias e de conteúdo superficial e irrelevante”, diz o texto.

A proposta foi uma unanimidade entre os senadores. As duas

únicas emendas apresentadas não foram incorporadas ao texto. A primeira, de autoria do senador Rogério Marinho (PL-RN), visava estabelecer a obrigatoriedade apenas no ensino infantil e fundamental, do 1º ao 9º ano, excluindo o ensino médio. O argumento do parlamentar era aplicar a política de forma gradual. A

emenda foi rejeitada.

Uma outra, de autoria do senador Eduardo Girão (Novo-CE), visava obrigar a instalação de câmeras nas salas de aula. Após os debates, o parlamentar optou por retirar a proposta, para reapresentá-la posteriormente na forma de um projeto de lei em separado.

## Prevenção

O texto determina ainda que caberá às escolas oferecer treinamento periódico para identificar e prevenir o sofrimento mental pelo uso dos aparelhos.

Em plenário, Vieira destacou ainda a importância da agilidade na tramitação da matéria para

## Saiba mais

### O que diz a lei

- » Todos os alunos poderão portar o celular, mas sem utilizá-lo
- » Uso do celular proibido em todas as etapas da educação básica (educação infantil até o ensino médio) em sala de aula, no recreio e nos intervalos de aula
- » Uso permitido para fins pedagógicos sob orientação de educadores, para promover acessibilidade de alunos com deficiência, para garantia de direitos fundamentais
- » Uso permitido em situações de estado de perigo, estado de necessidade, caso de força maior

que as redes de ensino tenham tempo de implementar a medida no próximo ano.

“Precisamos resgatar a autoridade dos professores, a qualidade do aprendizado, qualificar mais os nossos jovens. Tenho absoluta convicção de que o caminho, com uma das providências a serem adotadas, é a aprovação urgente desse projeto”, destacou.

O parlamentar ponderou que a medida não traz punições, mas “orienta uma política pública educacional”. É um projeto muito simples, ele quer resgatar a atenção do aluno, levar esse aluno a prestar atenção na aula”,

## Projeto do Paten vai à sanção

Zeca Ribeiro/CâmaradosDeputados

A Câmara aprovou, ontem, o projeto que institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten). A iniciativa contém incentivos para a substituição de matrizes energéticas poluentes por fontes de energia renovável. Como já houve a análise do Senado, o texto segue para sanção presidencial.

Entre os objetivos do Paten, estão o financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável, a aproximação entre financiadores e empresas interessadas, a utilização de créditos detidos por pessoas jurídicas de direito privado junto à União, como forma de financiamento, e a promoção da geração e do uso eficiente da energia de baixo carbono por meio de projetos de redução de gases de efeito estufa.

Os projetos de desenvolvimento sustentável elegíveis aos recursos são aqueles destinados a obras de infraestrutura, pesquisa tecnológica e inovação tecnológica com benefícios socioambientais. As empresas que aderirem ao Paten poderão receber recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) e fazer negociações de dívidas com a União de acordo com os investimentos em sustentabilidade.

Quando votado no Senado, o projeto passou a prever que as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,50% de sua receita líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e 0,50% em programas de eficiência energética no uso final. A relatora na Câmara, Marussa Boldrin (MDB-GO), acatou esse dispositivo.

Além disso, a relatora aceitou uma emenda do Senado que define “qualquer capacidade instalada” para as centrais hidrelétricas enquadradas nas obras de infraestrutura dos projetos de desenvolvimento sustentável a serem financiados pelo Paten.

Outra emenda do Senado incluída pela Câmara muda um trecho da lei que dispõe sobre a política energética nacional para incluir o uso de hidrogênio de baixa emissão de carbono no objetivo de “mitigar as emissões de



Boldrin relatou PL do Programa de Aceleração da Transição Energética

gases causadores de efeito estufa e de poluentes nos setores de energia e de transportes, inclusive com o uso de biocombustíveis e da captura e da estocagem geológica de dióxido de carbono”.

A relatora acatou ainda a emenda que torna elegível para receber os recursos do Fundo Nacional de Mudança do Clima os ativos de mobilidade logística nos segmentos rodoviário, ferroviário e hidroviário, incluindo caminhões fora de estrada, equipamentos agrícolas, ônibus e micro-ônibus, movidos a biometano, biogás, etanol e gás natural comprimido ou liquefeito, e a infraestrutura de abastecimento na forma dessas duas formas de gás.

## Estímulo

A deputada também decidiu manter a emenda que inclui como objetivo do Paten o estímulo a atividades de transição energética em regiões de produção de carvão mineral.

Em seu relatório, Boldrin rejeitou um trecho que, em seu entendimento, dava exclusividade ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) o estabelecimento de critérios de

análise, dos procedimentos e das condições para aprovação dos projetos de desenvolvimento sustentável a serem financiados pelo Paten.

A deputada julgou ser mais apropriado deixar a questão a cargo de regulamentação posterior, “de forma a propiciar maior dinamismo e eficácia ao programa”, por considerar que as atribuições poderiam ser prejudicadas com a restrição da competência ao Conselho.

A parlamentar ainda rejeitou uma mudança do Senado que previa que as concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica poderão aplicar recursos de eficiência energética para instalar sistemas de geração de energia elétrica “em comunidades quilombolas e indígenas, de ribeirinhos e de povos tradicionais e em comunidades isoladas”.

Ela retomou o texto anterior, que diz que as instalações desses sistemas devem ser “em edificações pertencentes a associações comunitárias de natureza jurídica de direito privado sem fins lucrativos, quando tecnicamente viável e previamente autorizada pelo proprietário do prédio”.

## É tempo de acreditar

- O DF tem avançado como nunca. Nos últimos anos, foram mais de 33 mil servidores públicos contratados e, pela primeira vez na história, eles ganharam um plano de saúde. Hoje, somos a maior rede de proteção social do Brasil e temos 18 Restaurantes Comunitários funcionando, sendo que 11 deles estão servindo café da manhã, almoço e jantar por apenas R\$ 2,00.
- O Túnel de Taguatinga, que era aguardado há 40 anos, saiu do papel. Diversas áreas da administração recebem investimentos constantes e a vida da população tem ganhado mais qualidade.
- E, no que depender deste GDF, ano que vem vai ser ainda melhor, porque o trabalho continua. Feliz 2025.



## JUDICIÁRIO

# Barroso diverge em julgamento sobre redes

Para ministro, artigo do Marco Civil da Internet deve ser parcialmente suprimido

» RENATO SOUZA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, divergiu parcialmente de outros ministros da Corte no julgamento sobre a responsabilidade das redes sociais. O magistrado votou para que as empresas que administram plataformas de mídias sociais respondam pelo conteúdo postado pelos usuários. A sessão foi suspensa por um pedido de vista do ministro André Mendonça.

Na avaliação de Barroso, o artigo 19 do Marco Civil da Internet, que trata da responsabilidade dos provedores, deve ser parcialmente suprimido, com a imposição de regras para remoção de publicações.

Barroso sustentou que conteúdos que representem crime devem ser removidos mesmo antes de decisão judicial. O entendimento dele se aplica especialmente a campanha de publicidade e conteúdo promovido para alcançar mais pessoas. Na visão do ministro, nesse sentido, a plataforma tem ciência do teor ilegal antes mesmo da veiculação.

## Histórico

O magistrado destacou que o STF tem como foco proteger a liberdade de expressão e que essa é uma preocupação. “Antes de entrar na solução, eu gostaria de enfatizar a minha crença, que é a crença deste tribunal, na liberdade de expressão. O Supremo tem histórico de defesa da liberdade de expressão, mesmo nos casos de indevido cerceamento judicial”, enfatizou. “O

Antonio Augusto/STF



O ministro Barroso durante a sessão: “Não eliminaria do ordenamento jurídico o artigo 19”

## Entenda o caso

*O STF julga duas ações que discutem o artigo 19 do Marco Civil da Internet, que isenta as plataformas de responsabilização por conteúdos publicados por terceiros. No regime atual, as redes sociais apenas respondem*

que estamos discutindo é a forma de preservar a liberdade de expressão neste mundo em que ela corre risco por conta da disseminação de ódio.”

Ele disse considerar “legítimo

*por danos causados pelas postagens, caso elas descumpram uma ordem judicial de remoção. Há duas exceções: violação aos direitos autorais e divulgação de fotos íntimas sem consentimento.*

que, em muitas situações, a remoção somente deva se dar após ordem judicial”. “Portanto, não eliminaria do ordenamento jurídico o artigo 19. A remoção em caso de ofensa e crimes

contra a honra não pode, a meu ver, prescindir de decisão judicial. Conteúdos relacionados à honra devem permanecer sob o regime do art. 19, sob pena de violação à liberdade de expressão”, acrescentou.

Até agora, votaram, além de Barroso, Dias Toffoli e Luiz Fux, que são relatores das ações em julgamento.

Com o pedido de vista, Mendonça terá 90 dias para devolver o processo. No entanto, como o recesso do Poder Judiciário começa amanhã, a retomada fica para o primeiro trimestre do ano que vem.

# Magistrado faz apelo ao Congresso

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, fez um apelo ao Congresso para que regulamente as redes sociais e crie um órgão regulador independente. Ele disse que, apesar de a Corte julgar o tema, a palavra final será do Legislativo.

O Supremo julga duas ações que discutem o artigo 19 do Marco Civil da Internet. De acordo com esse dispositivo, as plataformas só são responsabilizadas se deixarem de cumprir uma ordem judicial de remoção.

“Faço um apelo ao legislador

para disciplinar a matéria e criar um órgão que, na minha visão — mas isso é competência do Congresso —, não deveria ser um órgão estatal. Eu, pelo menos, tenho muita reserva de órgão estatal interferindo em liberdade de expressão”, frisou Barroso.

Na visão do ministro, o ideal seria um órgão independente, com representantes do governo, das empresas, da sociedade civil e do Congresso, “que tivesse competência para monitorar a rede, recomendar comportamentos e eventualmente aplicar as sanções”.

## TENTATIVA DE GOLPE

# Braga Netto contrata ex-advogado de Dirceu

O general Walter Braga Netto, preso no inquérito do golpe, contratou um novo advogado para cuidar de sua defesa. O criminalista José Luís Oliveira Lima assume o caso em um momento decisivo da investigação, às vésperas da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Um dos criminalistas mais prestigiados do país, com trânsito nos tribunais superiores, José Luís Oliveira Lima trabalhou em casos de grande repercussão. Ele defendeu nomes como o ex-ministro José Dirceu, o ex-presidente da Caixa Pedro Guimarães e o humorista Marcius Melhem.

Braga Netto foi preso preventivamente por tentar obstruir a investigação sobre o plano de golpe de Estado. Segundo a PF, ele tentou conseguir informações sigilosas sobre a delação do tenente-coronel Mauro Cid para repassar a outros investigados e também alinhar versões com aliados.

A prisão do general é considerada pelos investigadores a mais importante até o momento. Braga Netto fez parte do primeiro escalão do governo Bolsonaro. Ele foi ministro da Casa Civil e da Defesa, e, em 2022, foi vice na chapa do ex-presidente.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, pretende

## Ameaça a Moraes

O pastor Silas Malafaia ameaçou o ministro Alexandre de Moraes, do STF, por causa de prisão de Braga Netto: “Alexandre de Moraes, sua hora vai chegar. Não sei quanto tempo vai levar, mas vai chegar. Ou pelo poder do supremo poder de uma nação, que é o povo, ou pelo poder do supremo juiz, que é Deus”, disse, em vídeo.

apresentar denúncia no caso nos primeiros meses de 2025. Uma eventual delação de Braga Netto teria mais chances de prosperar antes de uma acusação formal da PGR.

A prisão do general provocou inquietação entre oficiais da cúpula das Forças Armadas, preocupados com o momento político que atinge a caserna. O Superior Tribunal Militar (STM) deve julgar, em breve, os oficiais envolvidos no plano de golpe, inclusive, gerais. Cabe à Justiça Militar decidir sobre a cassação de suas patentes e também julgar crimes militares que podem ter sido cometidos em conjunto com os crimes comuns, cuja atribuição para julgamento é do Supremo Tribunal Federal (STF).

José Dias/PR/reprodução - 7/4/20



Braga Netto, preso preventivamente por tentar obstruir investigação

## » Sem anistia para golpistas

Pesquisa Datafolha, divulgada ontem, mostra que 62% dos brasileiros rejeitam uma eventual anistia aos participantes dos atos golpistas de 8 de Janeiro. Outros 33% se dizem a favor, 5% não sabem e 1% se mostrou indiferente. O Datafolha ouviu 2.002 brasileiros maiores de 16 anos em 147 municípios do país. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos e o índice de confiabilidade é de 95%. Na pesquisa anterior do instituto, realizada em março, 63% eram contra a anistia, enquanto 33% apoiavam a medida. Indiferentes somavam 2% e outros 4% não souberam responder. Considerando a margem de erro, o levantamento divulgado ontem mostra uma estagnação da opinião dos brasileiros acerca do tema.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



# Dólar bate novo recorde e assusta o governo

O dólar comercial bateu novo recorde ontem e fechou vendido a R\$ 6,267, o maior nível nominal da história. Para os analistas de mercado, o temor de que o pacote de corte de gastos proposto pelo governo federal seja desfigurado no Congresso, que nega sua aprovação, por causa das emendas parlamentares ainda não liberadas pelo Palácio do Planalto, fez a moeda norte-americana disparar novamente.

Outro fator que alavancou a alta do dólar foi a redução de juros nos Estados Unidos pelo Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) em 0,25 ponto. O dólar comercial teve alta de 2,82%, vendido a R\$ 6,267, a maior desde 10 de novembro de 2022. O dólar futuro está sendo cotado acima de R\$ 6,30.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tentou minimizar o descontrole do câmbio e mostrar otimismo em relação à economia. Mas suas declarações não foram levadas em consideração pelo mercado.

Haddad disse que o dólar deve se estabilizar nos próximos meses, porque a valorização da moeda norte-americana frente ao real seria reflexo de um ambiente de incerteza econômica momentânea, enquanto o Congresso não aprova o ajuste fiscal. O próprio mercado, segundo o ministro da Fazenda, faz projeções de longo prazo mais positivas do que a apontada por especuladores.

“Temos um câmbio flutuante que, nesse momento em que as coisas estão pendentes, reflete um clima de incerteza. Isso faz o câmbio flutuar”, explicou Haddad. “As avaliações dessas instituições são melhores do que as que os especuladores estão fazendo”, acrescentou.

De fato, os grandes bancos fazem projeções mais otimistas, mas o mercado financeiro mudou muito — faz tempo que migrou da Avenida Paulista para a Faria Lima, em São Paulo. Os bancos digitais e fundos de investimentos são mais nervosos e operam especulativamente no câmbio, para muito além do que seria a alta normal de dezembro, quando muitas empresas estrangeiras fazem remessas de dinheiro para suas matrizes.

A saída iminente do secretário especial do Tesouro e Orçamento, Rogério Ceron, que pediu demissão do cargo, contribuiu também para as especulações. Não se sabe ainda o perfil de seu substituto. Na quinta-feira passada, Ceron admitiu que é preciso controlar o ritmo de crescimento dos gastos obrigatórios para manter de pé o arcabouço fiscal. E, com isso, atingir o chamado grau de investimento.

## Percepção negativa

Haddad tentou mantê-lo na equipe econômica, mas sua decisão é irreversível. Embora Ceron tenha recebido proposta de trabalho de uma grande instituição privada, nos bastidores comenta-se que estaria saindo insatisfeito por ter sido derrotado na queda de braço da Fazenda com os demais ministros da Esplanada, na hora de efetuar os cortes no Orçamento.

Nas redes sociais, o governo sofre muitos ataques da oposição, principalmente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entretanto, são as críticas dos economistas e operadores de mercado financeiro que estão desconstruindo a imagem de Haddad.

A gestão da Fazenda é aprovada por apenas 4% dos agentes financeiros, segundo pesquisa Quaest deste mês — em março, a aprovação era de 24%. Declarações de Lula contra a elevação dos juros para 12,25%, e de que os gastos sociais do governo são investimentos, enfraquecem o ministro.

A alta do dólar contrasta fortemente com outros indicadores da economia, que são muito positivos. Em 2023, o PIB do Brasil acumulou alta de 2,9%. Para 2024, a previsão é de crescimento de 3,39%.

A renda média dos trabalhadores cresceu 6,6% em um ano e a massa salarial atingiu um recorde histórico. A renda média dos trabalhadores cresceu 6,6% em um ano.

A taxa de desemprego é uma das mais baixas da história: 6,8%. A percepção negativa dos agentes econômicos contamina a maioria da população, por causa da inflação. Caso o dólar se mantenha no patamar de R\$ 6,267, a conta chegará para os assalariados no primeiro trimestre de 2026, com a alta de preços de alimentos, combustíveis, medicamentos e transportes.

## Fundo Constitucional

A vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão, participou intensamente das negociações com os líderes do Congresso para manter o critério atual de reajuste anual do Fundo Constitucional do DF. Acompanhada do secretário de Relações Institucionais do GDF, Agacieli Maia, criticou o uso da inflação como parâmetro de repasse de recursos da União ao Fundo. O FCDF é reajustado por meio da variação da receita corrente líquida da União desde que foi criado, em 2003.

Celina obteve apoio do relator do corte de gastos, o deputado federal Isnaldo Bulhões (MDB-AL), correligionário do governador Ibaneis Rocha. O presidente do MDB, Baleia Rossi (SP), também é contra a medida.

Segundo a vice-governadora do DF, o FCDF é usado em áreas prioritárias na capital, como segurança, saúde e educação. “Só de inscrições na rede pública de ensino foram 38 mil novas matrículas. A medida em que o país cresce, o DF cresce três, quatro, cinco, 10 vezes mais. O Fundo não acompanha nem o crescimento da nossa cidade”, avalia Celina.

A Secretaria de Fazenda estima que a mudança no cálculo do FCDF pode acarretar, em 15 anos, uma perda de R\$ 12 bilhões aos cofres do DF.

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Uma no cravo, outra na ferradura

O aceno de Hugo Motta aos bolsonaristas indica que ele caminhará num zigue-zague quando for presidente, com algumas atitudes de atendimento à ala mais à direita e, outras, mais à esquerda. Internamente, há quem diga que é melhor ceder nesse ponto do que deixar para ceder em outras mais polêmicas e arriscadas, como o que tenta dar ao Congresso poder de mudar decisões da mais alta corte do país.

## Contagem regressiva

A mudança na área de comunicação do governo não vai demorar, avisam aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Parlamento. A ideia é colocar Sidônio Palmeira, o marqueteiro da campanha petista em 2022, no comando. Nesse caso, há um desenho que desloca Paulo Pimenta para a Secretaria-Geral da Presidência, no lugar do ministro Márcio Macedo. Ocorre que Macedo está sem mandato e é preciso acertar a vida dele. A conversa de Lula com Sidônio será nos próximos dias.

## Onde mora o perigo

A política viu muita gente tropeçar por excesso de propaganda. Há quem aconselhe Lula a dosar mais o que vier de Sidônio com o que vier das áreas mais técnicas. A mistura de isenção de imposto de renda para quem recebe até R\$ 5 mil com pacote de corte de gastos, por exemplo, embolou, e o governo foi obrigado a ficar se explicando.

## Por falar em comunicação governamental...

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) ironizou a comunicação do governo quando perguntado se haverá um ato para o momento em que Lula sancionar a reforma tributária. “Espero que sim. A comunicação do governo não pode ser tão ruim, né?”, disse, com ar de deboche.

# As promessas de Hugo Motta à bancada de Minas

Em jantar com os deputados da bancada de Minas Gerais, esta semana, o líder do Republicanos, Hugo Motta (PB), prometeu destravar pelo menos uma das propostas que mexe com as prerrogativas do Supremo Tribunal Federal. A ideia é colocar para tramitar o texto que limita os temas sobre os quais os ministros do STF podem tomar decisões monocráticas. O assunto foi mencionado pela ala bolsonarista, que cobrou de viva voz a formação das comissões para avaliar propostas de emendas constitucionais. “Ele deu a entender que vai colocar em isso pauta”, comentou o deputado Zé Vitor (PL-MG), que participou do encontro.



## É pegar ou largar

Nas negociações do projeto do pacote de cortes de gastos, que incluía o Fundo Constitucional do Distrito Federal, os líderes jogaram da seguinte forma: o governo aceitava as mudanças propostas pelos parlamentares ou não aprovava nada. Sem muito tempo para negociar, e precisando de alguma sinalização aos investidores, o Poder Executivo não teve muito o que fazer. Está correndo contra o tempo.

## CURTIDAS

**A volta de Lula/** Da mesma forma que o mercado mandou recados a Lula, o presidente mandará mensagens diretas aos agentes financeiros da Faria Lima, na reunião ministerial dos próximos dias. O presidente não engoliu o dólar acima de R\$ 6. E partirá para cima.

**Barrados/** Um grupo expressivo de integrantes dos bombeiros e da Polícia Civil do Distrito Federal foi até o Congresso tentar acompanhar, de perto, a votação do pacote de gastos — leia-se o Fundo Constitucional do DF, fundamental para o pagamento dos salários dessas categorias. Só conseguiram colocar uns poucos no plenário.

**O dólar é “o cara”/** Os deputados brincavam no fundo do plenário que a oposição tem um novo líder: o dólar alto. Dez em cada 10 opositores que foram à tribuna da Câmara ou do Senado citavam a subida da moeda americana.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



**Casamento x trabalho/** O deputado Luiz Ovando (PP-MS, foto) completou, ontem, 48 anos de casado. Entretanto, passou o dia em plenário votando projetos. As comemorações com d. Clotildes ficaram para o fim de semana. Raridade nesses tempos de Infoleg, quando muitos deputados votam projetos de forma virtual.

## GOVERNO

Lewandowski desfaz norma do governo Bolsonaro que permitia à corporação participar de qualquer operação policial

# PRF volta às funções originais

» JULIANA SOUSA\*

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, assinou ontem uma portaria que revoga a norma instituída do governo Bolsonaro que ampliava os poderes da **Polícia Rodoviária Federal**. Dessa forma, a PRF volta a ter atuação restrita à fiscalização das rodovias federais e só poderá participar de operações conjuntas em casos excepcionais e mediante autorização do diretor-geral da corporação. A corporação terá 90 dias para se adequar à nova regulamentação e encerrar atividades fora de sua competência.

A portaria revogada por Lewandowski foi assinada, em

2021, pelo então ministro da Justiça André Mendonça — hoje integrante do Supremo Tribunal Federal (STF). Permitia à PRF exercer funções como lavar termos circunstanciados e participar de investigações criminais, atribuições exclusivas da Polícia Federal (PF) e das polícias civis, conforme a Constituição. Essa medida era uma continuidade de alterações iniciadas, em 2019, pelo seu antecessor na pasta, o hoje senador Sergio Moro (União-PR).

Ao determinar que a participação de agentes da PRF em operações conjuntas com outras forças de segurança só poderá ocorrer mediante autorização prévia, a portaria de Lewandowski estabelece que, para

Reprodução/Video/Rede Sociais



Agentes da PRF jogaram Genivaldo na viatura e o sufocaram. Foram condenados por homicídio qualificado

## Utilização política

Além das ações violentas, a Polícia Rodoviária Federal foi usada politicamente no segundo turno das eleições de 2022. Realizou várias blitzes em rodovias, principalmente no Nordeste, reduto eleitoral do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo era dificultar o transporte de eleitores numa região que apoiava majoritariamente o então candidato petista. Silvinei Vasques, que ocupava o cargo de diretor-geral da PRF à época, foi apontado como um dos responsáveis por essas ações, que só foram suspensas quando o ministro Alexandre de Moraes, então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ameaçou prendê-lo após convocá-lo a se explicar.

isso, será necessário justificar a necessidade, a conveniência da ação, além de apresentar um detalhamento dos recursos operacionais e financeiros envolvidos. Assim, a autorização só será concedida se a operação não comprometer as atividades regulares da PRF — fiscalização de trânsito, prevenção de acidentes e combate a crimes nas rodovias federais, suas principais atribuições.

No governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o PRF chamou a atenção por episódios marcados pela arbitrariedade. Tal como a operação em Varginha (MG), em 2021, que culminou na morte de 26 pessoas. Outro foi o envolvimento em uma ação no Complexo da Penha, no Rio de Janeiro, cujo saldo foi de 23 mortos — a participação dos agentes rodoviários foi justificada pelo suposto envolvimento com o roubo de carga da quadrilha local de traficantes.

Outro episódio que chamou a atenção foi o assassinato, em 25 de março de 2022, de Genivaldo de Jesus Santos — diagnosticado com esquizofrenia e que foi torturado por agentes da PRF em Umbaúba (SE). Ele foi parado pelos agentes por pilotar uma moto com documentos irregulares e sem capacete.

Ao ficar nervoso com a abordagem, Genivaldo começou a ser espancado até ser levado para a viatura. Lá dentro, os policiais atiraram uma bomba de gás e o impediram de sair — morreu sufocado por ter inalado a substância. Os agentes Paulo Rodolpho Lima Nascimento, William de Barros Noia e Kleber Nascimento Freitas foram condenados por homicídio triplamente qualificado.

\*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

# Planos atacam fogo no Pantanal e na Caatinga

» VICTOR CORREIA

O governo federal aprovou, ontem, a criação dos Planos para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas para o Pantanal (PPPantanal) e para a Caatinga (PPCaatinga), que serão implementados em 2025. As iniciativas se somam aos da Amazônia (PPCDAm) e do Cerrado (PPCerrado). Os próximos são o do Pampa e o da Mata Atlântica, com

lançamento previsto para fevereiro. O lançamento foi na reunião da Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (CIM), que reúne 19 pastas. A criação do PPPantanal e do PPCaatinga começou em abril e cada plano é composto por 13 objetivos estratégicos — que inclui fortalecer a cooperação federativa, regulamentar a supressão de vegetação, estruturar fundos

para a preservação e reconhecer territórios dos povos originários.

O governo também apresentou dados do Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (Deter), de agosto a novembro de 2024, que apontam redução de 77,2% na área derubada do Pantanal, de 57,2% no Cerrado e de 2% na Amazônia, em comparação com o mesmo período de 2023.

Sobre o Pantanal e o Cerrado,

o secretário extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente, André Lima, explicou que a dificuldade do governo federal é que a maior parte do desmatamento nesses biomas ocorre em terras privadas, fiscalizadas pelas autoridades municipais e estaduais. Ele atribuiu a redução alcançada, em 2024, a iniciativas que envolveram os demais

entes federados — como o pacto cerrado feito com os governos de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia — e o acordo feito pela proteção do pantanal com o governo do Mato Grosso do Sul, que levou à criação de uma lei estadual restringindo o desmatamento em áreas sensíveis.

Questionado sobre as ações do governo federal para o combate às queimadas previstas para o próximo ano, já que 2024 registrou um

recorde em focos de incêndio, André Lima afirmou que a preparação para evitar que o cenário se repita será realizada até fevereiro. Segundo o Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), houve um aumento nos focos de incêndio de 42,7% na Amazônia, 64,2% no Cerrado e de 139% no Pantanal nos 11 primeiros meses do ano, em comparação com o mesmo período de 2023.



## CULTURA

# Musical retrata o legado de Chatô

Espectáculo sobre a trajetória de Assis Chateaubriand teve prévia no Rio. Turnê começa em março e inclui Brasília

» HELVÉCIO CARLOS

**Rio de Janeiro** — *Chatô e os Diários Associados – 100 anos de uma paixão*, musical comemorativo ao centenário do conglomerado de comunicação criado por Assis Chateaubriand, estreia em março de 2025. Mas já mostrou que promete emocionar o público, além de retratar um dos períodos mais marcantes da cultura brasileira.

Na última segunda-feira, um resumo do que vem por aí foi apresentado em formato de pocket show para convidados, que lotaram o Teatro Copacabana Palace, no Rio de Janeiro. Foi uma demonstração da trajetória vitoriosa de Assis Chateaubriand, não apenas o fundador dos Diários Associados, mas também um dos grandes incentivadores da cultura nacional.

Escrita por Fernando Morais e Eduardo Bakr, a história começa quando Fabiano (Cláudio Lins), jornalista desempregado e youtuber, tenta salvar o busto de Assis Chateaubriand, o Chatô, de mais um ataque de vândalos que, volta e meia, levam a caneta do empresário. A estátua está localizada na Praça da Independência, no Recife, em frente à antiga sede do Diário de Pernambuco, uma das empresas comandadas por Chateaubriand no século passado.

Fabiano não tem sucesso na empreitada. Os ladrões fogem. Mas Chatô, interpretado pelo ator Stepan Nercessian, ganha vida. Agradece o gesto e convida o rapaz para escrever sua história, revelando seus segredos, em uma viagem no tempo costurada por belas canções brasileiras. O espetáculo tem coreografia de Carlinhos de Jesus e direção musical de Guto Graça Mello.

O presidente dos Diários Associados, Josemar Gimenez de Resende, afirma que o espetáculo tem importância histórica pela comemoração do centenário do grupo e, sobretudo, pelo recorte que apresenta, destacando a contribuição de Chateaubriand para a música brasileira.

“A adaptação de Fernando Morais e do dramaturgo Eduardo Bakr, a direção de Tadeu Aguiar, a coreografia de Carlinhos de Jesus e direção musical de Guto Graça Mello, nomes importantes no teatro brasileiro, vão emocionar as plateias”, garantiu.

Presidente do **Correio Braziliense**, jornal fundado por Chatô na inauguração de Brasília, Guilherme Machado destacou a relevância do legado do empresário.

Patricia Lerra/Divulga...



Stepan Nercessian como Chatô: pocket show com 17 músicas é uma prévia do espetáculo escrito por Fernando Morais e Eduardo Bakr

“Ao completar 100 anos, os Diários Associados renovam seu compromisso em favor de um país que tenha mais acesso à cultura e à informação”, disse. “Estamos na expectativa para a estreia do espetáculo em Brasília”, complementou.

O musical estreia em 27 de março no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro. Depois segue em turnê para São Paulo, Brasília e Belo Horizonte.

Autor da biografia *Chatô: o rei do Brasil*, o escritor e jornalista Fernando Morais era um dos presentes no pocket show. Ele gostou do que viu em cena. “Imagine você: eu, quase 80 anos, com seis livros transformados em filmes, pela primeira vez na vida, vejo um trabalho sendo adaptado com essa riqueza, esse sabor, para um musical”, disse. “Jamais passou pela minha cabeça contribuir, como autor, como escritor, para uma coisa tão bonita como esta. Confesso que foi uma enorme surpresa”, admitiu.

Décio Freire, presidente do Conselho Consultivo dos Diários Associados, também elogiou a produção. “É um espetáculo grandioso que demonstra, com talento, humor e arranjo exuberante, a importância da história do grupo criado por Assis

Patricia Lerra/Divulgação



Bernardo Cabral e Josemar Gimenez: resgate de um Brasil grandioso

Chateaubriand, o maior grupo de comunicação do século 20.”

Diretor do musical, Tadeu Aguiar optou por fazer um recorte, dando destaque à paixão de Chateaubriand pela comunicação. “Se fôssemos colocar todos os aspectos, seriam seis horas de musical, pelo menos”,

explicou, elogiando Fernando Morais e Eduardo Bakr.

### “Muito satisfeito”

Entre outros convidados, estavam presentes na prévia do espetáculo apresentada no Copacabana Palace o escritor Fernando

Morais; o ex-senador e ex-ministro da Justiça e da Agricultura Bernardo Cabral; e Professor Mateus, vice-governador de Minas Gerais. Dos Associados, assistiram ao pocket show o presidente do grupo, Josemar Gimenez de Resende; o vice, Camilo Teixeira da Costa Filho; o condomínio Maurício Dinepi; o vice-presidente executivo do **Correio Braziliense**, Leonardo Moisés; o vice-presidente comercial do Estado de Minas, Mário Neves.

As atrizes Nathalia Dill e Lucinha Lins também prestigiaram o evento. Após os aplausos calorosos ao final da apresentação, o ex-ministro Bernardo Cabral fez questão de cumprimentar o diretor do espetáculo, Tadeu Aguiar. “Você acaba de tirar o que era o Brasil da penumbra, do esquecimento. Dou-lhe os cumprimentos porque seu trabalho foi hercúleo. Como brasileiro, fiquei muito satisfeito”, elogiou.

Aos 100 anos, os Diários Associados permanecem entre os maiores grupos de comunicação do país. Contam com jornais como o **Correio Braziliense**, o *Estado de Minas*, *O Imparcial e Aqui*; o *Portal Uai*; a *Rede Clube Brasil de Rádio* e a *Rádio Tupi*; e as TVs *Brasília* e *Alterosa*.

## Morais: chance para os jovens

O jornalista e escritor Fernando Morais comemorou seu reencontro com Chateaubriand, 30 anos depois de lançar a biografia de um dos brasileiros de maior projeção no século 20. “Passei oito anos da minha vida bisbilhotando a vida dele, falando com gente no Brasil, na Inglaterra e em lugares por onde ele passou. É uma alegria estar aqui e poder contribuir. Os brasileiros, principalmente a meninada, não sabem da importância de Chatô para a música brasileira e para a cultura do país”, afirmou.

Fernando citou o Museu de Arte de São Paulo (Masp) como um dos grandes legados de seu biografado. Diz que “não tem fim” o que Assis Chateaubriand estimulou, produziu, criou e patrocinou na cultura brasileira.

“As pessoas se lembram mais de Chatô como o grande dono do império Associados, mas não se lembram de coisas maravilhosas como a relação dele com a música brasileira”, observou o escritor e jornalista.

## Dedicação total

Foi preciso muita agilidade para pôr no palco o pocket show de *Chatô e os Diários Associados – 100 anos de uma paixão*, musical que vai estrear em março no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro.

Em cinco dias de ensaios, que levaram oito horas por dia, o elenco decorou 40 páginas do texto e 17 canções. A partitura também foi criada em cinco dias.

Ator que dá vida a Chatô, Stepan Nercessian conquistou a plateia do pocket show. “Foi pouco tempo de ensaio. Nesta primeira apresentação para o público, ficamos meio perdidos”, comentou o ator, mais relaxado após a reação positiva da plateia.

“Tenho de aprofundar mais a composição do personagem. Partes do texto que ainda vão entrar darão mais consistência a ele. Fiz um Chatô alegre”, explicou.

Nercessian lamentou o fato de não ter acesso ao registro da voz de Assis Chateaubriand. “Por incrível que pareça, não consegui a voz dele, um cara dono de rádio e televisão. Olhamos em tudo quanto é lugar, no YouTube, mas não achamos. A voz que está aí é a voz que saiu de mim”.

Referência nos palcos brasileiros, a atriz Sylvania Massari, de 77 anos, interpreta Janete, secretária de Chateaubriand. Ela diz que *100 anos de uma paixão* será um grande espetáculo. “Pelas músicas, vai atrair o público que conheceu a era do rádio”, avalia.

No pocket show, foram apresentadas apenas 17 canções da montagem. “Vimos um resumo do resumo”, explicou o diretor musical Guto Graça Mello, lembrando que serão mais de duas horas de espetáculo, com repertório bem maior.

“O universo que cerca Chateaubriand e os Diários Associados é riquíssimo. Exploramos uma unha do que é isso, mesmo assim nos divertimos bastante. Estou doído para chegar janeiro e começarmos a ensaiar”, comentou o ator e cantor Cláudio Lins, que faz o papel do jornalista Fabiano.

## Alckmin: “Vida longa!”

Por ocasião do centenário dos Diários Associados, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, enviou uma mensagem à direção do **Correio Braziliense**.

No texto, Alckmin ressaltou a importância da imprensa na preservação da democracia, bem como o valor do jornalismo profissional contra as fake news. O vice-presidente destacou, ainda, a inovação permanente dos Diários Associados, como legado deixado por Assis Chateaubriand durante sua trajetória.

Leia, a seguir, a íntegra da mensagem de Alckmin: “Parabenizo todos os jornalistas e colaboradores

dos Diários Associados, pelos cem anos dessa valorosa instituição brasileira.

*Uma imprensa livre é essencial para o funcionamento da democracia, tanto mais nestes tempos de fake news, que trazem ameaça ao espaço público.*

*Do jornal impresso à internet, passando pela televisão e o rádio, os Diários, com o empreendedorismo característico de Assis Chateaubriand, souberam reinventar-se ao longo do tempo, sem com isso renunciar à qualidade, à ética e ao compromisso com a verdade factual, que marcam sua louvável história. Vida longa aos Diários Associados!”*

Cadu Gomes/VPR



“Os Diários, com o empreendedorismo característico de Assis Chateaubriand, souberam reinventar-se ao longo do tempo, sem com isso renunciar à qualidade”

Geraldo Alckmin,  
vice-presidente da República



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 19 de dezembro de 2024

<b>Bolsas</b> Na quarta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na quarta-feira	<b>Salário mínimo</b> Últimos	<b>Euro</b> Comercial, venda na quarta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
3,15% São Paulo	124.612	R\$ 6,265 (+ 2,78%)	12/dezembro: 6,007 13/dezembro: 6,031 16/dezembro: 6,094 17/dezembro: 6,096	R\$ 6,501	12,15%	12,30%	Julho/2024: 0,38 Agosto/2024: -0,02 Setembro/2024: 0,44 Outubro/2024: 0,53 Novembro/2024: 0,39
2,58% Nova York	120.771						

## CONJUNTURA

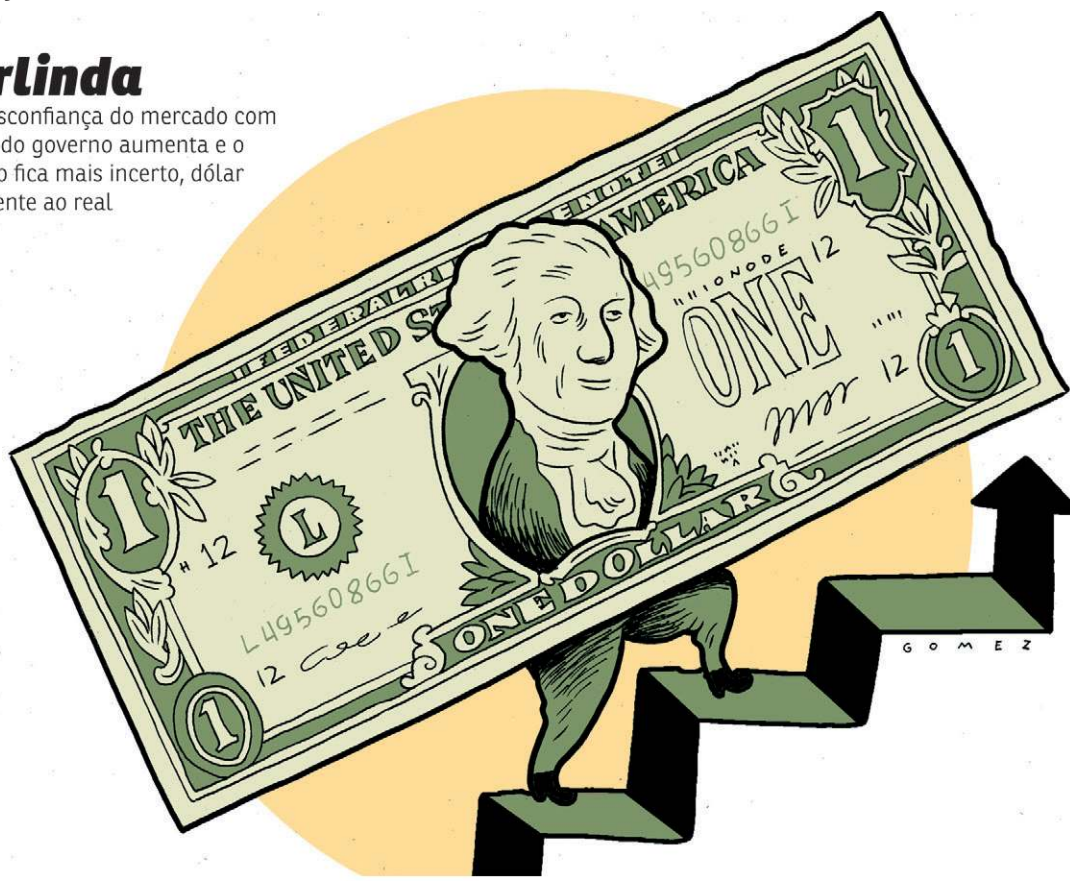
# Dólar só conhece rota de subida e vai a R\$ 6,26

Além de desconfianças em relação ao governo e remessa de divisas ao exterior, Federal Reserve também ajudou na pressão de alta

» ROSANA HESSEL

### Na berlinda

Enquanto a desconfiança do mercado com o pacote fiscal do governo aumenta e o cenário externo fica mais incerto, dólar ganha força frente ao real



Em novo dia tenso no mercado financeiro, o dólar disparou e bateu mais um recorde em meio ao aumento da desconfiança em relação ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mesmo com alguns avanços da reforma tributária e do pacote de corte de gastos, no apagar das luzes do Congresso. No câmbio comercial, a moeda norte-americana fechou o pregão cotada a R\$ 6,266 para a venda — alta de 2,78% em único dia. Assim, o real acumula queda de 30% desde janeiro e está entre as moedas que mais derreteram em 2024. Na Bolsa de Valores de São Paulo, as perdas em um único dia das ações listadas foi de R\$ 130,6 bilhões, em valor de mercado, conforme levantamento da Elos Ayta.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, minimizou a forte desvalorização do real e afirmou que o movimento é de especuladores. Para ele, o “ambiente de incerteza” no mercado força a alta da moeda norte-americana, que deverá se acomodar nas próximas semanas.

“Temos um câmbio flutuante, que, neste momento em que as coisas estão pendentes, reflete um clima de incerteza. Isso faz o câmbio flutuar”, justificou Haddad. Segundo o ministro, nas conversas com grandes instituições financeiras, as previsões sobre o cenário econômico para 2025 “são mais promissoras”.

“As avaliações dessas instituições são melhores do que as que os especuladores estão fazendo”, afirmou aos jornalistas. Ao ser questionado sobre como será a relação entre o governo e o Banco Central daqui para frente, com a troca de comando da autarquia — sai Roberto Campos Neto e entra Gabriel Galpólo —, Haddad afirmou que Lula “nunca interferiu” no BC.

### Intervenção

A disparada do dólar fez a autoridade monetária anunciar, na noite de ontem, uma nova intervenção no câmbio hoje. Serão leiloados US\$ 3 bilhões no mercado à vista. Nesta semana, o BC injetou US\$ 4,7 bilhões em dois leilões nesta semana, e não conseguiu fazer o dólar ficar abaixo de R\$ 6, patamar que vem sendo considerado a nova realidade para a moeda desde o anúncio do pacote fiscal prevendo cerca de R\$ 70 bilhões em corte de gastos, em 27 de novembro. A iniciativa não foi bem aceita pelo mercado financeiro por ser considerada aquém do necessário para estabilizar o crescimento da dívida pública. As estimativas de impacto fiscal do pacote são menores, variando entre R\$ 40 bilhões e pouco mais de R\$ 50 bilhões.

Nem mesmo a intervenção do Tesouro, que atuou na recompra de títulos públicos, seguiu a disparada do dólar, em um momento em que muitas empresas estrangeiras enviam divisas para o exterior. Segundo analistas, a desconfiança do mercado financeiro no governo é crescente, pois os agentes econômicos estão precipitando que o ajuste

**-3,15%**

Varição do Ibovespa ontem, fechando a 120.772 pontos

**-10%**

Varição acumulada do Ibovespa em 2024

**-3,9%**

Varição do Ibovespa em dezembro



**O pacote é insuficiente. Enquanto o governo tenta empurrar os cortes para 2025 e 2026, que é ano eleitoral, os operadores estão considerando que isso vai ocorrer apenas no próximo governo, seja ele qual for”**

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados



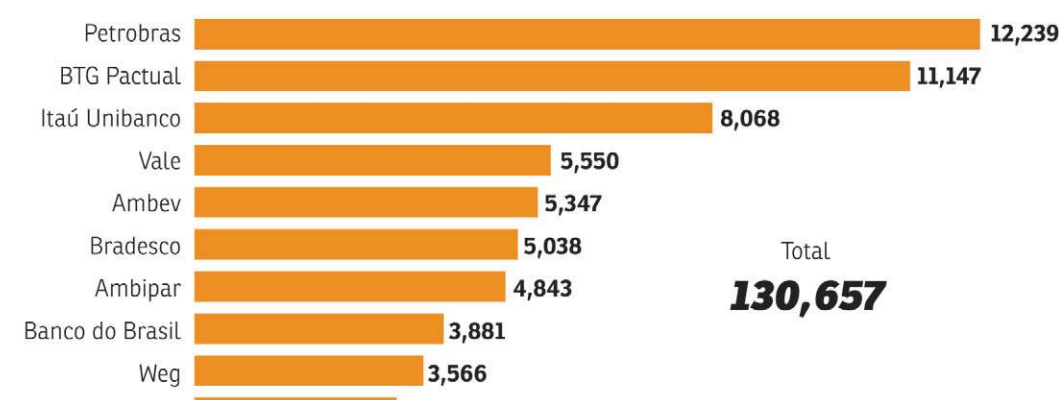
**O BC optou por dar liquidez e tentar apagar o incêndio via mercado à vista. Se a raiz do problema não for atacada — o desequilíbrio fiscal —, a estratégia se provará inócua e acabaremos com menos reservas do que começamos”**

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos

### PREJUÍZO

Em apenas um dia, ações listadas na B3 perderam R\$ 130 bilhões em valor de mercado, com Petrobras e BTG Pactual liderando o ranking de levantamento da Elos Ayta

### Perda em valor de mercado entre 17 e 18 de novembro — Em R\$ bilhões



fiscal não vai acontecer na segunda metade do terceiro mandato de Lula.

“O pacote é insuficiente. Enquanto o governo tenta empurrar os cortes para 2025 e 2026, que é ano eleitoral, os operadores estão considerando que isso vai ocorrer apenas no próximo governo, seja ele qual for”, destaca Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, demonstra preocupação com a eficácia das intervenções no câmbio. “O BC optou por dar liquidez e tentar apagar o incêndio via mercado à vista. Se a raiz do problema não for atacada — o desequilíbrio fiscal —, a estratégia se provará inócua e acabaremos com menos reservas do que começamos”, alerta.

### Cenário externo

Mas os motivos da forte desvalorização do real não foram apenas domésticos. O cenário

externo também não ajudou muito, dia de decisão do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), que reduziu os juros básicos em 0,25 ponto percentual, para a faixa de 4,25% a 4,50% ao ano (leia ao lado).

Com a perspectiva de juros mais altos nos EUA, as bolsas caem e o dólar fica mais forte, não apenas frente ao real. “O câmbio também teve um componente relevante, que foi a decisão do Fed. Mercado interno e externo projetaram corretamente o corte de juros, mas erraram na expectativa para a inflação”, destaca Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos.

A Bolsa de Valores de São Paulo desabou 3,15% para 120.772 pontos. “Com os juros mais altos lá fora, isso desvaloriza nosso câmbio, que provoca o Copom a subir ainda mais os juros por aqui, prejudicando a Bolsa”, explicou Cruz. (Colaborou Fernanda Strickland)

## Redução de 0,25 nos EUA

O Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) decidiu, ontem, manter o ritmo de corte de juros em 0,25 ponto percentual, para o intervalo de 4,25% a 4,50% ao ano. A decisão não foi unânime e a autoridade monetária sinalizou que o ritmo de redução de juros deve ser menor em 2025, antecipando o fim do ciclo de afrouxamento monetário.

De acordo com analistas, as novas projeções do Fed apontam apenas mais dois cortes no ano que vem, levando a taxa básica para 3,75% a 4% ao ano, no fim de 2025 — o que faz com que o dólar siga valorizado frente ao real. No comunicado do Fed, os integrantes do comitê de política monetária da instituição (Fomc) informaram que a perspectiva econômica segue incerta e que o “comitê está atento aos riscos para ambos os lados de seu mandato duplo”.

“Indicadores recentes sugerem que a atividade econômica continuou a se expandir em um ritmo sólido. Desde o início do ano, as condições do mercado de trabalho têm melhorado em geral, e a taxa de desemprego aumentou, mas continua baixa. A inflação progrediu em direção ao objetivo de 2% do Comitê, mas continua um pouco elevada”, destaca a nota. Ainda segundo o anúncio, o Fomc segue “fortemente comprometido em apoiar o emprego máximo e retornar a inflação ao seu objetivo de 2%”.

Ao avaliar a postura apropriada da política monetária, o comitê informou que “estaria preparado para ajustar a postura da política monetária conforme apropriado se surgirem riscos que possam impedir a obtenção das metas do colegiado”. “As avaliações do Comitê levarão em conta uma ampla gama de informações, incluindo leituras sobre as condições do mercado de trabalho, pressões inflacionárias e expectativas de inflação, e desenvolvimentos financeiros e internacionais”, salienta a nota.

### Decisão esperada

Na avaliação de Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos, a decisão era esperada. “Não fazia sentido o cenário projetado pelo Fed em setembro, e eles elevaram as previsões de inflação no ano que vem, de 2% para 2,5%”, destacou. Ele estima que, em 2025, essas projeções devem incorporar alguma medida inflacionária do governo de Donald Trump, “limitando a possibilidade de corte de juros”.

Carla Argenta, da CM Capital, chamou a atenção para o fato de que não houve uma decisão unânime, uma vez que a manutenção dos juros no patamar de até 4,75% ao ano “é um dos fatores que motivaram a reação mais exacerbada por parte do mercado”. “As atualizações sugerem uma atuação bem mais parcimoniosa do Fed, quando se trata de política monetária nos dois próximos anos, especialmente se levada em consideração a atuação nos dois últimos”, salienta. (RH)

# Mercado S/A



**AMAURI SEGALLA**  
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

Brasil não está em recessão e os níveis de emprego permanecem elevados. Isso deveria trazer algum alívio aos investidores

jcomp/Freepik



## Dólar a R\$ 7? Para bancos, cenário é possível

A apreciação do dólar tem levado as instituições financeiras a reverem as projeções para a cotação da moeda americana. E o cenário é alarmante. Segundo o economista-chefe do Banco BV, Roberto Padovani, o dólar chegará a R\$ 6,50 no final de 2025 e a R\$ 6,80, em 2026. A razão é uma velha conhecida: o descontrole da dívida pública brasileira. Recentemente, o Wells Fargo, um dos maiores bancos dos Estados Unidos, publicou um relatório que aponta para a possibilidade de o dólar chegar a R\$ 7 em 2026.

## Brasileiros acreditam em um 2025 melhor

O que os brasileiros esperam de 2025? De acordo com um estudo exclusivo realizado pelo VTrends, hub de pesquisas da operadora Vivo, três em cada quatro acreditam que o próximo ano será melhor do que 2024. Para o novo ciclo, 71% dos entrevistados afirmaram que desejam cuidar mais da saúde física ou mental e 48% planejam ter mais tempo para fazer o que gostam. Já 45% dos consultados apontam que viajar está entre os planos, enquanto 42% querem focar nas relações com aqueles que amam.

## Mercado financeiro exagera na dose de pessimismo?

O Ibovespa, o principal índice da B3, a bolsa de valores de São Paulo, deverá encerrar o quarto trimestre de 2024 com o pior desempenho desde 2014, conforme levantamento da consultoria Elos Aytá. Por mais que a dívida pública brasileira esteja em trajetória ascendente, faz sentido questionar se o mercado financeiro está exagerando na dose de pessimismo. Em 2024, o desempenho do Ibovespa segue entre os piores do mundo e, a julgar pelas análises dos gestores de recursos, o cenário tende a se agravar. Ou seja, os investidores estão “precificando” uma crise de dimensões catastróficas. O Brasil, ressalve-se, não está em recessão — longe disso —, e os níveis de emprego permanecem elevados. Isso, por si só, deveria trazer algum alívio para os investidores. Em entrevista ao jornal Valor Econômico, o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, afirmou que “há uma irracionalidade dos ativos financeiros.” Cabe aos gestores manterem a cabeça no lugar.



## Ameaçadas por chinesas, Honda e Nissan avaliam fusão

O avanço dos carros chineses em diversos mercados pelo mundo está alterando o jogo de forças do setor. Nesta semana, a imprensa japonesa informou que as montadoras locais Honda e Nissan negociam a fusão de suas operações para enfrentar a concorrência dos fabricantes da China. É um negócio de peso: elas ocupam, respectivamente, a vice-liderança e a terceira posição do mercado japonês, atrás da Toyota. Honda e Nissan apostam no compartilhamento de projetos no segmento de veículos elétricos.

AELTC/Florian Eisele



“O dinheiro pode abrir portas, mas o que realmente importa é como você usa sua influência para mudar vidas”

**Serena Williams**, ex-tenista americana e vencedora de 23 torneios de Grand Slam de simples

**R\$ 9,3 TRILHÕES**

é o patrimônio líquido da indústria brasileira de fundos de investimentos. Segundo a Anbima, entidade reguladora do setor, o número representa um crescimento de 247% nos últimos 10 anos

## RAPIDINHAS

» O mercado de luxo sofre com as mudanças de comportamento. Nos últimos dois anos, segundo pesquisa da consultoria Bain&Company, o segmento perdeu 50 milhões de consumidores. A razão é que a geração Z — aqueles nascidos entre 1995 e 2000 — prioriza consumir experiências como viagens ou fazer cursos, em vez de comprar mercadorias.

» O grupo AgroGalaxy, varejista de insumos para o agronegócio, adiou, mais uma vez, a divulgação do balanço referente ao terceiro trimestre de 2024. “O adiamento decorre, exclusivamente, do processo de reestruturação interna realizado pela companhia após o pedido de recuperação judicial”, informou a empresa, em comunicado ao mercado.

» A brasileira BRF, uma das maiores companhias de alimentos do mundo, comprou 50% da Gelprime, empresa especializada na produção de gelatina e colágeno, por R\$ 312,5 milhões. Atualmente, a Gelprime detém 2% desse mercado no mundo, mas a meta da BRF é aumentar a participação para, pelo menos, 5% num curto espaço de tempo.

» Uma pesquisa realizada pela Associação Comercial de São Paulo constatou que quase a metade dos brasileiros (47%) pretende comprar presentes de Natal. Entre os entrevistados, 35% disseram que deverão gastar mais do que em 2023. Os resultados positivos refletem os bons índices de emprego e o consequente aumento da renda.

# Natal dos Sonhos

**Participe da campanha Natal dos Sonhos da Casa Azul**

**Com apenas R\$ 60,00, você pode se tornar um padrinho ou madrinha do bem e ajudar a criar um lindo presente, que inclui uma mochila e um brinquedo. Além disso, esse valor também contribui para a ceia natalina, garantindo uma refeição deliciosa para todos.**

faça sua doação aqui  
**61 99169 4944**

Apoio  
**CORREIO BRAZILIENSE**

(61) 3359 2095 (61) 99168 6481  
WWW.CASAZULFELIPEAUGUSTO.ORG.BR

## REFORMA TRIBUTÁRIA

Apesar de o governo festejar a aprovação, há insatisfações com o texto final. Setor de saneamento básico é um deles

# Regulamentação fica para janeiro

» RAFAELA GONÇALVES

Ed Alves/CB/DA.Press



**Padilha: prazo de sanção serve para que haja adequação às modificações**

A sanção da regulamentação da reforma tributária, concluída nesta semana pelo Congresso, deve ficar para janeiro. A afirmação foi feita pelo ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, depois de reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O prazo tido como meta para a sanção tem em vista a adequação das alterações feitas ao texto pelo Legislativo. “Vimos conversar com o Ministério da Fazenda, com a equipe técnica do Senado e da Câmara e vamos, agora, acompanhar a redação final do autógrafo que foi finalizado, até ser encaminhado para o governo. Nossa expectativa é de que a sanção aconteça até o fim de janeiro”, explicou Padilha.

A aprovação a jato do projeto pela Câmara dos Deputados, na noite de terça-feira, foi comemorada pelo governo. O imposto zero para itens da cesta básica, a redução de impostos para medicamentos e a simplificação dos tributos foram alguns dos pontos destacados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“É um passo fundamental para impulsionar o desenvolvimento econômico, atrair investimentos, fomentar a competitividade do setor produtivo e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, disse Lula, em postagem no X (antigo Twitter).

Alguns setores da economia

saíram insatisfeitos com o texto final. Incluído de última hora pelo Senado na lista de segmentos que contariam com isenção de alíquota de 60%, o setor de saneamento foi retirado na Câmara — os parlamentares avaliaram que já havia sido beneficiado pela desoneração de investimentos, possibilidade de reequilíbrio de contratos e ampliação do cashback (devolução do imposto) federal de 20% para 100%. A mesma regra é aplicada para contas de energia, gás, telefonia e internet.

### Equiparação

Da forma como foi aprovada pelos senadores, a proposta estabelecia que os serviços de água e esgoto teriam tratamento tributário equiparado ao setor de

saúde. Essa alteração foi calculada como o maior impacto na alíquota geral do Imposto Sobre Valor Agregado (IVA), podendo chegar a 0,38 ponto porcentual.

A decisão de desonerar o setor foi empurrada para governadores e prefeitos. De acordo com os relatores do projeto na Câmara, caberá a eles a decisão de aumentar o cashback do novo imposto administrado por eles (IBS) de 20% para 100%.

A Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon) estima que, sem o tratamento diferenciado, haverá um aumento de 18% na tarifa média de água e esgoto. A entidade argumentou, ainda, que as metas de universalização do saneamento podem ser comprometidas.





## GUERRA NO LESTE EUROPEU

# "Ato de terrorismo"

Kremlin anuncia a prisão de uzebeque de 29 anos por envolvimento no assassinato do general Igor Kirillov, comandante da divisão de armas químicas do Exército russo. Suspeito teria sido recrutado e monitorado por forças especiais ucranianas

» RODRIGO CRAVEIRO

Cerca de 24 horas depois de um patinete-bomba matar o general russo Igor Kirillov — comandante das forças russas de defesa radiológica, química e biológica da Rússia — e um assessor, em Moscou, o Serviço de Segurança Federal russo (FSB, antiga KGB) anunciou a prisão de um uzebeque de 29 anos pelo atentado. As autoridades classificaram o duplo assassinato como "ato de terrorismo". O suspeito teria confessado, em interrogatório, que foi recrutado pela inteligência ucraniana, sob a promessa de receber US\$ 100 mil (cerca de R\$ 629 mil).

Segundo a agência de notícias russa Tass, o homem atendeu às ordens do serviço secreto de Kiev e, depois de desembarcar em Moscou, recebeu um dispositivo explosivo caseiro e o colocou sobre o patinete elétrico, ao lado do acesso ao prédio onde Kirillov morava.

Ainda de acordo com a Tass, o uzebeque alugou um carro e instalou uma câmera com tecnologia Wi-Fi no automóvel, de onde transmitiu o atentado, ao vivo, para conspiradores baseados na cidade de Dnipro, na Ucrânia. Além dos US\$ 100 mil, os responsáveis por encomendar o atentado se comprometeram a transferir o assassino para fixar residência em um país da União Europeia (UE). A FSB divulgou que o próprio suspeito detonou os explosivos, a distância, às 6h12 (0h12 em Brasília) de terça-feira, no momento em que Kirillov e o assessor saíam do prédio e caminhavam em direção a um carro.

"Está claro quem ordenou o ato de terrorismo. E mais uma vez está demonstrado que o regime de Kiev não se priva de métodos terroristas", declarou o porta-voz da Presidência russa, Dmitri Peskov. Até o fechamento desta edição, o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, não tinha feito qualquer declaração sobre o caso.

### Regras da guerra

Angelo Segrillo, professor de história da Universidade de São Paulo (USP), disse ao **Correio** que há fortes indícios de que os serviços secretos ucranianos participaram do assassinato de Kirillov. "O ataque pode ser visto como terrorismo, por

Alexander Nemenov/AFP



Perito vistoria corpo do assessor de Igor Kirillov, no centro de Moscou: mortes ocorreram durante explosão de patinete-bomba

Nicolas Tucat/AFP



### Chefe da Otan e líderes europeus se reúnem com Zelensky

Depois de uma reunião bilateral marcada pelo abraço com o presidente da França, Emmanuel Macron, o líder ucraniano, Volodymyr Zelensky, foi recebido, em Bruxelas, pelo secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Mark Rutte, e por vários dirigentes europeus, para discutir a situação da guerra entre ucranianos e russos. A pequena reunião de cúpula informal na residência oficial de Rutte em Bruxelas é "uma boa oportunidade para falar sobre garantias de segurança para a Ucrânia, para hoje e para o futuro", disse Zelensky. Participaram do encontro a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, e o chanceler alemão, Olaf Scholz, além de funcionários do alto escalão de Dinamarca, Países Baixos, Polônia e Reino Unido. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o presidente do Conselho Europeu, António Costa, foram convidados como representantes da União Europeia (UE).

ser um ato que não está dentro do ordenamento da guerra. No entanto, trata-se de algo muito comum, que ocorre de forma oculta. A Ucrânia justifica isso ao dizer que o general tinha um comportamento também fora das regras da guerra. Kirillov

trabalhava com o programa de armas biológicas, algumas delas, proibidas", explicou.

O estudioso defende cautela na análise do atentado. Segundo ele, na história da Rússia, quando ocorrem assassinatos políticos, são muito comuns prisões

de pessoas do Cáucaso, do Uzbequistão e da Chechênia. "No caso do político liberal Boris Nemtsov (crítico do presidente Vladimir Putin, morto em 27 de fevereiro de 2015), prenderam um checheno. Muitas vezes, existe a desconfiança de que essas pessoas possam

ser usadas como bodes expiatórios. Talvez até em troca de recompensa no futuro e de ser solto", comentou Segrillo.

Ele não descarta que a Ucrânia tenha usado assassinos de outro país. "O mundo da espionagem é, por definição, fora das



**Está claro quem ordenou o ato de terrorismo. E mais uma vez está demonstrado que o regime de Kiev não se priva de métodos terroristas"**

**Dmitri Peskov**, porta-voz da Presidência da Rússia

**US\$ 100 MIL**

Valor que teria sido prometido ao uzebeque pela morte de Igor Kirillov, segundo as autoridades russas

normas. Se eu tivesse que apostar minhas fichas, parece haver o envolvimento da Ucrânia. É um padrão que tem crescido nos últimos meses: assassinatos seletivos de funcionários russos", citou Segrillo. Ele acredita que a Ucrânia tenha intensificado esses crimes antevidas dificuldades depois da posse de Donald Trump, nos EUA, em 20 de janeiro.

### Retirada

Professor de política comparada da Universidade de Kyiv-Mohyla, Olexiy Haran considera que o assassinato foi uma operação dos serviços de segurança da Ucrânia. "Quanto às denúncias de terrorismo, vale destacar que a Rússia é um Estado terrorista que invadiu o nosso país", disse ao **Correio**. "O Brasil deveria reconhecer que isso é uma guerra, não um conflito ou uma crise, e exigir a retirada das forças russas da Ucrânia. Parar de comprar a narrativa de Moscou."

Haran reiterou que Kirillov era um alvo legítimo. "Ele comandava tropas que usaram armas químicas umas 3 mil vezes. São armas proibidas, que a Rússia continua a utilizar contra a Ucrânia. A morte de Kirillov foi uma resposta assimétrica a um país que tem preponderância em contingente e em equipamento bélico."

## SÍRIA

# De olho em R\$ 1,5 bi enviados à Rússia por Al-Assad

Sob ordens de Bashar Al-Assad, o Banco Central da Síria transferiu, por via aérea, cerca de US\$ 250 milhões (ou R\$ 1,5 bilhão) para Moscou entre 2018 e 2019. A informação foi divulgada pelo jornal britânico *Financial Times*, que teve acesso aos documentos sobre o aporte financeiro. Autoridades do novo regime sírio e de outros países esperam reaver o dinheiro.

Andrew Tabler, ex-funcionário da Casa Branca envolvido na investigação sobre os bens da família do ditador, admitiu ao jornal *Wall Street Journal* que haverá uma "caça aos ativos" de Al-Assad em âmbito internacional. "Eles tiveram muito tempo antes da revolução para lavar seu dinheiro. Eles sempre tiveram um Plano B e, agora, estão bem equipados para o exílio", declarou.

A transferência da fortuna de Bashar ocorreu no momento em que a Síria estava desesperadamente

carente de moeda estrangeira. O carregamento, de quase duas toneladas, consistiu em notas de US\$ 100 e de 500 euros. O dinheiro deixou Damasco em direção ao aeroporto de Vnukovo, em Moscou, e foi depositado em bancos russos.

De acordo com a reportagem, Al-Assad enviou o montante enquanto estava em dívida com o Kremlin pelo apoio militar fornecido pelo governo de Vladimir Putin. Familiares do ditador sírio secretamente compraram ativos na Rússia.

Ex-amigo de Al-Assad, Ayman Abdelnour não se surpreendeu com a notícia. "Todos os ditadores do mundo mantêm seu dinheiro fora de seu país. Por essa razão, a economia, sob uma ditadura, se apresenta em condições ruins. Ditadores sempre têm medo de serem derubados, de sofrerem golpes militares. Eles costumam antever uma fuga", explicou ao **Correio**, por telefone,

Ozan Kose/AFP



Rebelde mantém guarda diante da residência de verão de Bashar Al-Assad, em Latakia, à beira do Mar Mediterrâneo

o representante da oposição a Al-Assad no exílio (em Washington).

Ainda segundo Abdelnour, o ex-presidente Hafez Al-Assad, pai de Bashar, também concentrava uma

fortuna fora da Síria. "Ele distribuía o seu dinheiro por vários países europeus, principalmente a Suíça, por nações do Golfo Pérsico e pela própria Rússia", observou.

### Eu acho...

Arquivo pessoal



"Não foi Bashar quem começou a tirania na Síria. Ele a herdou de seu pai, Hafez Al-Assad, que governou por 30 anos. Houve muito dinheiro descoberto no nome de Hafez. Bashar herdou o regime e todo o dinheiro da família. Ele não amedahlou a fortuna durante sua presidência. Isso é parte do negócio da família."

**Ayman Abdelnour**, ex-amigo de Bashar Al-Assad e representante da oposição síria no exílio

### Cooperação

A Turquia e o Líbano acordaram em atuar juntos na Síria, para auxiliar o vizinho depois da queda de Al-Assad. "Uma nova era começou na Síria. Concordamos que devemos agir juntos, como dois importantes vizinhos da Síria", afirmou o presidente turco,

Recep Tayyip Erdogan, durante uma coletiva de imprensa conjunta com o primeiro-ministro libanês, Nayib Mikati. "A estabilidade da Síria determina a estabilidade da região", acrescentou. "Este é um período-chave no qual devemos agir com unidade, solidariedade e reconciliação", continuou ele. (Rodrigo Craveiro)

## VISÃO DO CORREIO

# Importação de lixo requer ações efetivas

Figurando entre os maiores produtores de lixo do mundo, o Brasil tem dificuldades para cuidar das próprias sobras. Gera por ano mais de 80 milhões de toneladas de resíduos, mas recicla apenas 4% desse total, segundo relatório da Universidade de São Paulo (USP). Como se não bastasse o problema interno, o país tem a prática de importar a sujeira dos outros.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) mostram que, só nos cinco primeiros meses deste ano, foram compradas 28,3 mil toneladas de lixo internacional. A importação tem como principal justificativa o menor preço dos materiais de fora, quando comparados aos coletados aqui. Mas, além de contraditória, evidência que os ganhos financeiros seguem ofuscando as prioridades climáticas e ambientais.

A questão do plástico deixa o contraste evidente. Em 2023, enquanto reciclou apenas 28% das embalagens descartadas, conforme o Movimento Plástico Transforma, o Brasil trouxe para casa 3,4 mil toneladas de sobras produzidas por outros países. Um dos principais vendedores são os Estados Unidos, que compartilham conosco a alta produção — somos o quarto produtor do mundo e eles, o primeiro — e o baixo reaproveitamento — 5% dos resíduos plásticos domésticos foram reciclados no país, em 2021, segundo o Greenpeace.

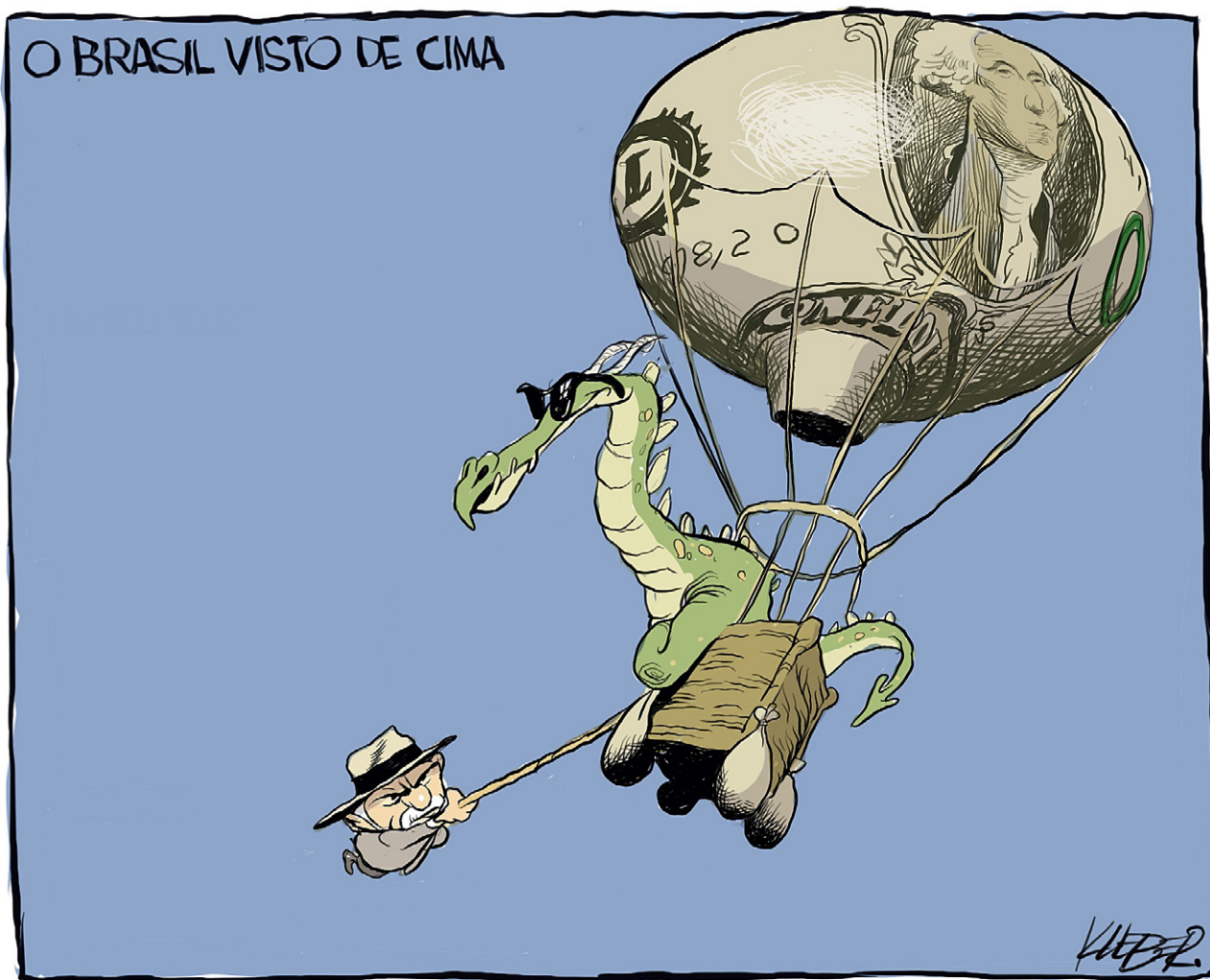
A venda de lixo para o Brasil contempla outros materiais — vidro, papel e alumínio —, que são usados como matéria-prima secundária para a produção de itens com material reciclado. Há, dessa forma, um impacto na

chamada economia circular, que, entre os seus princípios, tem a adoção de processos que beneficiem diretamente os mais vulneráveis aos efeitos da produção e do consumo — nesse caso, as comunidades atingidas pelo descarte irregular e os catadores que abastecem a indústria da reciclagem.

Ao **Correio**, Patrícia Iglesias, professora e superintendente de gestão ambiental da USP, ressaltou outro ponto da importação de lixo que desperta preocupação: a forma como eles chegam ao país. “Esses resíduos vêm de navio. Então, os impactos vão das emissões de carbono, riscos de acidente, contaminação tóxica, até a falta de rastreabilidade dos resíduos”, advertiu.

Não se pode desconsiderar que o problema era mais grave. Entre 2019 e 2022, devido à alíquota zero implementada na gestão de Jair Bolsonaro, a importação desses resíduos alcançou o maior número. O atual governo aumentou a taxa de importação para 18%, na tentativa de desincentivar a prática. Nesse sentido, espera-se que a Presidência da República sancione o projeto de lei proibindo a importação de resíduos sólidos, aprovado nesta terça-feira, no Senado.

Não só isso. A conta segue aberta sem um setor privado que entenda as práticas de ESG (Ambiental, Social e Governança, na sigla em português) para além das estratégias de marketing. A adoção de embalagens retornáveis, a incorporação da reciclagem nos processos produtivos e o descarte correto do mínimo possível de resíduos são algumas das estratégias com benefícios que extrapolam os balanços financeiros.



## » Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.  
» E-mail: [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

### Golpe

Busco lá na minha infância algumas atitudes de menino arteiro, para comparar com o que aconteceu na tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. Lembro-me da meninada que se reunia ao anoitecer para brincar na rua e fazer também algumas travessuras. Na turma, tinha um quase adolescente chamado por todos de Jair travesso. Era um espertalhão. Ele reunia o grupo e determinava as “artes” que seriam praticadas. Eis algumas: tocar campanha nas residências, jogar pedras nos telhados, esvaziar pneus de carros, gritar bem alto pedindo socorro e outras coisas. “Jair travesso” aticava e ficava escondido observando o que acontecia. A meninada cometa a traquinagem e saía correndo. Eis que um dia, o proprietário de um caminhão resolveu esperar, deitado na cabine, pela ação dos arteiros. Não deu outra. Ele conseguiu identificar alguns garotos, foi à casa de cada um e contou aos pais o que acontecia. Todos receberam castigos e abriram o bico, contando que eram induzidos por “Jair travesso” a fazer aquelas coisas erradas. Espero que os envolvidos na trama golpista que já estão prestando esclarecimentos façam como os meninos que “entregaram” “Jair travesso”, contando para o Brasil de que cabeça saiu a ideia de extermínio a nossa democracia. Abram a boca.

» **Jeovah Ferreira**  
Taquari

### Política e IA

O uso de inteligência artificial (IA) na política é um campo dinâmico, com desafios éticos e práticos crescentes. Um episódio recente ilustra isso, conforme noticiado pelo **Correio Braziliense**, o governo de São Paulo divulgou uma imagem do governador Tarcísio de Freitas ao lado de Elon Musk, que se revelou ser gerada por IA. Esse caso é um exemplo

claro do que autoridades nunca devem fazer. Permitir o uso de IA para criar representações de si mesmas ou de outros abre precedentes perigosos, podendo enganar a população, especialmente em momentos de crise política, sanitária ou ambiental. Embora qualquer pessoa possa criar conteúdos similares, a adoção dessa prática por um governo compromete a credibilidade da comunicação oficial. Essa questão vai além da regulação da IA. Trata-se de princípios éticos que resguardam a confiança pública e a legitimidade das instituições.

» **Paulo Lyra**  
Asa Sul

### Cultura

A raiz da catástrofe civilizacional brasileira está na “cultura”. A cada ano, tornam-se mais raros os brasileiros capazes de ler e interpretar adequadamente um texto um pouco mais complexo. A nossa competência hermenêutica decai de geração a geração, até o ponto em que muitos jovens revelam-se simplesmente incapazes de perceber o domínio do discurso político indíreto, simbólico e plurívoco. Há uma relação direta entre a habilidade de ouvir, ler e interpretar, seja um discurso ou um texto, e a capacidade de pensar, julgar e agir de modo livre. A perda da competência hermenêutica é desastrosa, não percebe os pressupostos ocultos dos argumentos, não se protege intelectualmente contra os chavões políticos. Um povo iletrado é um povo condenado à servidão, a uma servidão que não se reconhece como tal, a uma servidão tomada como a mais completa liberdade, a uma servidão que se apresenta como uma obrigação da consciência ética. Em suma: quem não sabe pensar e julgar bem o seu pensamento acaba por ser estabelecido e orientado por outrem.

» **Renato Mendes Prestes**  
Águas Claras

## Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Fim do mistério: A morte ficta é a comprovação que existe vida após a morte.

**Abraão F. do Nascimento** — Águas Claras

O governador Ibaneis deseja a todos os brasileiros muita saúde em 2025... porque quem não tiver e precisar de atendimento público está lascado!

**Vital Ramos de V. Júnior** — Jardim Botânico

Tem 22 anos que o Distrito Federal recebe o Fundo Constitucional e segurança, educação e, sobretudo, saúde continuam ruins do mesmo jeito. Melhorou apenas os salários dos servidores.

**Antonio Machado Pessoa** — Gama

O Fundo Constitucional do DF é importante, mas o governante da capital não pode ser conivente com a quebra de Brasília.

**Manoel Cardoso** — Brasília

Que a reinauguração da Sala Martins Pena seja o pontapé inicial para continuar com a atenção que toda a cultura merece!

**Leandro Lira** — Distrito Federal

Não sou botafoguense, mas, enquanto nativo do país do real, penso que escapamos de um 6X0 do Real de Madrid, na real!

**Mauro Evangelista Duarte** — Asa Norte



**CIDA BARBOSA**  
[cidabarbosa.df@dabr.com.br](mailto:cidabarbosa.df@dabr.com.br)

## Avanços em menos de dois anos

O Brasil vai fechar o ano com uma grande vitória na mobilização pelas altas coberturas vacinais. Até o mês passado, houve aumento de 15 dos 16 imunizantes recomendados para o público infantil — segundo o Ministério da Saúde, uma elevação média de 17 pontos percentuais em relação a 2022.

Mérito da pasta, que desde o início da atual gestão tem trabalhado para retomar os índices seguros de vacinação, e triunfo de cada um de nós, que garantimos a segurança das nossas crianças contra doenças evitáveis e, assim, ajudamos também a proteger a coletividade.

De acordo com o ministério, a primeira dose da tríplice viral, por exemplo, cresceu de 80,7% para 96,3% em menos de dois anos. O imunizante protege contra sarampo, caxumba e rubéola. E foi graças a esse avanço que o Brasil recuperou o certificado, concedido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de país livre do sarampo e da rubéola — título que tínhamos perdido em 2019.

Por sua vez, o reforço da vacina contra a poliomielite saltou de 67,7% para 100%. Essa doença perigosíssima pode provocar paralisia irreversível nas pernas ou nos braços, e, embora seja raro, até mesmo a morte, porque tem

potencial para fazer com que os músculos respiratórios parem. Quando a população não adere à imunização, portanto, abre a porta para o retorno dessa enfermidade cruel.

O único imunizante que destoa desse progresso foi o de combate à catapora, que apresentou queda. Segundo o ministério, por causa da instabilidade de fornecimento pelos laboratórios fabricantes desde o começo de 2022. Mas, ainda conforme a pasta, a distribuição será normalizada nos próximos meses.

O enfrentamento à covid-19 também segue entre as prioridades, porque a doença continua a causar sequelas e mortes. Na semana passada, o ministério anunciou que o imunizante fará parte do Calendário Nacional de Vacinação para gestantes e idosos. Outras novidades são o esquema vacinal para crianças de 6 meses a menores de 5 anos com três doses da Pfizer e o início da oferta da vacina da Zalika Farmacêutica.

Os desafios ainda são múltiplos, mas, ao contrário do que aconteceu em gestões anteriores, marcadas pelo negacionismo, há comprometimento com a imunização e com o resgate da confiança da população nas vacinas. Os resultados estão aparecendo.

## CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara  
E se mais mundo houera, lá chegara”  
Camões, e, VII e 14

**GUILHERME AUGUSTO MACHADO**  
Presidente

**Leonardo Guilherme Lourenço Moisés**  
Vice-Presidente executivo

**Ana Dubeux**  
Diretora de Redação

**Valda César**  
Superintendente de Negócios e Marketing

### VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 4,00	R\$ 6,00

### Assine

(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 WhatsApp

\* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.158.8945 WhatsApp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

### Anúncio

Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp  
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp  
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

### ASSINATURAS\*

SEG a DOM

R\$ 899,88

360 EDIÇÕES

(promocional)

S.A. CORREIO BRAZILIENSE - Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078

- Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>  
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFE Agência Estado e DA Press. Tel: (61) 3214-1131

### DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

DA Press Multimídia  
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:  
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:  
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/  
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.  
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.  
E-mail: [dapress@dabr.com.br](mailto:dapress@dabr.com.br) Site: [www.dapress.com.br](http://www.dapress.com.br)

# O Teatro Nacional e o reencontro com a alma cultural de Brasília



» CELINA LEÃO  
Vice-governadora  
do Distrito Federal

Arte é o mais poderoso reflexo da alma de uma cidade. Ela guarda memórias, cria pontes entre o passado e o futuro e, sobretudo, enche de vida os lugares que habitamos. Após 10 anos de silêncio, a reabertura da Sala Martins Pena, no Teatro Nacional Claudio Santoro, devolve a Brasília mais do que um espaço físico: devolve-lhe um símbolo, uma identidade cultural há muito aguardada e ansiosamente desejada.

O Teatro Nacional Claudio Santoro não é apenas um edifício. Ele é parte do imaginário coletivo do Distrito Federal, uma obra-prima arquitetônica de Oscar Niemeyer que abriga, em suas paredes, a história de nossa cultura. É lá que a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro, por quatro décadas, ressoou com maestria as notas de compositores nacionais e internacionais. É ali que os sonhos dos artistas locais e as emoções do público se encontram e se completam. Quando as portas se fecharam em 2014, a sensação foi de vazio, como se parte da alma artística de Brasília tivesse sido silenciada.

Esse silêncio, porém, nunca significou esquecimento. Pelo contrário, ele fortaleceu a necessidade de reaver aquilo que é essencial: o pertencimento, o respeito ao talento dos nossos artistas e a cultura como um direito inegociável. Agora, o som das orquestras, o brilho das luzes nos palcos e os aplausos renovam esse espaço que, além de beleza, carrega em si a esperança de um novo tempo.

A reabertura da Sala Martins Pena é um marco. Não apenas pela sua imponência restaurada, mas pelo significado profundo que carrega: a cultura voltou a pulsar no coração de Brasília.

Uma década de espera trouxe consigo desafios, mas também resiliência. A cada martelo, a cada ajuste, o restauro não se limitou a tijolos e poltronas. Ele se estendeu ao resgate do orgulho que sentimos como brasilienses, ao devolver à população um espaço digno de sua grandeza cultural.

A celebração de cinco dias programada para marcar esse retorno não poderia ser mais simbólica. Ela mistura os talentos locais, que são o alicerce da nossa arte, e a presença de grandes nomes nacionais, como Chitãozinho e Xororó, Almir Sater e a Plebe Rude. São sons que conversam entre si e que ecoam a diversidade de um Brasil múltiplo, bem representado na capital. É a prova de que a cultura não tem fronteiras e que, quando bem cuidada, é capaz de unir públicos distintos, tradições e modernidades em um mesmo espetáculo.

Entre os muitos simbolismos desse momento, há um especialmente comovente: o retorno da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro à sua casa. É como se as notas musicais, durante todos esses anos, tivessem viajado pela cidade em busca de abrigo, passando por diferentes palcos e ambientes. Hoje, elas voltam ao local onde pertencem, ao espaço preparado para que ressoem em sua plenitude, com acústica adequada e estrutura pensada para a excelência.

Mais do que um gesto simbólico, essa volta tem o peso de um reconhecimento. A Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro é patrimônio imaterial da nossa cidade. Ela carrega o nome de Claudio Santoro, um dos maiores compositores brasileiros, e sua existência é uma homenagem viva à música erudita nacional. O retorno ao Teatro Nacional Claudio Santoro é o reencontro com a história, com a identidade, com tudo o que faz da Orquestra Sinfônica um motivo de orgulho.

Os trabalhadores que participaram do restauro da Sala Martins Pena, homenageados com o concerto Sinfonia do Concreto, representam o esforço e a dedicação de centenas de mãos que tornaram esse momento possível. A eles, também, devemos o retorno da música, do

espetáculo e da emoção que farão vibrar as paredes do teatro. Essa celebração é, antes de tudo, um tributo ao trabalho coletivo, ao empenho de cada profissional que acreditou no poder da cultura e em sua capacidade de transformação.

O investimento na cultura é o investimento em um futuro mais humano, mais sensível, mais conectado com a alma das pessoas. A reabertura da Sala Martins Pena é apenas o início. O Teatro Nacional Claudio Santoro renasce com a promessa de um amanhã em que cada uma de suas salas, de Villa-Lobos a Dercy Gonçalves, estará pronta para acolher mais sonhos, mais aplausos e mais histórias.

Brasília é uma cidade que nasceu para ser única. Seu céu inigualável, sua arquitetura monumental e seus artistas vibrantes são a prova de que o Distrito Federal é, desde sua origem, uma capital feita de arte. Ao devolver o Teatro Nacional Claudio Santoro ao seu povo, o Governo do Distrito Federal reafirma a importância de se preservar o que é nosso, resgatando não só um espaço, mas um compromisso: o de cuidar da cultura como parte inseparável da vida da cidade.

A Sala Martins Pena reabre com sua capacidade ampliada, moderna e acessível. São 480 lugares pensados para acolher todos os públicos, respeitando a diversidade e a inclusão. Novos sistemas de ventilação, iluminação e segurança garantem não apenas o conforto, mas a dignidade que o teatro merece. Cada detalhe foi cuidado com o respeito que o patrimônio exige e a grandeza do legado cultural que Brasília demanda.

Que as luzes nunca mais se apaguem. Que os aplausos nunca mais cessem. Que o palco da Sala Martins Pena seja, a partir de agora, um convite permanente para que Brasília sonhe, celebre e vibre ao som das suas histórias. Porque, afinal, a arte é isso: um eterno recomeço que nos conecta ao melhor que podemos ser.

Que o novo ato do Teatro Nacional Claudio Santoro seja eterno.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circecunha.df@dabr.com.br

## Água, luz e democracia

É certo que, em nosso país, a privatização, parcial ou ampla, de alguns serviços básicos e essenciais ao cidadão sempre vem acompanhada de problemas e deficiências que acabam por prejudicar quem mais deveria ser protegido: o usuário, que paga, e caro, por esses serviços. Estamos falando basicamente do fornecimento de água, esgoto tratado, coleta de lixo e, obviamente, de eletricidade. Portanto, a privatização desses importantes serviços deve, por bom senso, ser realizada sob muitos cuidados prévios. Afinal, o consumidor é também um cidadão, com direito a esses serviços.

Na maioria das vezes, essas terceirizações têm produzido um enorme, constante e crescente número de reclamações. Isso deixa patente que o fornecimento de água e luz tem desagradado aos consumidores. Muitas dessas queixas vão parar na Justiça de pequenas causas, gerando custos tanto para a máquina do Estado quanto para os consumidores. Os prejuízos com cobranças indevidas são visíveis e cobrados em forma de danos morais, materiais e outros. Pelo que se tem visto, o grande número de queixas e reclamações tem deixado essas empresas literalmente sem ter como atender a tanta demanda.

A falta de pessoal especializado e capacitado para atender diretamente e em tempo real aos reclames dos consumidores é uma realidade. Empresas, muitas delas com a matriz no estrangeiro, ao se alistarem para prestar serviços essenciais à população, por meio de processo licitatório público, assumem esses compromissos sem ao menos ter uma ideia próxima do tamanho da responsabilidade e da sensibilidade desses serviços.

Água e luz são insumos que garantem, de fato, o exercício da cidadania. A prestação desses serviços deve, pois, estar sujeita à vigilância ativa do poder público. Num mundo ideal, onde o bom senso imperasse, as empresas seriam muito mais do que simples empresas. Seriam amigos do consumidor, tratando-os com todas as vênias e atenções.

Há um outro aspecto a ser observado, que é o da humanidade, pois ninguém vive sem esses insumos básicos. É sabido e certo que as empresas que fazem parceria do tipo público-privada (PPP) com os governos buscam lucros e os têm em grande medida. As contas de luz e água não são baratas e pesam no bolso dos consumidores. Todo o dia certo de cada mês, chegam e, não raro, surpreendem a todos pelos valores. Os mecanismos de cobrança funcionam como um relógio suíço. Os consumidores de baixa renda são os que mais reclamam, pois são também os únicos a checar com cuidados os valores cobrados.

A rigor, luz, água, esgoto e coleta de lixo deveriam ficar sob o guarda-chuva do Estado, assim como educação, segurança e transporte público. Mas, na impossibilidade prática da prestação desses serviços, recorrem-se a terceiros por meio das famosas PPPs.

Para complicar ainda mais essa questão, as agências reguladoras, que deveriam, em tese, proteger os consumidores, se veem pressionadas pelo poderoso lobby e, não raramente, preferem fechar os olhos às demandas da população. Nesse caso, não há a quem recorrer, a não ser àqueles que podem custear altos escritórios de advocacia.

Esses insumos concretos à cidadania deveriam ser melhor cuidados pelo governo. Afinal, até mesmo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) está diretamente relacionado com a prestação desses serviços. Os países que mais investem nessa área são também os mais desenvolvidos, prósperos e os que mais fazem valer os direitos individuais e, por que não, a própria democracia.

### »A frase que foi pronunciada:

“Havendo receita, a melhor coisa a fazer é mesmo abater a dívida pública. O nosso problema fiscal faz com que tenhamos juros altos, o que retarda o crescimento do país e cria uma série de problemas de ordem econômica, política e social.”

Armando Castelar

### Sem indicações

» O uso de fita estampada de girassóis indica que há uma deficiência oculta. No supermercado Dona de Casa, um cliente reclamou na fila de idosos que um rapaz aparentemente saudável ocupava a fila errada. Não sabia da fita.

### »História de Brasília

Faturando uma defesa para o sr. Laranja Filho, o sr. Hélio Fernandes saiu-se com os maiores ataques ao Novacaçap, procurando, através de alusões ao médico particular do presidente, dar a entender que estava agindo com imparcialidade. (Publicada em 25/4/1962)

Caio Gomez



## Nós, o Congresso e os militares



» RAUL JUNGSMANN  
Diretor-presidente do Instituto  
Brasileiro de Mineração (Ibram)  
e ex-ministro da Defesa e da  
Segurança Pública

No dia 25 de agosto de 2010, lá pelo fim da tarde, uma discreta comemoração estava em curso no gabinete do ministro da Defesa, Néelson Jobim. O motivo: fora aprovada a Lei Complementar 136, que instituiu a Política e a Estratégia Nacional de Defesa, além do Livro Branco da Defesa Nacional.

No dia, poucas notas a respeito na imprensa — porém, pela primeira vez na nossa história, estava criado um laço entre as nossas Forças Armadas, a Defesa Nacional e o povo brasileiro, por meio de seus representantes no Congresso Nacional.

As Forças Armadas não são autônomas, tanto que declarar a guerra e fazer a paz são competências exclusivas do parlamento. Porém, faltava ao Congresso o instrumento necessário para, em diálogo com os militares, determinar que Forças Armadas queremos, como um país com crescente importância no contexto global democrático.

Passados 14 anos daquele 25 de agosto, o que posso dizer, como relator da Lei 136, é que a esperança se transformou numa frustração profunda. O Congresso tem se alienado do seu papel em comportamento que considero irresponsável com a Defesa do Brasil!

Quase diariamente, muitos me pedem (principalmente jornalistas) uma avaliação dos recentes episódios que registram o envolvimento de militares, inclusive de altas patentes, numa trama golpista.

Relatórios de quase mil páginas da Polícia Federal trazem evidências levantadas por extensa e bem documentada investigação, atestando esses fatos, que estão sob o controle do Supremo Tribunal Federal (STF).

Poderia me limitar a fazer coro com o que me parece consensual, ou seja, a condenação veemente a tão grave e repulsiva atitude de um núcleo minoritário que subverteu o fundamento maior da caserna — de servir à pátria, fiel à Constituição.

Isso é ponto pacífico, como também o é o fato de que as Forças Armadas, como instituição, não deram aval a essa aventura irresponsável. Os que subverteram a ordem serão responsabilizados e punidos na forma da lei, como já está acontecendo, inclusive com a cooperação das próprias Forças Armadas.

Isso posto, volto a insistir na ruptura do Congresso Nacional com a inércia nessa grave matéria. A célula regenerativa é de natureza política, mas nosso Legislativo, ainda hoje, mantém a procrastinação como padrão, embora municiado de amplos conteúdos desde a criação do Ministério da Defesa, em sucessivas gestões civis.

Até sua criação, eram quatro os ministérios militares: Marinha, Exército, Aeronáutica e o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Em seu segundo mandato, o presidente Fernando Henrique conseguiu efetivamente criar o Ministério da Defesa, em operação coordenada pelo general Alberto Cardoso, então seu ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Sexto ministro da Defesa, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, ex-ministro da Justiça e relator da revisão da Constituição de 88, Nelson Jobim introduz o alicerce para um novo ciclo, com as Forças Armadas subordinadas ao poder civil: a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional, já mencionados, auxiliado por Mangabeira Unger que, mais tarde, seria ministro de Assuntos Estratégicos nos governos Lula e Dilma.

A Política Nacional de Defesa define objetivos, a Estratégia Nacional de Defesa, forma e meios, e o Livro Branco funciona como uma espécie de catálogo dos instrumentos disponíveis

para a realização dos dois primeiros.

A matéria que relatei, aprovada com apenas um voto contrário, estabeleceu a atualização dos textos de quatro em quatro anos. Ou seja, sempre no meio dos mandatos, para evitar a contaminação política comum no princípio e no fim de governos.

Aprovou-se o primeiro em 2008, para ser atualizado em 2012 e assim sucessivamente, o que não ocorreu. Paramos nesse primeiro estágio, ou seja, há 12 anos, o Congresso não decide sobre a matéria.

Em 2016, o presidente Temer recebeu do Congresso um arremedo, feito a toque de caixa, não precedido sequer de audiências públicas, como deve ser a tramitação. Ainda assim, 17 dias antes do término de seu mandato e por não achar lícito assiná-la ao apagar das luzes, deixou para a gestão de Bolsonaro, que a tratou como matéria de governo anterior, e não como questão de Estado.

A nova atualização, de 2020 a 2024, foi enviada já pelo então ministro da Defesa, Fernando Azevedo, mas até aqui parece destinada à mesma indiferença do parlamento. Hoje, duas matérias de indiscutível urgência não estão priorizadas.

A primeira é a PEC que condiciona o ingresso do militar na política ao seu afastamento da carreira, sem possibilidade de retorno às Forças Armadas, o que considero essencial para cessar a politização nos quartéis e o consequente equilíbrio constitucional.

A segunda diz respeito à participação de militares no governo, que deve se dar, a meu juízo, em quatro áreas: nuclear, espacial, segurança cibernética, guarda e proteção do presidente da República, que não deve ficar a cargo das polícias.

É hora de entender que militares demandam rumos e, se o sistema político se faz ausente e nós não exercemos nenhum diálogo, regamos, todos, a semente da instabilidade, num estímulo a bolsões minoritários para retomarem a ideia de tutela, o que é, registre-se, inaceitável.

## Primeiro miniórgão COM NOTOCORDA

A estrutura serve como guia para as células na formação da coluna vertebral e do sistema nervoso, ajudando na compreensão sobre como o corpo humano se organiza nas suas fases iniciais

» ISABELLA ALMEIDA

Pesquisadores do Instituto Francis Crick, no Reino Unido, conseguiram criar modelos de células-tronco humanas, muito conhecidos como miniórgãos, que, pela primeira vez, têm notocorda — tecido essencial no embrião em desenvolvimento, que funciona como um sistema de navegação. A estrutura serve como guia para as células na formação da coluna vertebral e do sistema nervoso. Para especialistas, o trabalho, publicado ontem na revista *Nature*, ajuda a compreender a forma que o corpo humano se organiza durante as fases iniciais de formação.

A notocorda é uma estrutura cilíndrica vital para o desenvolvimento do corpo. Ela é uma característica fundamental dos animais com espinha dorsal e tem uma grande função na organização do tecido nos primeiros estágios embrionários. Apesar da relevância, a grande complexidade impedia que ela fosse incluída em modelos anteriores que buscavam recriar o desenvolvimento da coluna vertebral humana em laboratório.

Para o estudo, os cientistas começaram o trabalho com embriões de galinha, buscando entender o processo natural de formação da notocorda. Ao avaliar os dados da primeira etapa, junto a outras informações sobre camundongos e macacos, os pesquisadores determinaram o tempo e a sequência exata dos sinais moleculares necessários para gerar o tecido da notocorda.

Então, a equipe desenvolveu uma sequência específica de sinais químicos utilizada para induzir células-tronco humanas a formarem a notocorda. O resultado foi o desenvolvimento de uma estrutura em miniatura que se aproxima da notocorda, medindo entre 1 e 2 milímetros. Nela os pesquisadores viram a presença de tecido neural em formação e células-tronco ósseas dispostas de maneira que refletiam o padrão observado em embriões humanos, o que indicou que a notocorda estava guiando as células a se diferenciarem no tipo de tecido correto e na localização apropriada.

### Dificuldades

James Briscoe, líder do Developmental Dynamics Laboratory e autor principal do estudo, frisou que, até agora, era extremamente difícil gerar esse tecido vital em laboratório. “O que limitava

Tiago Rito, Marie-Charlotte Domart



Amostras de fragmentos de organoides que podem, futuramente, ajudar na descoberta de soluções para as questões congênitas

nossa capacidade de estudar o desenvolvimento humano e os distúrbios relacionados. Com a criação de um modelo funcional, agora podemos avançar significativamente na pesquisa de condições de desenvolvimento que, até então, eram pouco compreendidas.”

Os pesquisadores frisam que a novidade pode ajudar a criar novos caminhos para estudar alterações congênitas que afetam a coluna vertebral e a medula espinhal. Além disso, segundo eles, a pesquisa carrega uma melhor compreensão de condições relacionadas aos discos intervertebrais, estruturas que se desenvolvem a partir da notocorda e que podem

ser responsáveis por dores nas costas à medida que se degeneram com a idade.

Tiago Rito, pós-doutorando no Developmental Dynamics Laboratory e coautor da publicação, destacou que descobrir os sinais químicos exatos para criar a notocorda foi como “encontrar a receita certa. Experimentos anteriores de cultivo da notocorda não tiveram sucesso porque não compreendíamos o momento preciso para adicionar os ingredientes. O que é particularmente empolgante é que, nas estruturas cultivadas em laboratório, a notocorda parece funcionar de forma muito semelhante ao seu comportamento em um embrião

em desenvolvimento.”

Conforme Marcus Vinicius Pinheiro Mendonça, neurocirurgião do Hospital Anchieta e doutor em biotecnologia, a medicina regenerativa é um ramo relativamente recente, mas muito explorado para tratar doenças. “Os estudos na área avançaram com os trabalhos de Shinya Yamanaka, Nobel de Medicina de Fisiologia, em 2012. A pesquisa demonstrou a capacidade de transformarmos células comuns em células-tronco. O presente trabalho amplia o conhecimento sobre ordenamento de células enxertadas. Outros ensaios devem seguir essa linha de pesquisa, facilitando o tratamento de

### Palavra de especialista

Arquivo cedido



### Grande potencial

“A criação de uma notocorda funcional em laboratório é um avanço científico impressionante. Isso pode transformar a medicina regenerativa, oferecendo esperança para milhões de pessoas com problemas de coluna e medula espinhal. É uma combinação de ciência básica e aplicação prática com enorme potencial para o futuro. Como essa estrutura orienta a formação do sistema nervoso, seu estudo pode auxiliar no desenvolvimento de terapias para defeitos congênitos como a espinha bífida. Modelos laboratoriais viabilizarão testes de novas abordagens. Aplicar esses avanços em humanos envolve desafios como replicar a complexidade celular e molecular da notocorda humana e garantir a segurança e eficácia das terapias derivadas desses estudos.”

**Wuilker Knoner Campos,**  
neurocirurgião, presidente da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia

patologias do sistema nervoso central e coluna vertebral.”

Apesar dos avanços e das descobertas significativas, Renato Andrade Chaves, neurocirurgião e especialista em cérebro e coluna, sublinha que um desafio é traduzir descobertas em terapias seguras e eficazes, considerando a variabilidade genética e biológica dos pacientes. “Há também dificuldades em desenvolver modelos laboratoriais que reflitam as doenças humanas. Finalmente, a escalabilidade e os custos das terapias básicas nessa pesquisa representam desafios importantes para sua aplicação clínica.”

### SERES HUMANOS

## EUA confirmam 1º caso grave de gripe aviária

O primeiro caso grave de gripe aviária em humano foi detectado nos Estados Unidos, ontem. Segundo informações do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) local, o paciente foi hospitalizado após apresentar complicações da doença. Até o momento, as autoridades registram um total de 61 casos no país, mas todos os outros foram leves.

Ainda conforme o CDC, o novo paciente se expôs a aves doentes e mortas em uma fazenda. Os detalhes do caso, confirmado na última sexta-feira, não foram divulgados, e o prognóstico é desconhecido. O sequenciamento genético revelou que o vírus H5N1 do doente faz parte do genótipo D1.1, detectado recentemente em aves selvagens e domésticas nos Estados Unidos.

A cepa é a mesma encontrada em pessoas no estado de Washington, também nos Estados Unidos, e na província canadense da Colúmbia Britânica. O genótipo D1.1 é diferente do B3.13, que foi identificado em vacas-leiteiras e causou alguns surtos em aves e humanos com sintomas leves, como conjuntivite. Até o momento não foi detectado nenhum caso de transmissão entre humanos.

### Preocupação

Conforme Marli Sasaki, infectologista

fio de aço/Freepik



Até o momento, o vírus precisa de um vetor animal para transmitir para as pessoas

do Hospital do Servidor Público Estadual, em São Paulo, a possibilidade de o vírus sofrer mutações que permitam

a transmissão eficiente entre humanos é uma preocupação crescente.

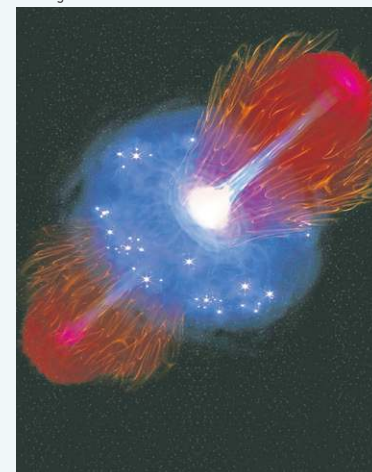
“Essas alterações poderiam ocorrer

com a infecção de mamíferos, como vacas e outros animais, aumentando as chances de o patógeno adquirir características que facilitem a transmissão para humanos. É importante ressaltar que a resistência emergente aos antivirais, juntamente com o desenvolvimento ainda em fase inicial de vacinas eficazes contra o vírus H5N1, agrava a preocupação de uma possível pandemia, por isso a necessidade de vigilância contínua em todos os setores”, ressaltou Sasaki.

Segundo Thiago Morbi, infectologista do Hospital alemão Oswaldo Cruz, em São Paulo, dados da Organização Mundial da Saúde mostram que, desde 2003, foram registrados 874 casos humanos de gripe aviária, com 458 óbitos. “É uma doença com alta taxa de letalidade. Os sintomas iniciais geralmente incluem febre alta, tosse e dor de garganta, mas podem evoluir rapidamente para uma pneumonia grave e até mesmo para o óbito. Precisamos monitorar, e é isso que as instituições de saúde estão fazendo por meio da vigilância desses casos. Em algum momento, o vírus pode sofrer uma mutação, se isso acontecer, devemos estar preparados para adotar medidas que minimizem a transmissão e evitem a disseminação do vírus.” (IA)

### Astro dorminhoco

Jiarong Gu



Cientistas descobriram um enorme buraco negro que está dormindo após se alimentar em excesso. Assim como uma pessoa que precisa de um cochilo depois da feijoada de sábado, esse astro “comeu” demais e acabou ficando adormecido. Os pesquisadores internacionais, liderados pela Universidade de Cambridge, no Reino Unido, usou informações obtidas pelo Telescópio Espacial James Webb para detectar o buraco negro no universo, que surgiu apenas 800 milhões de anos após o Big Bang. O objeto tem 400 milhões de vezes a massa do nosso Sol.



# Esforço dos brasilienses para preservar FCDF

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



O relatório foi apresentado ontem, durante sessão no plenário da Câmara dos Deputados, e será votado hoje

Relator do projeto de corte de gastos que mudaria o cálculo dos recursos do Fundo Constitucional do DF retirou a proposta antes da votação, depois de muitas articulações políticas. Ibaneis afirmou que decisão foi "melhor para o país"

» ARTHUR DE SOUZA

Após mais uma dura batalha para que o cálculo de reajuste do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) não fosse alterado, a bancada federal do DF e o governo local conseguiram que os cortes fossem retirados do texto final do Projeto de Lei (PL) 4.614/2024, um dos que fazem parte do pacote fiscal do governo federal. O relatório foi apresentado, ontem, pelo deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL).

As articulações duraram quase três semanas e o principal nome a intermediar as negociações nas últimas horas foi Rafael Prudente, por ser do mesmo partido do relator. No relatório, o deputado de Alagoas disse que, "ao alterar a forma de recomposição dos recursos do FCDF repassados pela União, o projeto impõe severa restrição fiscal ao Distrito Federal".

"É competência da União, conforme art. 21, inciso XIV da Constituição Federal, manter adequadamente a Polícia Civil, a Polícia Penal, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, recompor os recursos do fundo apenas com a correção monetária não reflete corretamente o crescimento da população e da renda", observou o texto do relator Isnaldo Bulhões.

Ao **Correio**, o governador Ibaneis Rocha (MDB) disse que recebeu a notícia com "muita serenidade". "É o melhor para a capital da República e para todo o Brasil", avaliou o emebedista. Pelas redes sociais, o governador celebrou: "O corte no Fundo Constitucional, que é um

patrimônio de todos os brasilienses e brasileiros, foi retirado do texto final da Câmara, o que reforça a importância de Brasília como capital do país e assegura investimentos essenciais em segurança, saúde e educação. Agradeço aos parlamentares pelo compromisso com essa causa", ressaltou.

A vice-governadora Celina Leão (PP), que esteve na Câmara dos Deputados ontem à tarde, afirmou à reportagem que o sentimento é de "gratidão" pela retirada do FCDF do projeto. "Foi uma vitória coletiva. Agradeço ao MDB, em nome do líder Isnaldo (Bulhões Jr.) e a todos os líderes que acordaram (em nosso favor) também. O impacto (no corte de gastos do governo federal) seria muito pequeno, perto do prejuízo da manutenção da capital da República", salientou. "Estamos muito felizes, em nome do GDF e do governador Ibaneis. Estou, realmente, muito grata. Acho que as palavras para representar esse momento é unidade e gratidão", definiu Celina.

## Dever cumprido

Gilvan Máximo (Republicanos) disse que o sentimento é de dever cumprido, mais uma vez. "Decidimos, desta vez, trabalhar em silêncio, sem dar tanto alarde, para que não houvesse nenhum tipo de prejuízo", comentou. "Agora é focar no Senado. Vamos precisar, novamente, de articulação para que o Fundo não volte ao projeto", afirmou o parlamentar.

A deputada Erika Kokay (PT) salientou que tudo ficou dentro do que a bancada do DF estava prevendo. Ela acredita que existe a chance de ter algum destaque, por parte do governo. "Mesmo

Câmara dos Deputados



Isnaldo Bulhões Jr. foi sensível às argumentações da bancada do DF

## R\$ 800 milhões

Seriam as perdas anuais nas áreas de segurança pública, saúde e educação

FCDF para 2025	
Segurança Pública	R\$ 11.495.233.954
Saúde	R\$ 8.135.677.660
Educação	R\$ 5.447.311.547
<b>Total</b>	<b>R\$ 25.078.223.161</b>

assim, se houver, acredito que será derrotado, por causa dos acordos que costumamos durante as últimas semanas", apontou. Reginaldo Veras (PV) disse

estar aliviado com o que classificou como uma "vitória momentânea". "Fruto das nossas negociações nos bastidores. Agora é votar e torcer para ninguém

pedir destaque do item", afirmou. De acordo com ele, as articulações no Senado Federal devem ser mais fáceis.

O deputado Julio Cesar Ribeiro (Republicanos) disse que a retirada foi uma "importante vitória" para o DF. "Com muita articulação no Congresso, conseguimos proteger o Fundo Constitucional. Essa conquista, fruto do esforço conjunto com o governador Ibaneis Rocha, a vice-governadora Celina Leão, a bancada do DF e o relator Isnaldo Bulhões Jr., assegura a manutenção de recursos essenciais para a segurança, a saúde e a educação da nossa capital", comentou. "Seguimos firmes na luta pela aprovação final do projeto, sempre em defesa dos interesses do Distrito Federal", acrescentou.

## Pressão da sociedade

Representante do Movimento Todos Pró Brasília (MTB), Ronaldo Silva disse que o movimento foi criado após a percepção de que a sociedade, em si, não estava articulando também. "Independentemente de sermos políticos, funcionários públicos, profissionais liberais ou de qualquer área, estamos aqui porque moramos na capital", pontuou. "Assim surgiu esse movimento partidário, independente de qualquer sigla partidária. Fomos de gabinete em gabinete, em todos eles, independentemente de qual era o nome do partido, e em vários outros órgãos, conscientizando as pessoas de que o Fundo Constitucional não é fomento, é custeio", acrescentou.

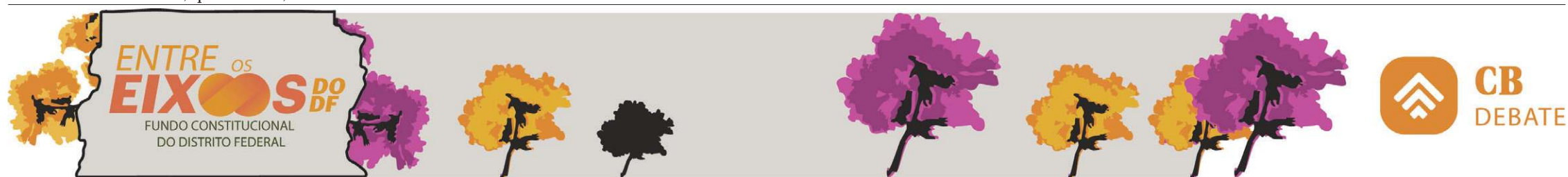
O Fundo Constitucional do Distrito Federal é um recurso da União repassado anualmente para o DF, com o objetivo de custear a saúde, a segurança pública e a educação na capital do

país e está em vigor desde 2002. Atualmente, o cálculo do percentual para atualização do recurso é feito de acordo com a Receita Corrente da União (RCL), ou seja, quanto mais o governo federal recebe, maior é o valor do fundo repassado ao DF.

O Projeto de Lei 4614/2024, que tramita na Câmara dos Deputados, havia proposto a mudança na forma de cálculo do FCDF. O projeto, de autoria do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), queria que a correção passasse a ser pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou de outro índice que venha a substituí-lo. Um estudo feito pela Secretaria de Economia do DF aponta que, caso o cálculo mudasse, o FCDF poderia sofrer uma perda de R\$ 800 milhões, somente em 2025. Além disso, o prejuízo poderia chegar a R\$ 12 bilhões, em 15 anos.

Em maio de 2023, políticos do DF se uniram contra a proposta de inclusão do Fundo Constitucional no Arcabouço Fiscal. À época, o governador Ibaneis Rocha reuniu ex-governadores e outras autoridades para discutir formas de conseguir retirar o FCDF do projeto. A batalha, que durou longos meses, passou pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

A vice-governadora Celina Leão (PP) liderou as articulações, pelo fato de ser do mesmo partido do relator do projeto, Cláudio Cajado (PP-BA) e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Em agosto do mesmo ano, o texto do novo regime fiscal foi aprovado, sem o Fundo Constitucional, em uma sessão deliberativa da Câmara, com 379 dos 443 votos dos parlamentares presentes.



# Todos unidos em defesa do FCDF

EM EVENTO PROMOVIDO PELO **CORREIO**, CELINA LEÃO, WELLINGTON LUIZ, GEORGES SEIGNEUR E OUTRAS AUTORIDADES DEBATERAM A RELEVÂNCIA DO FCDF PARA ÁREAS PRIORITÁRIAS DA CAPITAL DA REPÚBLICA

» MILA FERREIRA  
» LETÍCIA MOUHAMAD  
» DAVI CRUZ

Com o objetivo de debater a importância do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) para a capital do país, o **Correio** realizou, ontem, mais uma edição do **CB Debate**. Com a temática "Entre os Eixos do DF: O FCDF", o evento reuniu autoridades dos Três Poderes da capital e também representantes do setor produtivo. Entre os presentes, a vice-governadora do DF, Celina Leão (PP); o presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Wellington Luiz (MDB); e o procurador-geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Georges Seigneur.

Celina ressaltou que a cidade enfrentaria grandes desafios com a mudança na forma de cálculo do Fundo Constitucional do DF, o que reduziria os recursos destinados às áreas de segurança, saúde e educação. "Cabem à capital da República outras responsabilidades, além de cuidar da população que aqui está. É ela (Brasília) a guardiã da democracia, que faz a segurança de todos os poderes e das embaixadas. Por isso, não podemos comparar o DF, em termo de gastos, com nenhuma outra unidade federativa", afirmou.

A vice-governadora reforçou que a capital recebe migrantes de todo o país, com indivíduos que demandam todos os serviços públicos. "Aquela construção de que Brasília é uma 'ilha da fantasia' não é verdade. Gostaria de chamar as pessoas para visitarem os lugares mais longínquos do DF, onde estamos transformando cidades, como o Sol Nascente, que era, até o governador Ibaneis assumir, a maior favela do Brasil. E ainda temos tantos outros desafios", explicou.

O FCDF financia áreas prioritárias, como segurança, saúde e educação, com recursos regulados por lei e fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). "Só de inscrições na rede pública de ensino, foram 38 mil novas matrículas. O Fundo não acompanha nem o crescimento da nossa cidade", avaliou a vice-governadora. "A nossa gestão foi a que mais contratou policiais, profissionais da educação e da saúde nos últimos tempos. E, mesmo assim, todos os dias, há notícias de faltas. O recurso não acompanha", completou.

"O governador Ibaneis Rocha fez um belíssimo trabalho. Procurou todos os líderes do Congresso, conversou com todos os presidentes partidários e criamos uma unidade em torno do Fundo Constitucional", comentou. Segundo a vice-governadora, houve uma mobilização por parte de deputados distritais, deputados federais e senadores do Distrito Federal de estarem presentes no plenário da Câmara, acompanhando a votação de perto. Após o evento do **Correio**, Celina também se dirigiu ao plenário da Casa para acompanhar a votação de perto.

## Relevância

O presidente do **Correio**, Guilherme Machado, ressaltou que a defesa do FCDF é uma bandeira do jornal. "Mais uma vez, o **Correio** abre espaço para debatermos e mostrarmos a importância do FCDF às autoridades que ainda não se sensibilizaram", salientou. "Nós temos a obrigação de defender os interesses de Brasília e do DF. Não vamos nos calar até extinguir todas as tentativas de cortar o Fundo Constitucional. O recurso não pode ser alterado", acrescentou.

O presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Wellington Luiz (MDB), reforçou a importância do Fundo Constitucional para as forças

Fotos: Minervino Junior/CB/D.A Press



**Aquela construção de que Brasília é uma 'ilha da fantasia' não é verdade. Gostaria de chamar as pessoas para visitarem os lugares mais longínquos do DF, onde estamos transformando cidades, como o Sol Nascente"**

**Celina Leão,**  
vice-governadora do DF



**Nós temos a obrigação de defender os interesses de Brasília e do DF. Não vamos nos calar até extinguir todas as tentativas de cortar o Fundo Constitucional. O recurso não pode ser alterado"**

**Guilherme Machado,**  
presidente do Correio



**Atacar o FCDF é atacar a democracia. Espero que essa seja a última tentativa de golpe ao nosso FCDF. Mas, se vierem outras, estamos prontos para enfrentar"**

**Wellington Luiz,**  
presidente da Câmara Legislativa



**Aqui estão sediados os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e isso exige atenção maior. Precisamos lembrar que Brasília foi planejada para receber 500 mil habitantes e atualmente temos mais de três milhões de moradores"**

**Georges Seigneur,**  
procurador-geral do MPDFT

de segurança do DF. "O FCDF é uma forma de proteger o cidadão, seja o que vem de fora, seja o que mora aqui. O Fundo não é fomento, é custeio. Serve para custear a segurança e a qualidade de vida daqueles que aqui estão", destacou. Wellington lembrou que a estabilidade na manutenção da segurança pública é importante para evitar eventos como o 8 de janeiro.

"É uma mancha na nossa história e essa conta não pode ser do povo de Brasília. Se fizermos uma análise de quantos presos do 8 de janeiro são de Brasília, é a minoria. A maioria veio de outros estados", pontuou. Para o presidente do Legislativo, defender o Fundo é um compromisso não só daqueles que gostam de Brasília, mas também de todos aqueles que gostam do povo brasileiro. "Atacar o FCDF é atacar a democracia", argumentou. Wellington chamou de golpe as propostas de alteração no cálculo do Fundo Constitucional. "Espero que essa seja a última tentativa de golpe ao nosso FCDF. Mas, se vierem outras, estamos prontos para enfrentar", enfatizou.

## Impactos

Procurador-geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Georges Seigneur defendeu que é possível encontrar outras saídas para o corte de gastos dentro do pacote de ajuste fiscal, sem precisar mexer no Fundo Constitucional. "É importante que toda a população saiba que nós podemos discutir essas alterações do pacote e buscar soluções, para que avancemos na questão do controle, especialmente do ajuste fiscal, mas também preservemos os direitos obtidos. É isso que a população mais espera de nós", declarou o procurador-geral.

Georges Seigneur destacou o impacto que haverá, caso seja aprovado o corte. "Precisamos analisar pela ótica da política pública, da segurança, da saúde, da educação, como essa mudança impactaria nossa sociedade. É importante que as equipes técnicas possam analisar, as mudanças sejam aprovadas, mas a ideia é que possamos discutir uma solução mais adequada", afirmou. "Aqui estão sediados os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e isso naturalmente exige atenção maior. Precisamos lembrar que Brasília foi planejada para receber 500 mil habitantes e atualmente nós temos mais de três milhões de moradores", explicou.



# Garantias para os poderes

PARTICIPANTES DE DEBATE APONTARAM QUE MUDANÇAS NO CÁLCULO DO FCDF PODERIAM AFETAR A ESTRUTURA QUE A CAPITAL FEDERAL OFERECE A REPRESENTANTES OFICIAIS ESTRANGEIROS E AOS MORADORES DO ENTORNO

» LETÍCIA MOUHAMAD  
» DAVI CRUZ  
» LUIS FELYPE RODRIGUES\*  
» ARTHUR DE SOUZA

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A Press



**“Não pode haver, a cada ano, essa insistência em retomar esse assunto. É lamentável, mais uma vez, termos de passar por isso”**

**Sandro Avelar, secretário de Segurança Pública do DF**

No pré-painel do evento Entre os eixos do DF: O Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), ontem, os palestrantes ressaltaram que, de modo geral, os gestores locais da capital brasileira têm diversas obrigações que vão além de atender às demandas das regiões administrativas (RAs). Entre esses compromissos, está o de oferecer uma infraestrutura, em vários níveis, que atenda aos representantes diplomáticos e de instituições multilaterais que vivem em Brasília. Além disso, por uma série de motivos, ainda há responsabilidade de prover as populações de cidades de Minas Gerais e de Goiás, localizadas na região do Entorno, com serviços públicos de saúde, educação e segurança. Portanto, qualquer mudança no FCDF traria impactos tanto aos moradores do DF quanto aos dessa vizinhança.

O secretário de Segurança Pública do DF, Sandro Avelar — um dos quatro painelistas —, ressaltou a importância do fundo para a manutenção da lei e da ordem. Segundo ele, a capital nacional está sendo “atacada mais uma vez” com possibilidade de o recurso ser reajustado, de acordo com o projeto apresentado pelo Executivo federal. “No ano passado, nós tivemos que passar por toda essa situação e, desta vez, estamos enfrentando o problema novamente. Mas temos que nos unir para que possamos defender o Fundo”, propôs.

Avelar comentou que o tema tem gerado incômodo para sua pasta. “A preocupação é real com possíveis consequências para segurança pública com o corte desse recurso (do FCDF). Eu quero lembrar que o custeio das nossas corporações (bombeiros e polícias civil e militar) é feito com o Fundo Constitucional e já existe, atualmente, uma grande defasagem”, alertou.

Ele explicou que o fundo não é utilizado somente para suprir as demandas do DF. “Se a gente estivesse cuidando somente das nossas regiões administrativas, com certeza seria mais fácil. Mas, além de cuidar das RAs, cuidamos do poder Executivo Federal, embaixadas e autoridades”, lembrou. O titular da Secretaria ainda enfatizou ser preciso dar um “basta” ao tema sobre qual será o índice de cálculo do repasse.

“Não pode haver, a cada ano, essa insistência em retomar esse assunto, porque é algo absolutamente perigoso e desgastante. Existem muitos parlamentares que não conhecem a realidade do DF como deveriam conhecer. É lamentável, mais uma vez, termos de passar por isso. Ao menos, é muito gratificante ver toda



**“Vamos ver um aumento da desigualdade social. Com funcionários ganhando menos, menor será o recurso na cidade e a economia vai sofrer”**

**Paulo Octávio, empresário e ex-governador**

essa união em defesa do Fundo Constitucional”, salientou.

## Sacrifício

Por sua vez, o vice-presidente do Tribunal de Contas do DF (TCDF), André Clemente, alertou que a mudança na forma de cálculo causará um prejuízo de aproximadamente R\$ 800 milhões. “Precisa haver discussão com os estados e com os municípios que serão afetados, para propor ações que sejam esse reajuste”, considerou.

Devido a Brasília ser a capital do país, outras regiões seriam afetadas pela mudança, conforme

avaliou o vice-presidente do TCDF “Principalmente na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride), composta por vários municípios de Goiás e Minas Gerais”, lembrou.

“Vejo que a União tem um orçamento de R\$ 2 trilhões e uma dívida ativa de R\$ 2,7 trilhões. Não sei se uma redução de R\$ 800 milhões vai resolver o problema de metas fiscais do governo federal”, pontuou. Para ele, não adianta haver metas fiscais e resultados orçamentários equilibrados se houver prejuízo de políticas públicas. “No caso do DF, saúde, educação e segurança serão impactados”, disse



**“A União tem orçamento de R\$ 2 trilhões e dívida de R\$ 2,7 trilhões. Não sei se cortar R\$ 800 milhões resolve o problema do governo federal”**

**André Clemente, vice-presidente do Tribunal de Contas do DF**



**“Sem o Fundo Constitucional, nossa cidade não funciona. A Constituição garantiu estrutura para defendermos os interesses da sociedade”**

**Paulo Siqueira, presidente eleito da OAB-DF**

Clemente, mencionando que, dos R\$ 60 bi do orçamento anual do DF, 40% vêm do FCDF.

O vice-presidente do TCDF considerou que grandes ações precisam de planejamento e aviso, não devendo ser tomadas “da noite para o dia”. “Porque se quer mudar de rumo uma estrutura gigante, de R\$ 25 bi, que é o Fundo Constitucional, já para o ano seguinte. Obviamente, isso gera impacto no planejamento, no investimento das forças, na folha de pagamento, no custeio”, salientou. Ele lembrou que estão programadas ações para os anos seguintes não sendo

possível modificá-las da forma que está sendo proposto.

## Mais desigualdade

Em sua fala, o empresário Paulo Octávio lembrou que a criação do Fundo Constitucional foi uma luta da bancada do DF em 2002. “Todos os deputados se uniram. Passamos muitas madrugadas trabalhando até conseguir a aprovação. Vinte e dois anos depois, estamos aqui lutando por esse recurso tão importante para a capital da República”, ressaltou.

Segundo ele, uma mudança no FCDF afetará profundamente

a cidade. “A partir do momento em que o custeio ficar comprometido, vamos ver um aumento da desigualdade social. Além disso, com funcionários ganhando menos, menor será o recurso circulando na cidade e, assim, a economia vai sofrer”, alertou.

Paulo Octávio também lembrou que o DF recebe, diariamente, a população do Entorno nos hospitais. “Há um levantamento que mostra que grande parte dos nossos atendimentos são de pessoas dessa região. Então, prejudicar Brasília também será prejudicial ao Goiás”, observou.

Ele destacou que a cobertura do Correio Braziliense e da TV Brasília são fundamentais na luta pelo FCDF. “Desde que o assunto veio à tona, não teve um dia que o assunto não fosse colocado em pauta. Vocês não descansaram um minuto”, elogiou. “Nenhum outro veículo de comunicação está fazendo isso. Ninguém está defendendo, diariamente, o FCDF”, acrescentou o empresário.

## Suprapartidarismo

O presidente eleito da OAB-DF, Paulo Maurício Braz Siqueira, afirmou que a discussão sobre o FCDF é de interesse de todo brasileiro e uma “questão suprapartidária”. “Sem o Fundo Constitucional, a nossa cidade não funciona e é por isso que a Constituição garantiu à capital da República a estrutura necessária para que a gente defenda os interesses da sociedade”, afirmou.

Segundo Poli, como o advogado é conhecido, a OAB tem sido protagonista nessa discussão, atuando para defender que o recurso permaneça como está. “Se as mudanças no FCDF forem aprovadas, a capital sofrerá prejuízos no funcionamento da estrutura existente e terá dificuldades na ampliação de investimentos. Hoje, temos o terceiro maior centro metropolitano do Brasil, pessoas do país inteiro vêm pra cá consumir os nossos serviços, que incluem educação, saúde e segurança”, defendeu o presidente eleito.

Outra observação feita por Siqueira foi a de capital não ter uma capacidade industrial, de serviços e de produção como a de vários estados. “E a capital não tem essa função. É por isso que há o federalismo e há a obrigação das outras unidades contribuírem para que o DF funcione”, reforçou. “Eu me assustei com o número que soube há pouco. Nós chegamos a atender mais de 4 milhões de pessoas no Sistema Único de Saúde (SUS) procurando o serviço do DF. Quem ajuda a suportar isso é exatamente o Fundo Constitucional. Se nós estamos na capital, precisamos de uma segurança especial”, reforçou.

\* Estagiário sob supervisão de Manuel Martínez

# ADEMI

O tempo passa e o imóvel continua sendo o melhor investimento.

WWW.ADEMIDF.COM.BR



# Autonomia precisa ser preservada

EVERARDO MACIEL, JOÃO CARLOS SOUTO E MARIA DE LOURDES ABADIA RELEMBRARAM NO DEBATE A HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DO FCDF, NA CONSTITUINTE DE 1988, E DISCUTIRAM SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS

» DARCIANNE DIOGO  
» ARTHUR DE SOUZA  
» GIOVANNA SFALSIN\*

Avanços na política brasileira e preocupação com a redução do cálculo do Fundo Constitucional do Distrito Federal subsidiaram o primeiro painel do debate Entre os Eixos do DF, que discutiu sobre o recurso. Com o tema “Brasília, capital dos brasileiros”, três convidados falaram sobre a história da criação do Fundo, gestão dos recursos e aprimoramento de aspectos institucionais e constitucionais. Participaram da conversa Everardo Maciel, consultor tributário, ex-secretário da Receita Federal; João Carlos Souto, diretor da Escola Superior da Advocacia-Geral da União; e Maria de Lourdes Abadia, ex-governadora do Distrito Federal.

Em sua fala, o consultor tributário e ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, lembrou da história da criação do Fundo Constitucional. “Em 1998, uma Emenda Constitucional deu previsão a fundo para financiamento das despesas de educação, de saúde e de segurança pública, ao alterar o inciso 14 do artigo 21 da Constituição Federal”, explicou.

Maciel apontou que os argumentos apresentados pelo governo federal são que estão cortando gastos, visando um equilíbrio fiscal. “Acontece que o FCDF não tem nenhuma representatividade nesse equilíbrio, mas é extremamente importante para a capital do país”, ressaltou. De acordo com ele, a proposta do governo federal de que o corte poderia ser compensado com o aumento da arrecadação é uma “fantasia”. “A arrecadação não tem nada a ver com o corte do FCDF”, cravou.

O ex-secretário da Receita Federal comentou que um possível corte no FCDF seria desastroso para a capital do país. “O impacto, evidentemente, seria nas áreas de educação, saúde e segurança pública, porém, não ficaria restrito apenas a elas. Isso porque, com o enfraquecimento nas fontes de financiamento dessas áreas, outras também serão afetadas, em um processo de contaminação”, alertou.

Ele também disse que não se pode comparar o FCDF com um Fundo de Desenvolvimento Regional. “Querem dar ao Fundo Constitucional o mesmo critério de reajuste de um fundo que nem foi criado ainda. Além disso, a comparação é indevida, não tem nenhum sentido técnico”, disse.

Everardo Maciel assinalou que o corte do Fundo Constitucional não resolve o problema do desequilíbrio, prejudica o Distrito Federal e não ajuda a União. Ele finalizou sua fala no debate com uma sugestão. “Caso não se resolva no Congresso, ainda é cabível, na minha visão, uma ação direta de inconstitucionalidade, por ofensa a um pacto federativo. Só que isso é outra briga, para outro momento”, opinou.

“Para resolver o assunto de forma definitiva, que tal uma emenda na PEC 45/2024 estabelecendo que o critério de revisão do FCDF será exatamente a variação da Receita Corrente Líquida, constitucionalizando a matéria e evitando que, todo ano, se tenha um susto”, concluiu Everardo.

## Constituição

João Carlos Souto, diretor da Escola Superior da Advocacia-Geral da União (AGU), fez um comparativo político entre as capitais do Brasil e dos Estados Unidos — Washington D.C. Ele observou os avanços na política brasileira e no aprimoramento de aspectos institucionais e constitucionais, o que, para ele, coloca Brasília à frente.

O professor de direito constitucional fez uma breve análise histórica entre as duas cidades, ambas concebidas como capitais federais, em 1800 e 1960,

Fotos: Minervino Junior/CB/D.A Press



Maria de Lourdes Abadia, Everardo Maciel (C) e João Carlos Souto debatem com a mediação dos jornalistas Ana Maria Campos (E) e Carlos Alexandre de Souza



“Que tal uma emenda na PEC 45/2024 estabelecendo que o critério de revisão do FCDF será exatamente a variação da Receita Corrente Líquida, constitucionalizando a matéria e evitando que, todo ano, se tenha um susto”

**Everardo Maciel, consultor tributário, ex-secretário da Receita Federal**

“Estamos à frente do direito americano. Washington, D.C. não tem representação no Senado ou na Câmara Federal e depende de repasses federais, que não têm previsão legal fixa”

**João Carlos Souto, diretor da Escola Superior da Advocacia-Geral da União (AGU)**



“Lula, você conhece Brasília e sabe da sua importância. Não deixe esse legado para a capital do Brasil. Brasília é única e merece tratamento diferenciado”

**Maria de Lourdes Abadia, ex-governadora do Distrito Federal**



respectivamente. No entanto, o DF saiu à frente com a Constituição de 1988, o que garantiu maior autonomia da capital.

“Nós incorporamos diversas inovações da Constituição americana, o federalismo, o legislativo bicameral e a ideia de uma Suprema Corte com função de uniformização da interpretação jurídica. Mas estamos à frente do direito americano. Washington, D.C. não tem representação no Senado ou na Câmara Federal e depende de repasses federais, que não têm previsão legal fixa”, pontuou. Em seguida, ele enfatizou que, no DF, há maior independência financeira e representação direta na Câmara e no Senado.

Em razão dessa autonomia política e administrativa da capital, o pesquisador concluiu: “Precisamos preservar isso (FCDF)”.

## Apelo a Lula

Maria de Lourdes Abadia, que foi governadora do DF de 31 de março a 31 de dezembro de 2006, manifestou tristeza e preocupação com a proposta de mudança na gestão dos recursos do FCDF. Emocionada, falou de sua conexão com a capital e sobre as peculiaridades da cidade.

“Brasília não é apenas a sede dos Três Poderes e da maior representação diplomática do país. É também um reflexo das desigualdades sociais brasileiras”, afirmou. “Não é fácil governar Brasília, e o Fundo Constitucional é essencial para lidar com essas questões”, complementou.

A ex-governadora classificou a proposta como um retrocesso, chamando-a de “ideia de jerico”. Para ela, trata-se de um risco para a cidade e sua população mais vulnerável. “Essa foi uma conquista difícil. Hoje, estamos cercados por um anel de violência, pobreza e miséria absoluta. Há pessoas que não têm sequer café para colocar na mesa”, lamentou.

Reiterando seu compromisso com a cidade, a ex-governadora fez um apelo ao presidente. “Lula, você conhece Brasília e sabe da sua importância. Não deixe esse legado para a capital do Brasil. Brasília é única e merece tratamento diferenciado”, afirmou.

Ao final, Abadia reforçou seu empenho com a defesa dos interesses de Brasília e prometeu se engajar na luta contra a proposta do governo federal. “Vou morrer amando Brasília. Podem contar comigo para essa luta”, garantiu.

\* Estagiária sob supervisão de Malcia Afonso





## Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

### Ameaça ao FCDF

A todo momento em que é preciso ajustar as contas públicas, incluem um jabuti no projeto de arcabouço fiscal para surrupiar as verbas que Brasília recebe do Fundo Constitucional. É o que está acontecendo mais uma vez. Parece que existe uma visão cristalizada e falsa de que Brasília seria uma suposta ilha da fantasia, enquanto o restante do país vive à míngua.

Essa visão é equivocada e não resiste ao confronto com os fatos. Brasília não é só a Esplanada dos Ministérios. É a terceira metrópole do país, com mais de 3 milhões de habitantes. Padece de

problemas de habitação, de segurança, de saúde, de educação e de desigualdades sociais. O DF ultrapassou, recentemente, Salvador, e só fica atrás de São Paulo e do Rio de Janeiro.

As excelências passam de terça a quinta em Brasília, saem do aeroporto, vão para o Congresso Nacional em um carrão com cascata artificial e filhote de jacaré, diria Nelson Rodrigues. Voltam para os estados de origem de avião e só conhecem o DF por meio desse sobrevoo aéreo. Vivem em uma bolha de emendas parlamentares sem transparência, verbas de gabinete e outras mordomias. São eles que contribuem para a formação de uma imagem distorcida e falseada do DF.

Sim, há a Esplanada dos Ministérios, o Plano Piloto, a cidade tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade. E, também, Sol Nascente, a maior favela do Brasil, segundo o IBGE. Certa vez, tomei

um Uber com uma moça simpática, que havia perdido o emprego e trabalhava de motorista. Ela contou que pegou uma corrida à noite em Taguatinga e foi parar em Sol Nascente. Avistou baile funk, gente armada na rua e pensou que estivesse em uma favela do Rio de Janeiro. Só conseguiu sair de lá com a ajuda de outro colega do Uber. Existem muitas Brasília dentro de Brasília.

O ministro do Planejamento do Governo Federal argumenta que não haverá perda. Se isso é verdade, por que mudar a regra do cálculo? Enquanto isso, os técnicos do GDF estimam que a perda do orçamento ao longo de 15 anos será de 12 bilhões. O Governo Federal alega que não pode haver diferença entre os critérios para o DF e os outros estados do país.

No entanto, existe uma distinção óbvia: Brasília é a capital do país, abriga

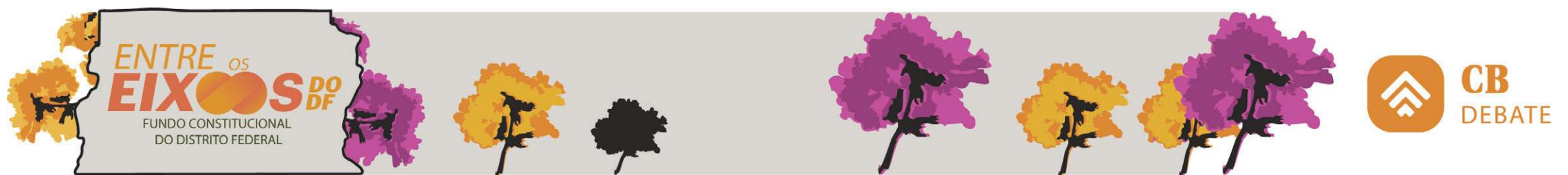
a sede dos três poderes. Em qualquer lugar do mundo, as cidades que ostentam essa condição recebem um tratamento diferenciado. Brasília abriga a sede dos três poderes e das embaixadas. Não pode ser comparada com outra unidade da federação sob os mesmos parâmetros.

O DF não é só a Esplanada dos Ministérios ou o Plano Piloto. É uma das unidades da federação com problemas sociais graves que, se não forem atacados, se tornarão explosivos para o país. A todo instante, aparecem notícias sobre investidas de facções do crime organizado.

É desarrazoada a proposta aprovada dentro do pacote do arcabouço fiscal. Não consta que o Governo Federal tenha vedado a receita de nenhum outro estado ou município. Então, por que retirar parte dos recursos destinados ao DF? Sob qual critério ou parâmetro?

Em 2022, o fundo eleitoral foi de R\$ 4,9 bilhão, e o fundo partidário ficou em 1,1 bilhão. É daí que decorre a imagem de que Brasília seria uma ilha da fantasia. Mas, vejamos, enquanto isso, o Fundo Constitucional do Distrito Federal, que contribui para o funcionamento de uma capital e de uma metrópole de 3 milhões de habitantes, é de R\$ 23 bilhões. Brasília é a cara do Brasil, com todas as suas grandezas e misérias.

A questão do FCDF não pode ser misturada com esquerda e direita. Ao mirar em supostos privilégios, as excelências do Ministério do Planejamento atingirão a população mais vulnerável que precisa de políticas públicas de saúde, educação, mobilidade e segurança. Quem apoiar a redução do Fundo Constitucional do DF não permanecerá imune às consequências de proposta tão desarrazoada.



# Mudança impacta serviços da capital

COMÉRCIO E FORÇAS DE SEGURANÇA SERIAM FORTEMENTE IMPACTADOS COM MUDANÇAS SUGERIDAS PELO GOVERNO FEDERAL NO FCDF. INTEGRANTES AVALIAM COMO PREOCUPANTES AS PROJEÇÕES DE PERDAS PARA O DF

» PABLO GIOVANNI  
» DARCIANNE DIOGO  
» MARIANA SARAIVA

O segundo e último painel do *CB Debate* — com o tema *Entre os Eixos do DF: Entre os eixos do DF: O Fundo Constitucional do Distrito Federal* — discutiu as possíveis perdas e impactos nos serviços públicos caso a fórmula de cálculo do FCDF seja alterada. A proposta do governo federal sugere substituir a base atual, que utiliza a variação da Receita Corrente Líquida (RCL) da União, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), medida que é contestada pelo secretário-executivo de Administração e Logística da Secretaria de Economia do DF, Daniel Izaia.

Segundo estudo da pasta, a mudança pode gerar uma perda de R\$ 12 bilhões para os cofres do DF nos próximos 15 anos. Izaia ainda ressaltou a importância do fundo para Brasília, que atende a uma população maior que a do Uruguai e, somando o Entorno, chega a 40% do total populacional de um país como Portugal. “Brasília nasceu com a vocação de ser a cidade administrativa do Brasil, abriga os Três Poderes e embaixadas, mas, além disso, possui uma população que depende desses recursos para serviços essenciais”, concluiu.

“Brasília não tem uma vocação industrial nem agropecuária. O recurso não é para promover o desenvolvimento da região, mas para financiar serviços públicos que alimentam políticas sociais. Se houver uma redução nesses recursos, será necessário buscar R\$ 15 bilhões na arrecadação própria para compensar. Isso ‘sangra’ o Distrito Federal, tirando sua capacidade de planejar o futuro, melhorar a qualidade de vida da população e continuar sendo uma referência nacional”, completou.

#### Importância do FCDF

Outra contribuição no painel foi de Roberto Botelho, presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do DF (Ademi). Ele tratou a discussão como “preocupante” e defendeu que o DF faz o bom uso da aplicação dos valores repassados pela União. “Brasília é a vitrine do Brasil. Brasília tem que ter uma segurança de ponta para receber embaixadores, autoridades de outros países. Imagine uma autoridade dessa sair e ter o celular roubado, como ocorrem em outros estados? Falo não só como morador do DF, mas enquanto brasileiro”, afirmou.

Outro ponto ressaltado por Botelho foi a aplicação do fundo. O presidente da Ademi considera que a aplicação do recurso está sendo feita de maneira positiva e

Fotos: Minervino Junior/CB



**Se houver uma redução nesses recursos, será necessário buscar R\$ 15 bilhões na arrecadação própria para compensar. Isso ‘sangra’ o Distrito Federal, tirando sua capacidade de planejar o futuro”**

**Daniel Izaia, secretário-executivo de Administração e Logística da Secretaria de Economia do DF**



**Não concordamos, de forma alguma, com a mudança no cálculo do FCDF. No ano passado, essa discussão já foi levantada, conseguimos impedir a alteração, e estamos prontos para lutar novamente”**

**José Aparecido Freire, presidente da Fecomércio-DF**

benéfica. “A saúde é uma das melhores do Brasil, assim como nossa educação é a segurança. Considerando isso, estamos, sim, aplicando bem o dinheiro”, enfatizou.

Botelho traz uma narrativa acerca da história e da estrutura econômica de Brasília, destacando alguns pontos importantes, como a concepção original da

capital. “Em 1988, foi entendido que Brasília tinha que ter autonomia, e, para isso, o constituinte criou o fundo do DF, mas não foi regulamentado e demorou muito. Os recursos gerados pela própria economia do DF não são suficientes para sustentar as despesas da capital, o que torna o fundo essencial”, explicou.



**Brasília tem que ter uma segurança de ponta, para receber embaixadores, autoridades de outros países. Imagina uma autoridade dessa sair e ter o celular roubado, como ocorrem em outros estados?”**

**Roberto Botelho, presidente da Ademi-DF**



**Sabemos que, em outros estados, onde os salários das polícias são pequenos, baixos, ocorre o caso de policiais serem recrutados pelo crime organizado. Não queremos aqui no DF”**

**Cláudia Alcântara, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do DF (Sindepco)**

#### Desalinhado

O presidente da Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, destacou o impacto negativo que a alteração no cálculo do Fundo Constitucional pode causar ao setor produtivo da capital federal, responsável por mais de 90% da economia local. “Temos cerca de 230

mil empresas na nossa base, que geram mais de 1 milhão de empregos. Por isso, é essencial debatermos essa questão. Não concordamos, de forma alguma, com a mudança no cálculo do FCDF. No ano passado, essa discussão já foi levantada, conseguimos impedir a alteração, e estamos prontos para lutar novamente”, afirmou.

O dirigente salientou que as mudanças propostas pelo governo federal impactam setores primordiais, garantidos na Constituição Federal de 1988. Aparecido ainda pontuou que, com menos recursos, haverá mais endividamento. “As pessoas já estão endividadadas. Se reduzirmos o FCDF, as composições salariais, tanto para o funcionalismo público quanto para os trabalhadores das empresas privadas, ficam comprometidas. Esse alívio financeiro deixará de existir”, alertou.

José Aparecido também chamou a atenção para a presença de mais de 100 organismos internacionais no DF, como embaixadas, que não pagam IPTU ou outros impostos, mas ainda dependem dos serviços financiados pelo fundo. “As embaixadas e os parlamentares que vêm a Brasília geram demandas locais. Eles não pagam impostos aqui, mas seus assessores precisam de saúde, educação, segurança. Tudo isso é bancado pelo Distrito Federal. Agora, eu pergunto: onde esses parlamentares pagam seus impostos? Não é no DF”, criticou.

#### Crime organizado

A possível alteração na fórmula de cálculo do Fundo Constitucional pode abrir brechas para a atuação do crime organizado no Distrito Federal, alerta Cláudia Alcântara, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do DF (Sindepco). Ela destaca que os policiais civis da capital recebem salários semelhantes aos de outros estados, apesar da importância estratégica da corporação, que atua na proteção dos Três Poderes, embaixadas e entidades internacionais sediadas na capital federal.

“Sabemos que, em outros estados, onde os salários das polícias são pequenos, baixos, ocorre o caso de policiais serem recrutados pelo crime organizado. Nós estamos vendo isso na televisão o tempo todo. Não queremos aqui no DF sermos prejudicados, muito menos termos uma polícia cooptada pelo crime organizado”, pediu.

Ela também destacou a importância de manter o DF como referência nacional em segurança pública, mas reforçou a necessidade de valorização da categoria, que busca paridade com a Polícia Federal — as duas são mantidas por fundos da União. “Nesse aspecto (de segurança), somos referência no Brasil e queremos continuar sendo, em termos de trabalho e prestação de serviços para a sociedade. Mas, em contrapartida, nós temos que ser valorizados, com uma reestruturação da nossa categoria. Por isso, estamos trabalhando no sentido de que o FCDF seja ajustado da maneira que está hoje”, completou.

# Eixo Capital



**ANA MARIA CAMPOS**  
anacampos.df@dabr.com.br

## Humilhação orçamentária

Ao participar ontem do debate Entre os Eixos do DF: o Fundo Constitucional do Distrito Federal, a vice-governadora Celina Leão (PP) chamou de “humilhação orçamentária” a dependência econômica que a capital da República terá em relação à União, caso perca recursos federais para custear as áreas de saúde, segurança e educação. Segundo ela, Brasília cresce ano a ano três vezes mais do que o Brasil. Por isso, é justo que o Fundo Constitucional do DF esteja vinculado à variação da receita corrente líquida da União e não à inflação, como prevê o projeto em discussão no Congresso.

Minervino Junior/CB



Ed Alves/CB/DA.Press



### Golpe e morte

O presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB), chamou de golpe qualquer tentativa de reduzir repasses de recursos para as áreas de saúde, segurança e educação no DF. Foi duro ao discursar no seminário promovido ontem no **Correio**. “Querem matar o Fundo Constitucional de faca ou tiro”, ou seja, cortando aos poucos a verba federal, ou de uma vez só.

### Dupla jornada

O procurador-geral de Justiça do DF, Georges Seigneur, estava ontem em dupla jornada. Na condição de chefe do Ministério Público do DF, ele estava de olho no projeto que trata da correção do Fundo Constitucional do DF, que pode impactar os serviços públicos na capital do país. Como presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, ele se envolveu no debate sobre a PEC 45, que trata dos penduricalhos nos salários de promotores, procuradores e magistrados, e que garantem uma remuneração extra-teto.

Minervino Junior/CB



### Pronto para a briga

Eleito presidente da OAB-DF, o advogado Paulo Maurício Siqueira, o Poli, participou ontem da primeira ação política, em defesa da sociedade brasiliense, de sua gestão. E ainda nem tomou posse para o mandato no triênio 2025-2027. Poli disse que está disposto a brigar para manter o Fundo Constitucional nos patamares de correção atuais. E se comprometeu a buscar ajuda do Conselho Federal da OAB para derrubar na Justiça qualquer medida contra os repasses para o DF.

Minervino Junior/CB



### Realidade e fantasia

O secretário de Segurança Pública do DF, Sandro Avelar, reclamou ontem do comentário sobre Brasília do ministro-chefe da Casa Civil, Ruy Costa, que, no ano passado, iniciou o debate sobre cortes do Fundo Constitucional do DF. Ex-governador da Bahia, Costa chamou a capital de “ilha da fantasia”. Sandro criticou: “Total desconexão da realidade. Não tem noção do que é o DF”. Avelar apresentou vários dados para mostrar a defasagem do efetivo da segurança pública, apontando como a situação pode piorar com cortes nos recursos para custeio. Ele lembrou que o DF tem a segunda comunidade diplomática do mundo, com 133 representações internacionais, atrás apenas de Washington.

Minervino Jr/CB



### Missão

Sandro Avelar contou que, quando foi convidado para assumir pela segunda vez a secretaria de Segurança Pública do DF, no ano passado, logo após a intervenção federal na segurança pública, por conta do 8 de janeiro, ouviu da mulher, a advogada Giselle Dorneles Avelar: “Só se você for maluco (para aceitar)”. Mas ele ponderou que algumas missões não se recusa e acabou topando.

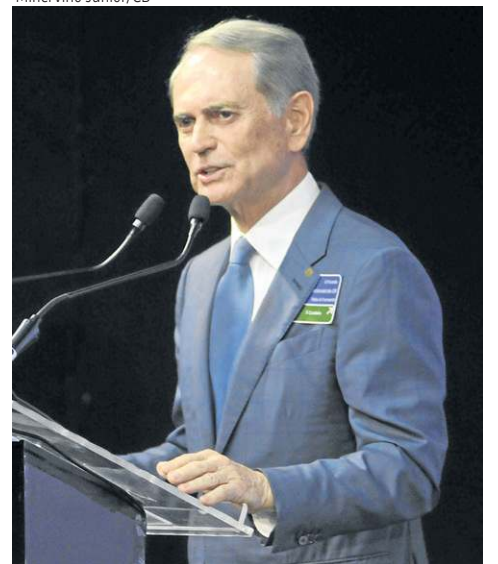
Minervino Junior/CB



### Impacto píffio para a União

Vice-presidente do Tribunal de Contas do DF, o desembargador de contas André Clemente disse que a mudança na forma de correção do Fundo Constitucional do DF não teria impacto algum para o ajuste fiscal do governo federal, que tem um orçamento de mais de R\$ 2 trilhões e, ao mesmo tempo, a perda de cerca de R\$ 800 milhões anuais seria uma bomba com potencial para sacrificar políticas públicas no DF.

Minervino Junior/CB



### Os aliados do FCDF

O empresário Paulo Octávio lembrou-se de alguns aliados que fizeram acontecer a criação do Fundo Constitucional do DF, em 2022. Além da bancada do DF e do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ele se lembrou do então presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), e do Senado, Ramez Tebet (MDB-MS), pai da ministra do Planejamento, Simone Tebet.

Acompanhe a cobertura da política local com [@anacampos\\_cb](https://www.instagram.com/anacampos_cb)

## SEGURANÇA / Estrutura inaugurada ontem tem o triplo do tamanho da antiga e é a maior da América Latina

# IML ganha nova sede

» HENRIQUE SUCENA\*

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, inaugurou ontem, no complexo da Polícia Civil do DF (PCDF), as novas sedes do Instituto de Medicina Legal (IML) e do Instituto de Pesquisa de DNA Forense (IPDNA) da PCDF. A solenidade também teve a presença da vice-governadora Celina Leão e do secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, entre outras autoridades. “Para nós, é motivo de muita satisfação. Eu estive aqui no

lançamento da pedra fundamental deste belíssimo prédio (do IML). Já era um prédio antigo das nossas forças de segurança, até em reconhecimento ao grande trabalho que a nossa polícia científica faz aqui na nossa cidade e ajuda todo o Brasil, principalmente nos momentos mais difíceis”, afirmou o governador. O secretário de Segurança acrescentou que a PCDF tem os melhores números de solução de crimes violentos, letais e intencionais, com mais de 90% dos casos solucionados, e que os novos prédios servirão para tornar

esse serviço ainda mais eficiente. “Temos um Instituto de Criminalística bastante desenvolvido e um trabalho espetacular que vem sendo feito pelo Instituto de Identificação. Faltava um prédio desta magnitude como algo que possa dar suporte à continuidade dos serviços que vêm sendo prestados pela Polícia Civil”, afirmou Sandro Avelar. As obras custaram R\$ 47,8 milhões. **Estrutura** De acordo com o GDF, a nova estrutura do IML é três vezes

maior do que a antiga e a maior de toda a América Latina. O prédio tem 12 mil m<sup>2</sup> de área construída, com três pavimentos e subsolo. O principal diferencial é que o projeto inclui áreas específicas para o atendimento sigiloso a vítimas de crimes sexuais e a separação dos acessos entre detentos e público externo, garantindo maior segurança e privacidade. O Instituto de Pesquisa de DNA Forense tem agora uma sede de 1,2 mil m<sup>2</sup> e equipamentos modernos. Uma nova

Renato Alves/Agência Brasília



Prédio tem 12 mil m<sup>2</sup> de área construída, com três pavimentos

tecnologia de DNA rápido possibilita a obtenção de resultados em apenas uma hora e meia, em casos específicos, dobrando a

capacidade de atendimento. **\*Estagiário sob supervisão de Malcia Afonso**

### Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: [cidades.df@dabr.com.br](mailto:cidades.df@dabr.com.br)

#### Sepultamentos realizados em 18/12/2024

##### » Cemitério Campo da Esperança

Agostinho Leite Barreto, 60 anos  
Andréa de Oliveria Lafetá, 64 anos  
Arlete Maria Carbonel de Oliveira, 86 anos  
Célio Santanna Delavy, 83 anos  
Raimunda Alves da Rocha Oliveira, 95 anos  
Celso Camargo, 102 anos  
Cleusa Maria de Loyola Pereira, 91 anos  
Cruza Felix e Lima Takami, 77 anos  
Hermnia Ruth de Araújo Silva

dos Reis, 101 anos  
Ivete dias dos Santos, 59 anos  
José Toshiro Kubota, 66 anos  
Kaio Grak Lenandra de Cavalcante, 38 anos  
Salvina Rodrigues dos Santos, 92 anos

##### » Cemitério de Taguatinga

Andalla Josly Alves Braga, 46 anos  
Aparecida Marly Barrios Mendes, 69 anos  
Carlos Alberto Marques da Silva, 59 anos

Eliane de Souza Lima, 44 anos  
Eulina Silva dos Santos, 94 anos  
Francisca Pereira de Fontes, 72 anos  
Jardelino Gonçalves da Silva, 85 anos  
João Raimundo Almeida Lima, 59 anos  
Maria da Cruz Ferreira Guedes, 87 anos  
Maria Isabel Araújo Anunciação, 23 anos  
Maria Rita Correia da Silva, 76 anos  
Maurício Gomes Teixeira, 64 anos

Raimundo Ferreira Severo, 82 anos  
Ricardo Alves de Souza, 43 anos  
Ricardo Lima da Silva, 41 anos  
Samara Regina da Costa Dias, 21 anos

##### » Cemitério do Gama

Fernando Simões de Oliveira Júnior, 43 anos  
Alice Ferreira Mota, menos de 1 ano  
Brás Rodrigues da Silva, 58 anos

Francisca Sales de Moura, 85 anos  
Luiz Antônio Ferreira de Sousa, 56 anos  
Maria Gontijo da Silva, 69 anos  
Maria Nazaré da Fonseca, 90 anos  
Onécia Martins Leite, 84 anos

##### » Cemitério de Planaltina

Diomara Pereira Barros de Gouveia, 62 anos  
Maria Elena Rodrigues Silva, 77 anos

Miguel Marinho da Costa, 40 anos  
Raimundo Nonato Oliveira Silva, 54 anos  
Cemitério de Sobradinho Paulo Henrique de Jesus da Silva, 40 anos  
Pedro Silva Bezerra Guirra, 29 anos

##### » Jardim Metropolitano

Francisco Allef Silva Pereira, 25 anos  
Eglê Malheiros Miguel, 96 anos (Cremação)



“A arte de interrogar não é tão fácil como se pensa. É preciso ter aprendido muitas coisas para saber perguntar o que não se sabe”

Jean-Jacques Rousseau

## Reforma tributária: “Marco histórico”, diz Lula

“A aprovação da regulamentação da reforma tributária é um marco histórico. Após 40 anos de discussões, conseguimos construir e aprovar uma proposta que vai garantir um sistema tributário mais simples, eficiente, justo e transparente”, celebrou Lula nas redes sociais.

### Avanços, porém com ressalvas

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) considerou um avanço para o desenvolvimento do país a aprovação da regulamentação da Reforma Tributária, e classificou a medida como um progresso histórico para o Brasil. Mas a entidade alerta, contudo, que o número de exceções ainda é elevado, o que aumenta a alíquota padrão de IBS/CBS de todos os setores que não estão sujeitos a tratamento favorecido. “Por isso, é importante que não se perca de vista a necessidade de revisar futuramente determinadas situações de alíquotas reduzidas”, destacou a entidade.

### Serviços: setor sensível

A CNC avaliou como avanço e reconhece o esforço do Congresso Nacional ao aprovar o PLP nº 68/2024. Contudo, a CNC reforçou que o setor de serviços, um dos maiores empregadores do país e responsável por grande parte da geração de renda, “segue como um setor sensível que exige atenção especial.” Segundo a CNC, o texto aprovado carece de mecanismos mais robustos que assegurem a não elevação da carga tributária.



Paulo Pimenta/Agência Brasil

### Comparações com Guedes

Em meio às oscilações do dólar, às votações de fim de ano no Congresso e à desconfiança do mercado financeiro em relação à disposição de equilíbrio fiscal do governo, Fernando Haddad está sendo alvo de comparações com Paulo Guedes. De forma negativa. Lideranças empresariais comentam que o atual ministro da Fazenda “não entende” e “nem conhece” o mercado como seu antecessor. E que sofre ainda mais desgaste no governo do que Guedes na gestão Bolsonaro. O que apontam como um dos maiores erros foi misturar os anúncios do pacote de corte de gastos com a isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil.

Diogo Zacarias/AFP



### Disparada do dólar

Haddad tenta acalmar os ânimos e demonstrar domínio sobre a situação. Afirmou, ontem, que o “ambiente de incerteza” que força a alta do dólar vai se desfazer e que o câmbio deverá se acomodar nas próximas semanas. Num dia em que o dólar chegou a R\$ 6,26, a maior cotação da história.

### Fundo Constitucional entre os pré-candidatos ao Buriti

A batalha política pela preservação do Fundo Constitucional no Congresso desafiou a atuação de bancada do DF. O deputado federal Rafael Prudente (MDB) teve prova de fogo e se engajou na articulação. Ontem, dividiu a cena do meio de campo com a vice-governadora Celina Leão (PP), que reforçou, na Câmara dos Deputados, que se sentiu em sua casa também. Os dois se uniram ontem. Mas têm em comum o desejo de assumir o Palácio

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



do Buriti em 2026. Celina é pré-candidata declarada da direita. E Prudente está correndo por fora.

### Bancada aguerrida

Prudente tinha adiantado que havia um entendimento do MDB com a liderança e com o relator do projeto para tirar a parte que prejudicaria o DF.

E celebrou a vitória. Mas antes de saber se haveria destaques ao texto que pudessem trazer de volta o problema. “Temos uma bancada aguerrida, que honra a representatividade que nos foi dada pela população”, afirmou.

### Empresa de Brasília ganha ação pela propriedade da marca Quanto

O Quanto se viu copiado por empresa de mesmo ramo e segmento que, em 2022, decidiu atuar na capital paulista usando marca praticamente idêntica à consolidada e genuína cafeteria made in Asa Norte. Na semana passada, a 25ª Vara Cível, do TJDF, reconheceu a exclusividade da marca registrada em 2018 por Lina dos Santos e Gustavo Pimentel, reafirmando a sólida jurisprudência que combate a concorrência desleal. “A tal cafeteria de São Paulo soube pelo próprio INPI da proibição de uso da marca. Entendo que foi uma decisão de má-fé, talvez por poderio financeiro ou ainda aquela síndrome que cega alguns olhos para tudo que for fora do eixo Rio-SP”, analisa Lina, cofundadora do Quanto.

### Desvio de tráfego digital

“O uso de nomes similares, como o identificado neste caso, resulta em diluição de marca e promove uma verdadeira canibalização digital, confundindo consumidores e desviando tráfego em plataformas de busca e redes sociais de forma parasitária e desleal”, explica Maria Luísa Nunes da Cunha, sócia do escritório SPNC Advogados Associados, que assumiu a causa.

Arquivo pessoal



Caru Leão/Divulgação



### Espaço interativo na programação do Teatro Nacional

Durante a programação que celebra o retorno das atividades do Teatro Nacional de Brasília, após 10 anos, o Sesc-DF terá um espaço que promete animar o público de 21 a 23 de dezembro. O evento faz parte do projeto “Viva o Teatro”. Entre as atrações, importantes DJs da cidade e uma superprojeção mapeada. Tudo isso em meio a grandes apresentações que vão ocorrer no Teatro Nacional, como as de Almir Sater; Espetáculo TelaPlana, da Cia de Comédia Melhores do Mundo; e Plebe Rude.

**TEATRO NACIONAL /** Após mais de 10 anos, Martins Pena é reaberta pela Orquestra Sinfônica em evento para operários da obra

# Reestrela em grande estilo

Pedro Ibarra/CB/D.A Press



A orquestra apresentou a *Sinfonia do Concreto*, um repertório que homenageia o Teatro Nacional Cláudio Santoro e a história do grupo

» PEDRO IBARRA

“A Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro está de volta à sua casa”, essa foi a frase do maestro Cláudio Cohen que precedeu a primeira apresentação da orquestra brasiliense em uma sala do teatro, após mais de 10 anos. Na noite de ontem, extremamente bem arrumada e cheirando a “nova”, a Sala Martins Pena retomou as atividades para o público da capital.

Em um evento para operários que trabalharam na obra de restauro e convidados, que precedeu cinco dias de atrações no local, a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro apresentou a *Sinfonia do Concreto*, um repertório que homenageia o espaço e a história do grupo em um dia especial. “Dá até para ganhar jogando fora de casa, mas não tem nada como jogar em casa”, afirmou o maestro no palco, pouco antes da apresentação.

O clima era de festa e os sorrisos, um misto do alívio do dever cumprido com a alegria de voltar a ocupar o local. “Tenho certeza de que vai ser um lugar de muita alegria. Tanto para quem já conhece e tem uma memória afetiva, quanto para quem ainda vai se apaixonar”, afirmou a vice-governadora do DF, Celina Leão. “Aqui tem muito da nossa história, aqui tem muito do nosso povo, aqui tem muito do Brasil. A capital da República não podia ficar sem o Teatro Nacional”, comemorou.

A vice-governadora destacou que foi uma jornada conseguir entregar a sala ao público. “Não foi fácil. Afinal, não é uma simples reforma. É uma restauração. Foram 10 anos trabalhando para conseguir tirar esse projeto do papel”, apontou Celina Leão.

O secretário de Cultura e Economia Criativa do DF, Claudio Abrantes, compartilhou dos mesmos sentimentos. “Eu estou muito feliz e aliviado, com a sensação de dever cumprido de entregar a Martins Pena”, pontuou Abrantes, que tem uma história com a sala. “Quando eu era adolescente, caminhava por este teatro. Já adulto, cheguei a me apresentar uma vez aqui, como ator”, contou.

Em uma sala lotada de velhos amigos, um dos convidados da orquestra da noite estava conhecendo o lugar diretamente do palco. O cantor Thiago Arancam viu de perto e exaltou o retorno da Martins Pena: “Venho sempre cantar em Brasília, mas é a primeira vez que entro no teatro. Ver o local todo reestruturado, bonito e tecnoló-

gico na capital do meu país e estar nesta ocasião me deixa muito feliz”.

O artista já se apresentou em mais de 40 países e se emocionou por fazer parte desse retorno. “Certamente é mais um marco para minha carreira poder botar no currículo que fiz a reestrela de um teatro tão importante como este, e em uma ocasião tão linda”, celebrou Arancam. “Viva a arte e viva a cultura”, entoou.

### Em funcionamento

“A sala Martins Pena está no circuito”, afirmou a vice-governadora do DF. Com a programação dos próximos dias, a ideia é fazer os testes e trazer o público de volta. Mas, em fevereiro, o lugar deve retornar à operação normal. “Nosso secre-

tário vai trabalhar muito, porque já sei de muita gente que está interessada em se apresentar aqui”, brincou Celina Leão.

O secretário confirmou que tem sido procurado. “Estou recebendo muita demanda de produções internas e externas do Distrito Federal”, antecipou Claudio Abrantes, que garantiu a abertura de um edital a partir de fevereiro do ano que vem. Ele aproveitou para exaltar o espaço. “É uma sala que fez um teste de acústica e não deixa a desejar em nada. Está, inclusive, melhor do que muitos grandes teatros do país.”

### Próximos passos

Com o Teatro Nacional povoado novamente, o questio-

namento inevitável era sobre o retorno da sala Villa-Lobos, a maior do local. No entanto, o dia também foi para comemorar o início de novos trabalhos. A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) publicou, ontem, um aviso de licitação para a contratação de empresa ou consórcio responsável por diversas etapas das obras de reforma do Teatro Nacional Cláudio Santoro. O contrato incluirá a elaboração dos projetos básicos e executivos de engenharia, compatibilização de projetos, obtenção de licenças e aprovações, execução das obras, montagem de equipamentos e mobiliários, além de testes, comissionamento e pré-operação.

As obras abrangem a etapa 2

do foyer da Sala Villa-Lobos, do Espaço Cultural Dercy Gonçalves e da Sala Alberto Nepomuceno, além da etapa 3 da Sala Villa-Lobos. A licitação, que inclui critérios de menor preço e técnica, terá início em 14 de janeiro de 2025, às 9h, com abertura marcada para 28 de fevereiro, no mesmo horário. “É um momento de comemoração, mas ainda temos o desafio da Sala Villa-Lobos”, analisou o secretário de cultura. “Estou aliviado, mas ciente da responsabilidade e do trabalho até entregar o teatro plenamente”, complementa.

A vice-governadora afirmou que o Teatro estará completo e funcionando até 2026. “Até o fim do nosso governo, vamos entregar o teatro todo para o público de Brasília”, garantiu.

### Projeto Viva o Teatro\*

#### Sábado (21): O RECOMEÇO

19h - Apresentação Almir Sater

#### Domingo (22): DE VOLTA AOS PALCOS

11h - Teatro Infantil - SALTIMBANCOS  
17h - Os Melhores do Mundo - TELAPLANA  
19h - Os Melhores do Mundo - TELAPLANA

#### Segunda-feira (23): HOJE É DIA DE ROCK

20h - Plebe Rude

#### Quinta-feira (26): DIA DA DANÇA

Mostra de danças diversas durante o dia inteiro

(\* Entrada franca. Ingressos no site [Sympla.com.br](http://Sympla.com.br)

## ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

## Libertadores

A Conmebol sorteará, hoje, às 12h, os confrontos da Pré-Libertadores. O Brasil será representado por Corinthians e Bahia, mas só entrará em ação na segunda fase. Alvinegros e tricolores estão alocados no pote 1, ao lado de outros times tradicionais, como Boca Juniors e Cerro Porteño. O regulamento prevê que times do mesmo grupamento não podem se enfrentar antes do terceiro mata-mata. Também nesta quinta, serão divulgados os duelos da fase prévia da Copa Sul-Americana, sem brasileiros.

**INTERCONTINENTAL** No primeiro desfile como melhor jogador do mundo da Fifa, Vinicius Junior serve Mbappé e fecha a conta na vitória que deu ao Real Madrid o título sobre o Pachuca. Craque agora ostenta 14 participações em gols em 12 finais pelo clube

# Está bem na foto

VICTOR PARRINI

Karim Jaafar/AFP



A alegria de Vini Jr. e dos jogadores do Real Madrid com o troféu do Intercontinental refuta a tese de que os europeus não levam a sério os torneios Fifa

Vinicius Junior tem os atributos necessários para um melhor do mundo. O mais importante deles, o poder de decisão. Um dia após ser eleito pela Fifa o principal jogador da atualidade, o camisa 7 participou de um desfile de gala no tapete verde do imponente Estádio Lusail, no Catar. O palco da final da Copa do Mundo de 2022 viu o brasileiro contribuir com uma assistência e um gol na vitória por 3x0 do Real Madrid sobre o Pachuca, na disputa pelo troféu do resgatado torneio Intercontinental. Era uma partida para reforçar o protagonismo do brasileiro em finais. A exibição merengue no Lusail foi a quarta em competição diferente com a assinatura do talento nascido em São Gonçalo (RJ).

Em seis temporadas de Real Madrid, Vinicius Junior conquistou 14 títulos. Entre eles, dois da Liga dos Campeões, três do Campeonato Espanhol, dois do Mundial de Clubes da Fifa, três da Supercopa da Espanha e, agora, um da Copa Intercontinental. Todos têm um ponto em comum: gol do craque. Nas finais pelo clube, o atacante de 24 anos coleciona oito bolas na rede. Só não marcou nos duelos derradeiros da Supercopa da Uefa e da Copa do Rei. Mas isso não quer dizer que não tenha participado ativamente. Quando não balança as redes, é solidário com passes na medida para companheiros. Desde a chegada à Europa, são seis. Vini ostenta uma participação em 14 gols em 12 finais pelo Real.

Ontem, ao melhor estilo "faz e me abraça", Vinicius Junior driblou adversários na área e serviu Kylian Mbappé para abrir o marcador aos 37 minutos do primeiro tempo. Na volta do intervalo, Rodrygo ampliou e viu Vini

*"A equipe está fazendo o que a história exige. Poucos podem vestir esta camisa. Fomos escolhidos"*

**Vinicius Junior,** sobre os títulos pelo Real Madrid

fechar a conta, de pênalti. A atuação rendeu ao camisa 7 o prêmio de melhor jogador da decisão. Vini encara a rotina vitoriosa no clube mais campeão do planeta bola como um privilégio. "Acho que marca uma época. A equipe está fazendo o que a história exige. Poucos jogadores podem vestir esta camisa. Fomos escolhidos", discursou.

Na Europa, há quem diga que os torneios interclubes da Fifa não têm tanta importância. Vini

refuta a teoria. "Sempre queremos ganhar tudo. Nos coroamos como o melhor time do mundo. Esperamos que possamos continuar assim por muito tempo e dar títulos a este clube."

O nono título do Real Madrid em torneios Fifa — Mundiais ou Intercontinentais — tem outro herói: o técnico Carlo Ancelotti. O italiano de 65 anos chegou ao 15º troféu pelo clube espanhol e se tornou o dono da prancheta mais vitorioso da história de 122

anos da instituição.

"Conquistar títulos no Real Madrid é mais fácil do que em outros lugares. É um clube fantástico. Um clube que pressiona. Tenho jogadores fantásticos e o melhor plantel do mundo", destacou na entrevista coletiva.

Não faz muito tempo que Ancelotti estava sob pressão após duas derrotas seguidas na Liga dos Campeões. Na véspera da decisão contra o Pachuca, o treinador foi questionado se havia

## Sala de troféus

## 4 títulos

Milan (1963, 1993, 1994 e 2003)  
Real Madrid (1960, 1998, 2002 e 2024)

## 3 títulos

Peñarol (1961, 1966 e 1982)  
Boca Juniors (1977, 2000 e 2003)  
Nacional-URU (1971, 1980 e 1988)

## 2 títulos

Independiente-ARG (1973 e 1984)  
Juventus (1985 e 1996)  
Santos (1962 e 1963)  
Internazionale (1964 e 1965)  
São Paulo (1992 e 1993)  
Ajax (1972 e 1995)  
Bayern de Munique (1976 e 2001)  
Porto (1987 e 2004)

## 1 título

Estudiantes (1968)  
Olimpia (1979)  
Grêmio (1983)  
River Plate (1986)  
Manchester United (1999)  
Racing (1967)  
Feyenoord (1970)  
Atlético de Madrid (1974)  
Flamengo (1981)  
Estrela Vermelha (1991)  
Vélez Sarsfield (1994)  
Borussia Dortmund (1997)

Todos os campeões da Copa Intercontinental, disputada anteriormente de 1960 a 2004

## BASQUETE

## Paulistano encerra sequência invicta do Brasília

ARTHUR RIBEIRO\*

O Brasília Basquete perdeu para o Paulistano por 87 x 102, ontem, no Ginásio Nilson Nelson, e deu adeus à sequência de invencibilidade em casa no Novo Basquete Brasil (NBB) 2024/2025. Dois dias depois de virar contra o Pato e garantir a classificação para a Copa Super 8, o time candango não conseguiu buscar o resultado positivo

novamente, em uma noite inspirada e calibrada do adversário.

Com a mão quente desde o começo da partida, o ala Kevin Crescenzi, ex-Cerrado, foi o principal destaque do lado vitorioso, com 23 pontos e cinco bolas para três. Além dele, outros cinco atletas passaram dos dois dígitos e somaram para a maior pontuação do Paulistano na temporada. Apesar do revés, o cestinha da noite foi Daniel Von Haydin, 29 pontos.

Ele superou a melhor marca da carreira no NBB. Segundo maior pontuador da liga, Anton Cook contribuiu com 26.

"Sabíamos da dificuldade da partida. É uma equipe muito física e que sempre dá trabalho aos adversários. Não conseguimos impor nossa força defensiva e sabemos que precisamos melhorar nesse aspecto para podermos fazer jogos mais completos", analisou o ala-pívô Guilherme Magna.

O Brasília permanece em terceiro, atrás apenas de Minas e Flamengo. No entanto, a equipe desperdiçou a oportunidade de abrir vantagem para o Bauru (4º) e de garantir mando de quadra na Copa Super 8. O time candango encerra o primeiro turno do NBB contra o São Paulo, neste sábado, às 11h, novamente no Nilson Nelson.

\*Estagiário sob a supervisão de Victor Parrini

PEDRO SANTANA / CB



Ontem, o Brasília não teve o poder reação da partida anterior, contra o Pato

## Giro esportivo

Franck Fife/AFP



## Marta no Corinthians?

Diretora de futebol feminino do Corinthians, Iris Sessa confirmou o interesse do clube em contratar Marta. Conversas estão em curso, mas o alto salário da atacante do Orlando Pride é o maior entrave.

Paula Reis / CRF



## Bap banca Filipe Luís

Luiz Eduardo Baptista, o Bap, assumiu a presidência do Flamengo até 2027. O sucessor de Rodolfo Lnadim anunciou o português José Boto como diretor-técnico a permanência Filipe Luís na equipe.

Lucas Uebel/Gremio FBPA



## Renato recusa Vasco

Renato Gaúcho e Vasco não avançaram nas negociações de quase uma semana. O clube se retirou da operação após não chegar a um consenso sobre o salário do treinador de 62 anos.

Vitor Silva/Botafogo



## O futuro de Artur Jorge

Segundo o jornal português **Record**, Artur Jorge está próximo de fechar com o Al Rayyan, do Catar. Na terça-feira, o técnico havia assegurado a permanência no Rio: "O meu futuro é no Botafogo".

Alexandre Schneider/CPB



## Gabrielzinho campeão

Dono de três medalhas de ouro na Paralimpíada de Paris-2024, o nadador Gabrielzinho faturou o título da World Series. É o segundo consecutivo do mineiro após etapas em nove países.

Ethan Miller/AFP



## Bucks levam a NBA Cup

O Milwaukee Bucks conquistou o título da segunda edição da NBA Cup, após bater o Oklahoma City Thunder por 97 x 81. O grego Antetokounmpo foi o destaque, com 26 pontos, 19 rebotes e 10 assistências.



# Diversão & Arte

» MARIANA REGINATO\*

Hoje, a história por trás de O rei leão chega aos cinemas. Mufasa: O Rei Leão narra a saga antes de Simba, mergulhando na vida de seu pai, Mufasa, e seu caminho até se tornar rei de tudo que a luz toca. Mufasa inicia sua jornada, ainda como um filhote, ao lado de sua mãe e seu pai, mas, após uma tragédia, se vê perdido e sozinho.

Nesse momento, Taka aparece em sua vida, um pequeno filhote assim como ele, que possuía o sonho de ter um irmão. Taka e Mufasa seguem uma vida juntos, apesar de Mufasa não ser muito bem recebido pela família de Taka, que o via como um forasteiro. A história de Mufasa reacende uma chama de nostalgia para uma geração apaixonada pelo filme de 1994 e revela os passos e tropeços do grande rei da selva.

O Correio participou de uma coletiva de imprensa internacional com os nomes que dão vozes aos personagens no novo filme. Na entrevista coletiva, estavam presentes Aaron Pierce e Kelvin Harrison Jr., dubladores de Mufasa e Taka, Billy Eichner, que interpreta o Timão, Lin Manuel Miranda, o produtor das canções originais do novo filme, e o diretor Barry Jenkins.

Mufasa é um personagem extremamente querido pelos fãs de Rei Leão. O novo filme busca mostrar as facetas desse personagem e levar a uma reflexão de todos os passos que foram necessários para o leão alcançar o reinado. Billy

Eichner, a voz de Timão, comenta que após ler o roteiro percebeu o quanto havia presumido sobre a história de Mufasa. "Foi muito legal ler o roteiro e ver que todas essas coisas que concretizamos ao longo de 30 anos sobre como alguém se torna o pai perfeito, o líder perfeito, estavam totalmente erradas. Eu me senti mais próximo de Mufasa de uma maneira interessante, e percebi que o público também se sentiria mais próximo", comenta Billy.

Para Aaron Pierce, que interpreta Mufasa no filme, o personagem é tão amado pelo público por irradiar uma essência de amor, união e solidariedade. O ator comenta que Mufasa é um exemplo e que as pessoas desejam alguém como ele em suas comunidades pessoais. "Por isso, estava muito nervoso para contribuir de uma forma pequena para o lindo legado que é o Mufasa, originado pelo grande James Earl Jones, e espero que eu tenha conseguido", relata Aaron.

Enquanto Mufasa sempre teve uma boa visão do público, a dificuldade maior para Kelvin Harrison Jr. era deixar suas convicções de lado. Dublador de Taka, que mais tarde seria conhecido como Scar, seu objetivo foi viver o momento com o personagem. "Acho que a maior parte foi não julgá-lo. Eu gosto muito do personagem na versão original, apesar de ele ser o vilão, é tão brincalhão, é tão animado. Todas essas características ainda permanecem verdadeiras nesta versão", destaca.



Cena de Mufasa, de Barry Jenkins.

Fotos: Walt Disney Pictures/Divulgação

Kelvin comenta que, em sua primeira conversa com o diretor, o conselho foi que o ator vivesse no momento com o personagem.

O diretor Barry Jenkins acredita que o filme traz uma boa oportunidade para o público reavaliar a primeira interação que teve com Scar. Ninguém nasce vilão. Qualquer um que está, realmente, com raiva provavelmente foi muito ferido em algum momento. E eu gosto do fato de trazer esse diálogo e fazer com que algumas das noções preconcebidas sobre o Scar sejam reavaliadas", salienta o diretor.

Lin-Manuel Miranda foi o responsável pela trilha sonora de Mufasa: O Rei Leão. O compositor e dramaturgo está em sucessos da Disney, como Encanto e Moana 2. As músicas do filme original de O Rei Leão são grandes clássicos e a história é um dos musicais de maior duração da Broadway. Sobre

trabalhar com o peso de um clássico, Lin-Manuel destaca que a trilha sonora original é imortal e não tem erros de Elton John e Tim Rice, nem de Hans Zimmer, na trilha do live action de 2019.

"Se fosse apenas aquele primeiro filme, acho que eu teria ficado muito intimidado, mas houve todo um mundo de música de O Rei Leão. Além do musical, tem o álbum da Beyoncé, The Gift, que expandiu o vocabulário do que uma música do Rei Leão poderia soar. Então, parecia esse mundo incrível para explorar", destaca Lin-Manuel, que teve como arma secreta Lebo M, primeira voz que aparece no filme original. "Eu sabia que eu tinha talentos incríveis ao meu lado que nos ajudariam a alcançar o nível de O Rei Leão", ressalta.

A história do rei leão, seja sobre qualquer um dos personagens, carrega um legado e um sentimento de

nostalgia. Para o diretor Barry Jenkins, a razão pela qual as pessoas se apaixonaram por Rei Leão é a emoção e o propósito claro que o filme carrega. "Se você tem quatro ou 104 anos, existe algo em O Rei Leão para você, e todas essas coisas estavam presentes em Mufasa", comenta o diretor.

Barry ressalta que conseguiu se conectar mais com a narrativa de Mufasa. "Senti que estava pegando esses sentimentos muito puros e bonitos de encontrar essa história quando criança e expandindo-os, com a complexidade de 25 anos adicionais de vida. Eu acho que não só pensando que eu acredito que teria essa experiência, mas sendo uma dessas pessoas. Acho que foi a chave para entender como fazer esse filme", ressalta Barry Jenkins.

A grande moral do filme é trazer ao público que o bem e o mal não são tão bem divididos quanto aparenta a história original. Mufasa: O Rei Leão trabalha com escolhas e nuances que a vida pode apresentar. Temos impulsos bons e ruins, e ninguém é apenas bom ou apenas mau. E eu acho que poder ter esse tipo de conversa com seus filhos é tão maravilhoso, quando uma obra de arte permite essa conversa, onde você pode usar esses personagens para falar sobre o mundo real. E eu acho que esse filme faz isso lindamente", finaliza o compositor Lin-Manuel Miranda.

\*Estagiária sob a supervisão de Severino Francisco

Colaborou Pedro Ibarra

O REI LEÃO (2019) ARRECADOU MAIS DE US\$ 1,663 bilhão

## A ANCESTRALIDADE DA DINASTIA

# LEONINA

O REI LEÃO CHEGA AOS CINEMAS COM A INÉDITA HISTÓRIA DE MUFASA, PAI DE SIMBA, LEÃO AMADO POR GERAÇÕES



Eu sabia que eu tinha talentos incríveis ao meu lado que nos ajudariam a alcançar o nível de O Rei Leão"

Lin-Manuel,  
Compositor e dramaturgo



# Militares na mira do STF

Ana Maria Campos

Nunca antes, na história recente, um general quatro estrelas havia sido preso no Brasil. Ex-ministro da Defesa, ex-chefe da Casa Civil, candidato a vice-presidente na chapa à reeleição de Jair Bolsonaro em 2022, Walter Braga Netto foi surpreendido em sua casa, no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, com a Polícia Federal em sua porta. O mandado de prisão foi expedido pelo ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito sobre a trama golpista em curso no Supremo Tribunal Federal (STF). O magistrado aponta, com base em relatório da Polícia Federal, que o militar da reserva estaria atrapalhando as investigações sobre a tentativa de golpe de Estado no país após as eleições de 2022.

A prisão de Braga Netto é, até o momento, o ápice de uma cruzada contra militares suspeitos de terem conspirado para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tomar o poder até com violência. Além dos cargos que ocupou no governo de Jair Bolsonaro, o general comandou, em 2018, a intervenção federal na segurança do estado do Rio de Janeiro, nomeado pelo então presidente Michel Temer. Braga Netto foi entregue ao Comando Militar do Leste e está sob custódia do Exército. Ele está preso no quarto do chefe de Estado Maior da 1ª Divisão do Exército, na Zona Oeste do Rio, onde deve passar o Natal.

A PF suspeita de que Braga Netto tenha coordenado ações executadas por militares com formação em forças especiais, os chamados “kids pretos” e entregou dinheiro em uma sacola de vinho

para financiar operações golpistas. No dia da prisão, no último sábado (14), a PF cumpriu mandado de busca e apreensão da casa de Braga Netto e na residência do coronel da reserva Flávio Botelho Peregrino, ex-assessor do general.

O material apreendido na ação agora está sendo periciado e analisado com lupa. Foram justamente mensagens de WhatsApp que resultaram em evidências de que Braga Netto

tentava buscar informações sobre a colaboração do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, em investigações sobre os atos golpistas. Outro militar no olho do furacão.

Braga Netto já estava ciente das suspeitas quando foi preso. Ele foi indiciado em 21 de novembro, ao lado de Bolsonaro, Mauro Cid, e outras 34 pessoas. Os investigados são, em sua maioria,

militares com formação em Forças Especiais (FE). Os crimes apontados: golpe de Estado; abolição violenta do Estado democrático de Direito e integrar organização criminosa. As penas somadas podem chegar a 28 anos de prisão.

O indiciamento ocorreu em decorrência das investigações que levaram à Operação Contragolpe. A apuração indicou a existência de uma organização criminosa que se utilizou de

elevado nível de conhecimento técnico-militar para planejar, coordenar e executar ações ilícitas depois das eleições de 2022. Segundo a PF, houve a elaboração de uma trama para assassinar o presidente Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin e Alexandre de Moraes.

Braga Netto agora busca se defender das acusações. A família do militar contratou o advogado José Luis Oliveira Lima, que atuou na defesa do petista José Dirceu no caso do mensalão. O criminalista protocolou uma petição no STF, pedindo “amplo acesso” aos autos. Com esse material em mãos, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, deverá decidir, nos primeiros meses de 2025, os termos de uma denúncia contra os militares, considerando quem e a quais crimes eles deverão responder perante a Justiça Comum.

Em pronunciamento nesta semana, o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), ex-vice-presidente, criticou a prisão preventiva de Braga Netto. Mourão, que também é general da reserva, classificou a medida como “indecorosa” e resultado de um processo judicial que, segundo ele, “desrespeitou as garantias legais”. “Fragmentos de investigações são publicados em uma intriga constante, soez e criminosa, cuja única intenção é macular as Forças Armadas e, em particular, o Exército, dividindo a ativa e a reserva, atirando uns contra os outros, cindindo militares e civis. Esquecem que uma nação vive ou morre segundo o valor do seu Exército”, discursou.



# Data Venia



Ana Maria Campos  
camposanamaria5@gmail.com

## Terceirização lícita

O Supremo Tribunal Federal (STF) cassou mais um acórdão da Justiça do Trabalho do Distrito Federal que havia reconhecido vínculo de emprego em contrato de franquia. Foi a sétima vez que o STF derrubou uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10) em Reclamação Constitucional (RCL) ajuizada pela franqueadora Prudential do Brasil. Ao julgar a RCL 73.483 DE, o ministro Nunes Marques (foto) apontou que o TRT-10 não observou a jurisprudência do Supremo que respaldou a licitude da terceirização.



EBC/Reprodução



## Julgamento das sobras eleitorais pronto para voltar à pauta do STF

Deve ser retomado em fevereiro o julgamento de recursos contra julgamento que considerou inconstitucional a Lei Eleitoral relacionada às chamadas sobras eleitorais. Em junho, o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu destaque e interrompeu a análise dos recursos que pedem que o entendimento da maioria dos ministros seja aplicado nas eleições de 2022, o que leva à perda do mandato de sete deputados federais. O processo está pronto para ser pautado no plenário de forma presencial. Um dos beneficiados, a depender da decisão, será o ex-governador do Distrito Federal Rodrigo Rollemberg (PSB) — atual secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços — que pode assumir o mandato no lugar de Gilvan Máximo (Republicanos-DF).

## Salvação pela Constituição

O ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel defende que apenas a aprovação de uma emenda constitucional pode salvar o Distrito Federal de constantes ameaças de corte nos recursos para as áreas de segurança, saúde e educação. O papel da União como responsável pela manutenção e custeio da segurança na capital do país está previsto na Constituição Federal, mas falta uma definição clara da forma de correção anual do Fundo Constitucional do DF. Hoje a evolução dos repasses está associada à variação da receita corrente líquida da União, de acordo com o que estabelece a Lei 10.633/2022. Com um lastro constitucional, o DF estaria mais seguro, segundo Maciel. Sobre o tema, o consultor tributário tratou ontem no seminário Entre os Eixos do DF: o Fundo Constitucional do Distrito Federal, promovido pelo Correio.

Minervino Junior/CB



## Dr. Nelsinho

Apaixonado por super-heróis da Marvel, o advogado Nelson Willians virou ele mesmo um personagem. O dono da maior banca de advocacia da América Latina, que completa 25 anos de fundação, mandou produzir funko pops à sua própria imagem e semelhança. Dr. Nelsinho foi distribuído neste fim de ano como presente para clientes, colaboradores, amigos e jornalistas, no pacote com um livro que conta a história de Willians e sua rede de escritórios espalhada por 29 filiais, com representações na América Latina, Ásia e Europa.

Mariana Campos/CB



## Litigância de má-fé

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo manteve, em decisão unânime, a condenação de um aposentado, por litigância de má-fé por alegar não ter assinado contrato de cartão de crédito consignado em seu nome. O aposentado terá de pagar uma multa equivalente a 9% do valor atualizado da causa, estimada em R\$ 10 mil além de honorários advocatícios fixados em 15% do valor da causa. O Tribunal concluiu que ele mentiu e usou o processo judicial para tentar obter vantagens indevidas do banco, BMG. A decisão ressalta a importância da boa-fé nos processos judiciais e a seriedade das consequências para aqueles que utilizam o sistema de forma abusiva.

Carlos Alves Mora/Secom/STF



**"A supervisão judicial é necessária para evitar a censura e tentativas de silenciar pessoas ou ocultar fatos criminosos ainda pendentes de apuração"**

**Ministro Luis Roberto Barroso, presidente do STF, ao considerar que as plataformas digitais, nos crimes contra a honra, só devem remover o conteúdo após ordem judicial**

## Adeus, serviço público

Nota técnica da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) aponta que a aprovação do corte do extra-teto das duas carreiras, previsto na PEC 45, provocará uma "evasão massiva de magistrados, membros do Ministério Público, defensores Públicos, entre outros, especialmente daqueles que já reuniram os requisitos para aposentadoria". Segundo o texto, cerca de 3.183 magistrados da Justiça Estadual já reuniram os requisitos de aposentadoria voluntária, o que representa 25% do total de magistrados ativos. No âmbito da Justiça Federal, há 265 magistrados que continuam na ativa com abono de permanência, o que representa 13,5% do total de magistrados em atividade. Na Justiça Federal, há um detalhe que chama a atenção: dos desembargadores que estão em abono de permanência: 112 dos 214, ou seja, mais da metade dos desembargadores federais já podem se aposentar. Com corte dos salários além do teto, eles vão para casa.

Mariana Campos/CB



Ed Alves/CB/DA.Press



## Acordos e condenações

Levantamento aponta que, no total, foram abertas 1.541 ações penais no STF contra participantes dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Até agora, a Corte validou acordos de não persecução penal da Procuradoria-Geral da República com 521 acusados e condenou outros 313.



## PERFIL — Silvia Souza

# “A sobrevivência me levou a cursar direito”, diz conselheira federal da OAB

Maria Eduarda Lavocat

Desde 2022, a Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é presidida por Silvia Souza, a primeira mulher negra a ocupar o cargo. Eleita conselheira federal pela OAB São Paulo na chapa liderada pela presidente Patrícia Vanzolini, a advogada foi nomeada pelo presidente nacional da OAB, Beto Simonetti, para liderar a comissão. Em sua gestão, ela atuou em casos de grande relevância, como o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, garantindo o acesso da procuradora da família aos autos do inquérito.

No mesmo ano da posse de Silvia, a CNDH participou como amicus curiae no julgamento, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, do assassinato de Gabriel Sales Pimenta, resultando no reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro e na determinação de políticas de proteção a defensores de direitos humanos. A Comissão também trabalhou pela responsabilização dos agentes envolvidos na morte de Genivaldo de Jesus, asfixiado em uma viatura da Polícia Rodoviária Federal, cobrando celeridade nas investigações e ações judiciais.

“Na verdade, eu não sou apenas a primeira mulher negra, eu sou a primeira mulher e, também, a primeira pessoa negra a presidir da comissão, nunca houve antes na presidência da Comissão de Direitos Humanos uma mulher. Isso é bastante significativo, porque torna a nossa gestão disruptiva nos aspectos de gênero e raça. Além de ser muito representativo no plano da estético, é principalmente porque trago em mim, as vicissitudes de mulher, de pessoa negra, da pobreza e isso agrega aos trabalhos da comissão uma nova perspectiva, uma ótica delineada a partir do lugar de onde eu venho, mas não se encerra em mim, pelo contrário, estende-se a diversos grupos populacionais tratados como minorias”, expõe a advogada.

De origem humilde, Silvia nasceu em Itapevi, cidade localizada na Região Metropolitana de São Paulo, e cresceu em um bairro da periferia chamado Vila Santa Rita, conhecido, na época, pelo alto índice de criminalidade. “Nós vivíamos cercados pela violência, volta e meia chegando do trabalho tarde da noite encontrava corpos no chão, muitos dos nossos conhecidos”, detalha. Aos 12 anos, seu pai abandonou o lar e a partir daí, sua mãe, que trabalhava como

Divulgação



empregada doméstica, assumiu sozinha a responsabilidade de sustentar a casa. “Nós vivíamos uma dificuldade financeira muito severa e uma situação de insegurança alimentar constante”, conta.

Com 17 anos, a advogada ingressou na Educafro, uma ONG voltada para o acesso de afrodescendentes e pessoas vulneráveis ao ensino superior público, e segundo ela, foi um grande ponto de virada. “Através da Educafro, eu conheci o Congresso Nacional, o Parlamento, o processo legislativo e isso pra mim foi determinante, porque eu entendi que o direito pode ser e é uma ferramenta de transformação social”, explica.

Após concluir o ensino médio não foi possível se dedicar aos estudos para cursar uma faculdade pois precisava trabalhar para complementar a renda de sua família. “Fui operadora de caixa de uma grande rede de supermercados por dois anos, vendi livros, entreguei panfleto no farol, fui funcionária de uma financeira, enfim... fiz um monte de coisas”, relembra. Silvia só ingressou na faculdade de direito após completar seus 22 anos por intermédio do Programa Universidade para Todos (Prouni), com uma bolsa de 100% na Universidade Paulista (Unip).

Segundo ela, a escolha do curso foi uma forma de resistência.

“A sobrevivência me levou ao direito. A pobreza, a miséria, a falta de recursos, a exclusão sistemática do acesso ao básico e a constante negação da dignidade. Percebi que isso não afetava apenas a mim, mas também uma imensa parcela da população pobre e negra. Se eu pudesse traduzir em sentimentos, diria que foram a revolta e a indignação geradas por essas situações, mas também a fé, a esperança e a determinação de não aceitar passivamente o que o sistema nos impõe. Foi isso que me levou ao curso”, explica a advogada.

Na faculdade, Silvia continuou enfrentando desafios. “O primeiro ano foi especialmente difícil”, relembra. Desempregada, ela precisava pegar dois ônibus para chegar à faculdade. Para economizar, percorria o primeiro trecho a pé e utilizava o ônibus apenas para o trajeto mais longo. No segundo ano, conseguiu um emprego como operadora de telemarketing, o que ajudou a aliviar um pouco as dificuldades financeiras, e no terceiro ano, conseguiu um estágio em um escritório no qual foi efetivada e permaneceu até o fim da graduação.

“Eu agarrei a oportunidade do estágio

como se minha vida dependesse disso e realmente dependia. Quando você sai de uma situação como a que eu vivia, a primeira oportunidade que aparece pode ser a última. Todos esses desafios me levaram a estudar cada vez mais, a “provar” constantemente que eu sou capaz, que sou tão inteligente quanto qualquer pessoas considerada capaz pela elite do direito”, afirma.

Graduada e aprovada na OAB, Silvia iniciou a sua carreira na advocacia trabalhista, conciliando essa atividade com sua atuação voluntária na Educafro. Na época, ela assessorou questões jurídicas e legislativas junto ao STF, ao TSE, à Câmara dos Deputados e ao Senado, contribuindo para a análise de projetos de lei relacionados a políticas públicas e para a elaboração de peças na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 41, que trata da constitucionalidade da Lei de Cotas em concursos públicos. Em 2019, a advogada foi responsável por uma sustentação oral no Superior Tribunal Federal (STF), em julgamento sobre a constitucionalidade da prisão em segunda instância, a qual considera o momento mais desafiador de sua carreira.

“Sem dúvidas, o maior desafio foi proferir sustentação oral no STF em 2019, nas ADCs que tratavam sobre a relativização da presunção de inocência e a manutenção da prisão em segunda instância. Eu fui informada pela organização que representei, na qual eu trabalhava, menos de 24 horas antes da sessão, com pouquíssimo tempo para me preparar, era também a única mulher e pessoa preta a proferir sustentação oral, num tema que diz respeito frontalmente a nossa existência, haja visto que a presunção de inocência nas periferias Brasil afora, se quer é respeitada”, elucida.

Atualmente, Silvia é mestrandia em direito, com ênfase em Criminologia, pela Universidade de Brasília (UnB). Possui especialização em Direitos Humanos, Diversidades e Violências pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e em direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Damásio de Jesus. Integra o Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) e atua como membro associado e parecerista do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, compõe o Conselho Consultivo da Ouvidoria e, em âmbito nacional, representa a OAB no Comitê de Diversidade e Inclusão da Advocacia-Geral da União (AGU).

## Visão do Direito



Berlinque Cantelmo

Sócio do Cantelmo Advogados Associados. Especialista em ciências criminais e em gestão de pessoas com ênfase em competências do setor público. Militar da reserva da PMMG. Secretário-geral das Comissões de Direito Militar e Segurança Pública da OAB-MG

## Prisão imediata após júri: decisão do STF pode gerar injustiça técnica em processos conduzidos de maneira arbitrária

Diante da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de permitir que réus condenados pelo Tribunal do Júri possam começar a cumprir suas penas imediatamente, mesmo recorrendo da sentença, é inevitável que presenciemos grandes injustiças técnicas em processos conduzidos de forma arbitrária por magistrados e promotores que, frequentemente, atuam de maneira inadequada, em conjunto.

Essa decisão representa uma antecipação indevida da pena, alterando a dinâmica de seu cumprimento em casos julgados por júri popular. Além disso, traz implicações importantes para o sistema judicial brasileiro, ferindo o princípio da presunção de inocência e o direito ao duplo grau de jurisdição.

Anteriormente, réus condenados pelo Tribunal do Júri poderiam recorrer da sentença em liberdade, dependendo do caso. Agora, com a decisão do STF, o réu

condenado em primeira instância poderá ser preso imediatamente após a condenação, antes do julgamento de qualquer recurso. A justificativa apresentada é que o Júri reflete a vontade popular e, por isso, deve ser respeitado. A decisão busca evitar que pessoas condenadas por crimes graves, como homicídio, permaneçam soltas enquanto aguardam o desfecho de recursos, o que pode levar anos.

No Brasil, o Tribunal do Júri é responsável por julgar crimes dolosos contra a vida, como homicídio, infanticídio, induzimento ao suicídio e aborto. Composto por sete jurados – cidadãos comuns –, o Júri decide se o réu é culpado ou inocente com base nas provas e argumentos apresentados pelas partes. No entanto, os jurados não estão imunes a erros.

A importância do Tribunal do Júri reside no fato de representar a participação direta da sociedade no julgamento de crimes graves, garantindo um julgamento

mais democrático e sensível às questões sociais. Contudo, de onde se extrai o conceito de que as decisões da sociedade são infalíveis e isentas de equívocos?

Há argumentos tanto a favor quanto contra a decisão do STF. Por um lado, muitos defendem que a medida assegura a aplicação mais rápida e eficaz da justiça, evitando que condenados permaneçam soltos por anos enquanto recorrem. Isso é particularmente relevante em casos de grande repercussão, em que a sensação de impunidade é percebida como um problema.

Por outro lado, críticos argumentam que a decisão viola o princípio da presunção de inocência, já que o réu tem o direito de recorrer, e sua condenação pode ser revertida por uma instância superior. A prisão imediata configura uma antecipação de pena, gerando injustiças nos casos em que a sentença venha a ser anulada.

A decisão poderá impactar diversos

casos de grande repercussão no país, em que condenados pelo Tribunal do Júri aguardam julgamento de recursos em liberdade. Um exemplo é o caso do ex-médico Roger Abdelmassih, condenado por estupro de pacientes. Apesar da gravidade do caso, ele conseguiu recorrer em liberdade por um período. Sob essa nova regra, teria iniciado o cumprimento da pena imediatamente após a condenação.

Outros casos de homicídios de grande notoriedade, como os que envolvem políticos ou figuras públicas, também podem sofrer reviravoltas, com réus sendo presos logo após a condenação, independentemente dos recursos ainda pendentes.

Essa mudança trará uma nova dinâmica ao sistema judiciário brasileiro e deverá ser acompanhada de perto, tanto para avaliar seus efeitos práticos no combate à criminalidade quanto para garantir a preservação dos direitos dos condenados.

## Visão do Direito



Gabriel Cosme de Azevedo

Especialista em direito digital, advogado do escritório Bento Muniz Advocacia

## O banimento de redes sociais para menores de 16 anos na Austrália: solução ou desafio?

A Austrália está prestes a implementar uma legislação inovadora e controversa: o banimento total do uso de redes sociais por menores de 16 anos. Trata-se de um movimento sem precedentes no mundo, com implicações profundas tanto para a sociedade quanto para o setor de tecnologia.

Proposta no início de 2024, a lei já foi aprovada pelo Parlamento australiano e deve entrar em vigor no prazo de um ano, dando às plataformas e ao governo o tempo necessário para implementar mecanismos de fiscalização. Essa legislação inédita coloca a Austrália na vanguarda da regulação do uso de tecnologia por adolescentes, mas também levanta questões sobre sua eficácia prática e os desafios de aplicação.

Dados mostram que taxas de depressão, ansiedade e pensamentos suicidas dispararam com a popularização de smartphones e redes sociais após 2010. Em paralelo, observa-se uma queda no desempenho escolar, dificuldades de concentração e aumento nos casos de bullying.

O principal argumento em favor da medida australiana é a necessidade de proteger a saúde mental dos jovens. Redes sociais, com seus algoritmos projetados para maximizar engajamento, criam um ambiente propício à comparação social, isolamento e vício. Além disso, há um reconhecimento crescente de que o uso excessivo de tecnologia prejudica habilidades interpessoais e reduz o tempo dedicado a atividades saudáveis, como esportes e estudos.

Outro ponto importante é a responsabilização das plataformas. A legislação proposta

transfere o ônus da fiscalização para as empresas, as quais sofrerão multas significativas caso menores sejam flagrados utilizando suas plataformas. Isso cria um incentivo direto para que gigantes da tecnologia desenvolvam sistemas mais robustos de controle de idade.

Apesar do apoio popular, a execução dessa medida apresenta inúmeros desafios. Governos anteriores ao redor do mundo já tentaram medidas similares, mas nenhuma foi tão abrangente. Por exemplo, na Noruega, redes sociais são tecnicamente proibidas para menores de 13 anos, porém mais de 70% das crianças norueguesas de 11 anos estão nas redes, evidenciando a ineficácia da norma.

A proposta australiana sugere o uso de identidades digitais vinculadas a dados governamentais, o que levanta preocupações

legítimas sobre privacidade e vigilância. Embora essa solução garanta mais controle, ela também abre a porta para potenciais abusos por parte do governo.

Críticos apontam que a medida australiana é uma solução simplista para um problema complexo. A crise de saúde mental entre jovens, argumentam, é uma combinação de fatores, incluindo cortes em investimentos em saúde mental, educação de baixa qualidade e um sistema econômico que dificulta o acesso à moradia e ao emprego.

A iniciativa australiana é, sem dúvida, um experimento ousado. Mas, para que a medida tenha sucesso, será necessário um equilíbrio cuidadoso entre regulamentação e respeito às liberdades civis.

## Visão do Direito



Guilherme Veiga

Mestre em direito. Especialista em direito constitucional internacional pela Università di Pisa, Itália. Advogado com atuação no STF e STJ

# A inteligência artificial pode ser reconhecida como inventora ou titular de direitos autorais?

A inteligência artificial (IA) é uma área da ciência da computação que desenvolve sistemas capazes de simular habilidades humanas, como raciocínio, planejamento, aprendizagem e percepção sensorial. Essas máquinas realizam tarefas que, tradicionalmente, exigem inteligência humana. A IA vem criando obras em artes e escrita com autonomia e qualidade estética notáveis, levantando discussões sobre a concessão de direitos autorais a essas aplicações autônomas. Os sistemas de direito autoral atuais, que consideram as obras como “criações do espírito” e os autores como pessoas físicas, enfrentam desafios com essas inovações.

A atribuição de titularidade sobre produções intelectuais geradas por uma Inteligência Artificial é um tema controverso, especialmente considerando a capacidade dessas tecnologias de criar obras de maneira autônoma. Nesse contexto, surge o questionamento sobre a possibilidade de uma IA, atuando independentemente, ser titular de direitos autorais, mesmo que sua criação seja resultado de programação humana e limitada a processos sintáticos, sem alcançar

a compreensão semântica característica da cognição humana. Esse cenário suscita reflexões sobre a ausência de intencionalidade e subjetividade na IA, elementos tradicionalmente considerados essenciais para o reconhecimento da autoria no âmbito jurídico.

A Lei nº 9.610/98, que regula os direitos autorais no Brasil, define o autor como a pessoa física que cria obras literárias, artísticas ou científicas. Com o avanço da IA, torna-se essencial adaptar essa legislação para contemplar as criações geradas por inteligência artificial, especialmente considerando que essas não possuem autonomia real ou intencionalidade. Doutrinadores como Sthéfano Bruno Santos Divino e Rodrigo Almeida Magalhães argumentam que a IA, por ser programada externamente, não deveria ser titular de direitos autorais.

Propõe-se, portanto, a criação de um sistema de proteção sui generis que reconheça as contribuições únicas da IA sem confundir suas criações com as humanas. Essa abordagem requer uma reavaliação profunda da legislação vigente, bem como debates sobre as implicações éticas, sociais e legais dessa mudança.

O Projeto de Lei (PL) 2.338/2023, atualmente em tramitação no Brasil, busca

regular o uso da IA, refletindo a necessidade de uma legislação que acompanhe os avanços tecnológicos sem antropomorfizar entidades digitais. A integração da IA nos campos criativos exige uma adaptação das leis de direitos autorais para refletir a realidade tecnológica. Isso implica desenvolvimento de normas flexíveis e adaptativas, garantindo que a inovação tecnológica esteja alinhada com os princípios de justiça e ética. A discussão é ampla e envolve não apenas juristas, mas também tecnólogos, filósofos e a sociedade em geral, assegurando que as legislações futuras equilibrem inovação e direitos humanos, respeitando a distinção entre o humano e o produto da máquina.

À medida que a tecnologia avança em ritmo acelerado, as estruturas legais enfrentam o desafio de acompanhar e responder a novas demandas. A IA, enquanto ferramenta revolucionária, tem mostrado sua capacidade de contribuir para inovações notáveis, mas também levanta questões profundas sobre autoria, responsabilidade e os limites do direito tradicional.

Questões sobre responsabilidade, ética programacional e os limites da autonomia das máquinas reforçam a urgência de

estabelecer diretrizes claras que protejam tanto os indivíduos quanto a sociedade como um todo. Assim, a IA não apenas desafia os conceitos tradicionais de autoria e propriedade, mas também exige uma reavaliação da forma como o direito aborda a inovação tecnológica.

Essa discussão transcende fronteiras, envolvendo o direito transnacional e a harmonização de normas internacionais. Criar um ambiente regulatório global, que equilibre inovação e proteção de direitos, será crucial para evitar conflitos entre jurisdições e promover uma governança eficiente da IA. O reconhecimento de que a tecnologia avança mais rápido do que as leis destaca a importância de uma abordagem proativa e colaborativa, unindo especialistas em direito, tecnologia e ética.

Portanto, é inevitável concluir que o futuro da regulação da IA na propriedade intelectual, e em outros aspectos, dependerá de um esforço conjunto de legisladores, desenvolvedores e a sociedade em geral. O equilíbrio entre regulação e liberdade tecnológica será fundamental para o sucesso dessa jornada, moldando o impacto da IA na sociedade contemporânea e nas gerações futuras.

## Visão do Direito



Luara Borges Dias

Sócia e advogada do LBS Advogadas e Advogados

# STF discute com a sociedade civil o trabalho em plataformas digitais

Em 9 e 10 de dezembro de 2024, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizou uma audiência pública, convocada pelo ministro Edson Fachin, para discutir a existência de vínculo empregatício entre motoristas de aplicativos e empresas de plataformas digitais, no contexto do Recurso Extraordinário nº 144.6336/RJ.

O evento contou com 58 exposições, envolvendo empresas, trabalhadores, pesquisadores e entidades representativas, além das partes do processo: a Uber e a empregada, conforme decisão da 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A Uber defendeu sua posição como empresa de tecnologia, argumentando

que os motoristas possuem liberdade e autonomia no desempenho de suas atividades, o que tornaria o modelo incompatível com o regime previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Por outro lado, a trabalhadora, representada por Meilliane Villar, sócia da LBS Advogadas e Advogados, fundamentou-se nos princípios da primazia da realidade e da tutela constitucional do trabalho para sustentar a existência de vínculo empregatício, conforme previsto na CLT. A argumentação destacou que a relação apresenta características de pessoalidade, não eventualidade, onerosidade e subordinação.

A maioria das 58 exposições reforçou

a necessidade de reconhecer, ao menos, a relação de trabalho, se não o vínculo empregatício.

Entre os pontos debatidos, destacou-se a defesa da competência da Justiça do Trabalho e a garantia de condições mínimas de trabalho decente, alinhadas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 8 da ONU e à legislação internacional, com menção especial ao modelo espanhol.

O repasse dos custos da atividade empresarial à sociedade e a ausência de responsabilidade social, trabalhista, tributária, consumerista e concorrencial foram duramente criticados. O advogado da CUT, José Eymard Loguercio, também da LBS Advogadas e

Advogados, classificou esse modelo como a criação de “Empresas Zona Franca”.

Ao término dos dois dias de audiência, concluiu-se que instituições acadêmicas, entidades públicas e trabalhadores convergem na defesa do reconhecimento de que entregadores, entregadoras e motoristas são sujeitos de direitos humanos trabalhistas.

Como representante da Amae-DF na audiência, manifesto a esperança de que o STF, ao julgar o tema, acompanhe o entendimento amplamente expresso pela sociedade civil. O reconhecimento do vínculo empregatício nessas relações é imprescindível para a construção de uma sociedade mais justa, livre e igualitária.

## Visão do Direito



José Carlos Berardo  
Advogado, sócio de Berardo Advogados

# Desejando bom dia a cavalo — as declarações de executivos na análise do Cade

As declarações de executivos devem influenciar o processo decisório? O NeoFeed reporta que o CEO da Petz, Sérgio Zimmerman, ao comentar a combinação de negócios com a Cobasi, afirmou: “Temos uma guerra no mundo físico, onde o principal competidor é a Cobasi e vice-versa. (...) e esse cenário onde um fica dando tiro no outro interessa aos concorrentes e nos divide (...) é algo que sangra ambas as companhias. Esse é o principal mérito dessa transação e foi o ponto central da nossa reaproximação.”

Esse raciocínio sugere que o objetivo central da operação é eliminar a concorrência direta entre as empresas, o que, como consequência, prejudicaria os consumidores que hoje se beneficiam da competição.

Em outras declarações, o executivo alega que os produtos asiáticos e os marketplaces são fontes importantes de pressão competitiva e que o novo negócio gera uma situação de “custos mais racionais”, o que dá “espaço para ter um pouco de recuperação de margem”.

Essas declarações remetem ao caso das ligas de golfe (PGA e LIV), no qual um dos presidentes afirmou, ao anunciar a fusão, que era essencial “no final das contas, remover o concorrente do cenário.”

O CFO da Visa, nos Estados Unidos, também foi citado em uma ação, ao afirmar que “todo mundo é amigo e parceiro, ninguém é concorrente,” no contexto em que oferecia pagamentos a terceiros para não invadirem seu espaço.

As diretrizes internacionais sobre a análise de fusões são inequívocas: documentos internos das empresas são considerados elementos com alto valor probatório, ou seja, têm peso significativo na avaliação das intenções e impactos concorrenciais de uma operação, em especial no que diz respeito à otimização de recursos. Essa abordagem reflete o reconhecimento de que tais documentos oferecem uma visão autêntica, sem filtros, das estratégias empresariais.

O negócio Petz/Cobasi ainda será analisado pelo Cade e, nesse contexto, questionam-se se as declarações de administradores deveriam receber ênfase no julgamento de casos antitruste. Parece inegável que comentários de executivos graduados — seja para o público externo, seja interno — não são meros discursos alegóricos, pois têm um propósito e oferecem insights valiosos sobre as intenções e expectativas relacionadas à operação.

Naturalmente, o Cade deve se basear em critérios técnicos, provas documentais e análises econômicas robustas para tomar suas decisões. Mas, se o exercício da análise antitruste no âmbito de fusões e aquisições (M&A) é, em sua essência, uma análise comparativa de possíveis cenários, esses insights revelam onde residem as maiores probabilidades nessa comparação.

Declarações “despreocupadas” de executivos revelam elementos cruciais que podem não estar presentes nos documentos formais. Ignorá-las pode significar perder uma peça importante do quebra-cabeça — talvez a mais relevante. Faz parte do dever do Cade atentar para o caminho explicitamente apontado pelas lideranças das grandes fusões no momento de ponderar seus efeitos.

Ao dar peso às declarações de executivos, a autoridade incentivaria as empresas a serem mais transparentes e coerentes em suas interações com o público.

Veja-se: ao mesmo tempo em que diz que a combinação de negócios com a Cobasi tem como “mérito” fazer as empresas pararem de trocar tiros, que a competição de outros agentes no comércio eletrônico é importante e que a operação gera eficiências significativas (capazes de permitir a recuperação de margens!), o CEO da

Petz recentemente alegou que o “espírito da operação” é melhorar as condições para o consumidor. O exemplo disso seria um corte de custos de abertura de novas lojas físicas.

Essa afirmação é deveras problemática: o argumento sugere que a fusão permitirá a eliminação de redundâncias, mas de que forma isso se reverterá em repasses aos consumidores de parte relevante dos benefícios decorrentes da operação?

Enfim, com qual Sérgio o Cade vai concordar? Mais importante ainda, qual será o fundamento que a autoridade utilizará em sua análise? As declarações do CEO da Petz, inclusive, colocam as autoridades em maus lençóis perante a opinião pública, considerando a afirmação de que “se o Cade entendesse o espírito dessa união, aprovaria em uma semana.”

Duas conclusões são essenciais: primeiro, é essencial que executivos compreendam o peso de cada declaração pública, pois essas podem impactar profundamente o sucesso de uma fusão ou aquisição. Segundo, ao integrar as declarações dos executivos em sua análise, o Cade não apenas enriquece sua compreensão da estratégia empresarial e do M&A específico, mas fortalece a legitimidade de suas decisões perante a sociedade.

## Visão do Direito



Danilo Collavini  
Sócio do Collavini Borges Molinari Advogados



Filipe Borges  
Sócio do Collavini Borges Molinari Advogados

# Reforma do Código Civil: alterações que podem impactar disputas societárias

A proposta de reforma do Código Civil traz mudanças na regulação de áreas, como família, sucessão e herança, além de alterar as regras aplicáveis às atividades em sociedade, como a regulação de empresas e contratos. O texto, que agora tramita nas casas legislativas, apresenta impactos relevantes nas disputas societárias.

Uma das propostas é garantir, em

caso de omissão do contrato social, que os sócios que se desliguem das sociedades (por exclusão, falecimento ou retirada) recebam os lucros até a apuração de seus haveres — método que calcula a parte do patrimônio da empresa a ser paga ao sócio que se desvincula da sociedade.

A reforma reforça a autonomia dos sócios para definir os critérios de apuração de haveres no contrato social. Como

regra geral, estabelece o método patrimonial real, apurado por meio de balanço de determinação, afastando outros critérios de avaliação não previstos no contrato social, em conformidade com a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Além disso, o texto prevê que a regra de iniciativa para a exclusão de sócio passa a ser da maioria do capital social, em

vez de a maioria dos sócios. Também dispõe que os efeitos do direito de retirada ocorrerão 60 dias após a notificação do primeiro sócio. Essa alteração pode gerar discussões ao postergar os efeitos do direito de retirada.

Outro ponto previsto é que o sócio ou a sociedade registrem o documento de retirada perante a junta comercial, prática que já é amplamente adotada.

## Visão do Direito



Wilson Nélio Brumer

Empresário e ex-presidente do Conselho Diretor do IBRAM

# A insegurança jurídica é um trem desgovernado

**A** confiança nas instituições públicas é – ou deveria ser – o principal ponto de apoio para o funcionamento adequado e equilibrado de todos os mercados. Um regramento jurídico robusto, atualizado e alinhado com as melhores práticas mundiais desempenha um papel fundamental em transmitir segurança às operações que estimulam a economia.

Decisões judiciais recentes a respeito da disputa envolvendo a Ternium e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), no entanto, estão gerando temor generalizado no mercado. A gênese da questão remonta a 2011, quando a Ternium adquiriu as ações que a Votorantim e a Camargo Corrêa possuíam na Usiminas.

Antes de a operação ser concretizada, bancas de advogados foram mobilizadas, e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), principal autoridade do mercado, foi consultada. A Ternium precisava saber se haveria a necessidade de anunciar uma Oferta Pública de Aquisição (OPA), mecanismo utilizado para assegurar direitos iguais aos acionistas em casos de mudança de controle.

À época, a CVM e os advogados foram unânimes ao afirmar que tal movimentação não modificava o controle da Usiminas. A participação da Nippon Steel, principal acionista, era de 29%, mantendo-se como a maior acionista no bloco de controle. Esse entendimento estava amparado

**“Mais surpreendente — e alarmante — foi o fato de o STJ reverter sua própria decisão anterior e desconsiderar o posicionamento técnico da CVM”**

**“A resposta da autarquia foi apresentada em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), que questiona no STF (Supremo Tribunal Federal) a interpretação divergente dada pelo STJ”**

na Lei das S/A, um importante marco para o desenvolvimento do mercado.

A CSN, contudo, que chegou a deter 17% das ações da Usiminas – sua principal concorrente no segmento de aços planos –, não concordou e ingressou na Justiça pleiteando uma indenização da Ternium. O processo tramitou pelas 1ª e 2ª instâncias, com decisões favoráveis à Ternium em ambas. Em março de 2023, o caso foi julgado no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que novamente decidiu que a OPA não era necessária.

Em junho de 2024, porém, tudo mudou. O processo foi novamente julgado no STJ, em apreciação de um embargo de declaração apresentado pela CSN, desta vez, com a participação de dois ministros que não haviam integrado a primeira votação. Profissionais da área do direito ficaram surpresos ao ver a Corte mudar seu entendimento em um embargo de declaração, recurso que serve para esclarecer dúvidas.

Mais surpreendente – e alarmante – foi o fato de o STJ reverter sua própria decisão anterior e desconsiderar o posicionamento técnico da CVM. A Corte então estabeleceu uma multa de valor extraordinário – R\$ 5 bilhões – e sucumbência de R\$ 500 milhões. Este mês, o STJ voltou a analisar o caso, apreciando outro embargo de declaração, desta vez, da Ternium. No entanto, contrariando sua decisão de junho, a Corte não considerou o mérito do pedido.

Outro fato causou estranheza. Mesmo diante de uma nova e ampla manifestação da CVM, o STJ seguiu desconsiderando as afirmações da entidade. A resposta da autarquia foi apresentada em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), que questiona no STF (Supremo Tribunal Federal) a interpretação divergente dada pelo STJ. No novo relatório técnico, a CVM foi categórica ao reafirmar que não houve alienação de controle na Usiminas, e, portanto, não havia necessidade de realizar uma OPA.

As consequências desse processo são desastrosas. Caso, ao fim de todos os recursos judiciais, a decisão seja punir a Ternium por não realizar uma OPA que o próprio órgão regulador do mercado considerou desnecessária, os processos de fusões e aquisições de empresas tendem a recuar, aguardando definições mais claras.

Outro problema surge para as companhias de capital aberto envolvidas em processos recentes de fusões ou aquisições. Se acionistas minoritários decidirem hoje acionar a Justiça pleiteando equiparações similares ao caso da Ternium, quais procedimentos deverão ser adotados pelos tribunais?

O custo da insegurança jurídica é muito alto para a economia brasileira. É preciso uma boa dose de realidade para que o trem não saia dos trilhos.



Isabella Tralli

Sócia do VBD Advogados

## Consultório jurídico

**No julgamento do Tema 1223, que trata sobre a inclusão do PIS e da Cofins na base de cálculo do ICMS, julgou pela legalidade. O que significa?**

Sobre o resultado, os ministros acompanharam, por unanimidade, o

voto do ministro relator, Paulo Sérgio Domingues, que propôs a fixação de tese para ratificar a legalidade da inclusão do PIS e da Cofins na base de cálculo do ICMS, na medida em que a materialidade de incidência de referido imposto é o valor da operação, o que, no entendimento do relator, abrangeeria o PIS e COFINS incluídos no preço da mercadoria e objeto de

repasse econômico ao fornecedor. A decisão, portanto, foi desfavorável aos contribuintes.

Ainda cabem Embargos de Declaração em face da decisão, mas são reduzidas as chances de alteração do julgado, de modo que os contribuintes que, porventura, tenham excluído da base do ICMS os valores de PIS e Cofins em razão de provimento jurisdicional

favorável, devem considerar (i) a iminente cassação desta medida judicial e a necessidade de efetuar o pagamento desses valores acrescidos da Selic, no prazo de 30 dias (art. 63, §2º, Lei 9.430/96) ou (ii) a possibilidade de que seja ajuizada pelo Fisco ação rescisória para rescindir eventual decisão judicial transitada em julgado em sentido diverso da tese recém fixada pelo STJ.

## Visão do Direito



Sarah Ornellas Assis Ferreira  
Advogada de demandas estratégicas no  
Mascarenhas Barbosa Advogados



André Corsino dos Santos Junior,  
Advogado senior do Banco BMG

# Judicialização predatória: impactos no Judiciário e necessidade de enfrentamento pela OAB

O acesso à Justiça é um direito constitucional fundamental, consagrado no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal. Trata-se de uma garantia essencial para que os cidadãos busquem reparação quando seus direitos são violados. No entanto, nem sempre essa busca ocorre de forma legítima.

Atualmente, observa-se um crescimento preocupante no número de processos distribuídos no Judiciário brasileiro, o que tem contribuído para a sobrecarga dos tribunais. De acordo com o relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), há cerca de 84 milhões de processos em tramitação no Brasil, representando um aumento de 9,5% entre 2023 e 2024. Esses números fazem do Brasil o país com o maior volume de litígios no mundo.

Em meio a essa crescente judicialização, o fenômeno da litigância predatória destaca-se como um agravante. Essa prática envolve o ingresso de ações judiciais de forma massificada e irresponsável, muitas vezes, por advogados que atuam em temas sensíveis no Judiciário, utilizando processos padronizados e baseados em irregularidades, como falsificação de documentos e assinaturas. Em muitos casos, os próprios autores das ações

desconhecem que seus nomes estão sendo utilizados, configurando desvio ético e legal.

A litigância predatória levanta diversas problemáticas que precisam ser enfrentadas com urgência. Entre elas, destacam-se as consequências do abuso do direito de ação para o sistema judiciário e para a sociedade. O uso desenfreado da máquina judiciária, especialmente com o benefício da justiça gratuita, gera um custo elevado para os cofres públicos, além de sobrecarregar ainda mais os tribunais, comprometendo a eficiência do sistema.

Esse tipo de conduta impacta diretamente a eficiência do Poder Judiciário, que já enfrenta dificuldades para lidar com o grande volume de processos. A sobrecarga de ações de cunho predatório aumenta o tempo de tramitação das causas, prejudicando aqueles que buscam uma solução legítima para seus conflitos e comprometendo o direito constitucional à duração razoável do processo. A necessidade de cautela adicional por parte dos magistrados, diante de possíveis fraudes e irregularidades, torna a resolução dos litígios ainda mais lenta, gerando insatisfação e descrença na Justiça.

Diversos tribunais brasileiros têm adotado medidas preventivas para combater essa prática, como a emissão de notas técnicas

e orientações para melhorar a eficiência do sistema e garantir o uso adequado da Justiça. No entanto, essa luta contra a litigância predatória é contínua e requer um esforço coordenado para preservar a integridade do Poder Judiciário.

Além das consequências institucionais, a litigância predatória traz impactos sociais significativos. Ela incentiva uma cultura de judicialização, na qual a sociedade passa a ver o Judiciário como a principal forma de resolução de conflitos, negligenciando soluções extrajudiciais, como a mediação e a conciliação. Esse comportamento normaliza o uso dos tribunais para qualquer tipo de disputa, minando a confiança em alternativas pacíficas e colaborativas e deteriorando as relações sociais ao tornar o litígio a primeira escolha.

Diante desse cenário, é necessário implementar mecanismos eficazes para coibir práticas abusivas e assegurar que o sistema judicial seja utilizado de forma responsável e ética.

Nesse sentido, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tem um papel essencial a desempenhar. A OAB pode agir por meio de uma fiscalização ética rigorosa dos advogados, aplicando sanções disciplinares quando necessário, e promovendo campanhas de conscientização e educação sobre

os impactos negativos da litigância predatória, tanto entre os profissionais do direito quanto no público em geral. Essas ações são fundamentais para preservar a integridade do sistema judicial e garantir que ele continue a servir à justiça de forma eficaz.

A litigância predatória representa um sério desafio ao funcionamento adequado do sistema judicial brasileiro. Seu impacto vai além da sobrecarga de processos, afetando diretamente a eficiência e a credibilidade da Justiça. A prática predatória distorce o uso do direito de ação, gerando custos elevados para o Estado e comprometendo a duração razoável dos processos, prejudicando tanto o sistema quanto a sociedade.

Para enfrentar essa problemática, é crucial o fortalecimento de mecanismos de controle e a atuação da OAB na fiscalização ética e na conscientização dos profissionais do direito. Além disso, deve-se incentivar a utilização de métodos alternativos de resolução de conflitos, como a mediação e a conciliação, para reduzir a dependência do Judiciário como única via de resolução de disputas. Somente com um esforço conjunto entre o Poder Judiciário, a OAB e a sociedade será possível combater eficazmente a litigância predatória e garantir um sistema de Justiça mais justo, acessível e eficiente para todos.

## Visão do Direito



Ernesto Tzirulnik

Considerado autor intelectual da lei de contrato de seguro, presidente do Instituto Brasileiro de Direito do Seguro (IBDS) e da Comissão de Direito do Seguro e Resseguro da OAB-SP

## Nova lei de contrato de seguro

Grças ao empenho do ministro Fernando Haddad e de sua equipe, o presidente Lula sancionou, sem vetos, a Lei 15.040/24, de 9/12/2024. Agora, o Brasil está bem equipado com uma lei de vanguarda e se prepara para um novo ciclo, com seguros muito melhores!

São muitas as novidades que entrarão em vigor a partir de 10 de dezembro de 2025.

Com a nova lei especial, terá fim a profusão de normas administrativas pouco amadurecidas e que variavam conforme a política partidária e o poder econômico. As regulamentações serão pontuais, ajustadas à nova legislação.

Os resseguros, atualmente desvinculados da política econômica e das necessidades do mercado nacional, serão ajustados para oferecer proteção efetiva às seguradoras. Os segurados não precisarão mais se submeter a arbitragens no exterior ou a leis estrangeiras, pois essas serão realizadas no Brasil, e a lei de contrato de seguro sempre prevalecerá.

Os segurados estarão dispensados do dever excessivo de informar tudo o que deveriam saber sobre o risco na contratação e execução. Deverão apenas responder às questões apresentadas pela seguradora no ato da contratação.

Se a seguradora não fizer determinada

pergunta, isso indica que a informação não é relevante, e ela não poderá posteriormente reclamar para recusar o pagamento do sinistro. As recusas de pagamento por agravamento do risco serão reduzidas e restritas a condutas graves.

As políticas discriminatórias de aceitação de risco serão proibidas, e os seguros terão maior amplitude de cobertura, abrangendo todos os riscos do tipo contratado, exceto aqueles claramente excluídos. Isso tornará o conteúdo mais claro para todos os interessados.

As regulações de sinistro passarão a ter prazos máximos reais. Os reguladores deverão agir de forma ágil e transparente com segurados e beneficiários. Adiantamentos deverão ser efetuados à medida que dívidas parciais forem apuradas.

As interpretações deverão sempre favorecer os segurados e beneficiários. Os relatórios de regulação de sinistro e demais elementos relevantes deverão ser compartilhados com todos os interessados.

Com essas condutas regradas, as autoridades poderão supervisioná-las e, se necessário, aplicar multas para estimular o funcionamento saudável do mercado.

Os seguros de vida se tornarão mais confiáveis. A seguradora não poderá recusar o pagamento por agravamento do risco. É importante, no entanto, não confundir agravamento com condutas criminosas, que não são asseguráveis.

Caso haja cessão de contrato sem o consentimento do credor, esse manterá as cedentes obrigadas solidariamente.

# CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 19 de dezembro de 2024

Para anunciar ▶ 3342-1000

**1 IMÓVEIS**  
COMPRA & VENDA

**2 IMÓVEIS**  
ALUGUEL

**3 VEÍCULOS**
**4 CASA**  
& SERVIÇOS

**5 NEGÓCIOS**  
& OPORTUNIDADES

**6 TRABALHO**  
& FORMAÇÃO PROFISSIONAL

**1**

**IMÓVEIS COMPRA E VENDA**

**1.1 Apart Hotel**

**1.2 Apartamentos**

**1.3 Casas**

**1.4 Lojas e Salas**

**1.5 Lotes, Áreas e Galpões**

**1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas**

**1.7 Serviços e Crédito Imobiliário**

**1.1 APARTHOTEL**

**CLASSIFICADOS**

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEixe SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

**PREÇO ESPECIAL**

**ANUNCIE AQUI!**

ENTRE EM CONTATO CONOSCO  
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

**INVEST FLAT VENDE**  
**BIARRITZ FLAT** apto 1qto com 66m<sup>2</sup>, 16º andar. 3033-3865/98581-0151 cj21229

**INVEST FLAT VENDE**  
**BIARRITZ FLAT** apto 1qto com 66m<sup>2</sup>, 16º andar. 3033-3865/98581-0151 cj21229

**1.2 APARTAMENTOS**

**ÁGUAS CLARAS**

**1 QUARTO**

**MEU IMÓVEL IMOB**  
**LUGARCERTO** Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

**1.2 ÁGUAS CLARAS**

**2 QUARTOS**

**TRATO FEITO IMÓV**  
**R DAS PITANGUEIRAS** Vde Apto 2 qtos 1 vaga, 1 suite gourmet 99418-8477 cj21694

**SORAYA CORRETORA**  
**LUGARCERTO.COM.BR** Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

**3 QUARTOS**

**ACHEI IMÓVEIS DF**  
**LUGAR CERTO** Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

**4 OU MAIS QUARTOS**

**MEU IMÓVEL IMOB**  
**QD 202** Res Soneto cobertura 4 suites 317m<sup>2</sup> duplex, nascente vazada 995624472 cj25698

**ASA NORTE**

**QUITINETES**

**PLANO EMPREEND.**  
**IMOBILIÁRIOS** Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui:lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

**1.2 ASA NORTE**

**1 QUARTO**

**MEU IMÓVEL IMOB**  
**410 NORTE** 1qto 33m<sup>2</sup> c/armários, 1 banh. escritura sub solo Tr: 99562-4472 cj25698

**2 QUARTOS**

**PLANO EMPREEND.**  
**212 DESOCUPADO** 2qts 79m<sup>2</sup>, 02 banheiros 1 vaga 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

**PLANO EMPREEND.**  
**213 NORTE** Apto 68m<sup>2</sup>, 2qts 1 vaga 2banhs Tr: 3032-7700 98313-0206 cj5179

**3 QUARTOS**

**PLANO EMPREEND.**  
**106** Apto andar alto 3qts 154m<sup>2</sup> 1 suite 1 vaga 3banhs vista livre c/ playground 3032-7700 98313-0206 cj5179

**4 OU MAIS QUARTOS**

**PLANO EMPREEND.**  
**110 NORTE** Luxuoso Res. Caravelas 4qts 238m<sup>2</sup> Alto padrão, canto c/ 3 vagas 3032-7700 98313-0206 cj5179

**O MELHOR 4 SUÍTES**  
**115 NORTE** 220 m<sup>2</sup>, 4 suites, 3 vagas soltas, andar alto. Tratar: 61 98466-1844 creci 7432

**ASA SUL**

**1 QUARTO**

**CLASSIFICADOS**

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEixe SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

**PREÇO ESPECIAL**

**ANUNCIE AQUI!**

ENTRE EM CONTATO CONOSCO  
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

**LAGO NORTE**

**3 QUARTOS**

**ACHEI IMÓVEIS DF**  
**CA 08** apto 3qtos 228m<sup>2</sup> cond fechado 98311-5595 c/19540

**INVEST FLAT VENDE**  
**PARK SUL** excelente apto 1 qto 50m<sup>2</sup>. Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

**ACHEI IMÓVEIS DF**  
**CA 08** apto 3qtos 228m<sup>2</sup> cond fechado 98311-5595 c/19540

**1.2 ASA SUL**

**4 OU MAIS QUARTOS**

**\*\*PARTICULAR\*\***  
**312 SQS**, 04 qtos, 04 suites, reformado, mobiliado, área 450m<sup>2</sup>, 2gar. Tr: 61 99985-8313

**GUARÁ**

**2 QUARTOS**

**J RIBEIRO VENDE**  
**AE 02** Apto 2 qtos 2 suites 2 vagas 3 banhs. CJ 5211. Tr: 3322-3443

**ADELSON IMÓVEIS**  
**QI 31** 2qtos suite vazio 4º andar garagem elevador R\$460 mil 99857115 c1533

**ADELSON IMÓVEIS**  
**LUGAR CERTO** Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

**3 QUARTOS**

**TRATO FEITO IMÓV**  
**LUGAR CERTO** Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

**LAGO NORTE**

**3 QUARTOS**

**ACHEI IMÓVEIS DF**  
**CA 08** apto 3qtos 228m<sup>2</sup> cond fechado 98311-5595 c/19540

**ACHEI IMÓVEIS DF**  
**CA 08** apto 3qtos 228m<sup>2</sup> cond fechado 98311-5595 c/19540

**1.2 NOROESTE**

**NOROESTE**

**3 QUARTOS**

**ACHEI IMÓVEIS DF**  
**SQNW 102** Ap 101m<sup>2</sup> 3 qtos 2 vgas 98311-5595

**NÚCLEO BANDEIRANTE**

**2 QUARTOS**

**RITA LANDIM**  
**LUGAR CERTO** Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

**SAMAMBAIA**

**2 QUARTOS**

**TRATO FEITO IMÓV**  
**QN 412** Vende Apto 46m<sup>2</sup>, 2qtos 1 suite banheiro. Tr. 99418-8477 cj21694

**SUDOESTE**

**3 QUARTOS**

**ACHEI IMÓVEIS DF**  
**SQSW 500** Moderno apto 3qtos 109m<sup>2</sup> 2 vagas. Tr: 98311-5595

**TAGUATINGA**

**2 QUARTOS**

**MEU IMÓVEL IMOB**  
**CNB 06** Res Dona Elvira 2qts c/ste 72m<sup>2</sup> 1 vaga arms Ac financ FG-TS 99562-4472 cj25698

**ACHEI IMÓVEIS DF**  
**QSF 01** Apto 2qt 60m<sup>2</sup> 1 vaga 98311-5595/99112-3991 c/19540

**ACHEI IMÓVEIS DF**  
**QSF 01** Apto 2qt 60m<sup>2</sup> 1 vaga 98311-5595/99112-3991 c/19540

**1.2 VALPARAÍSO**

**VALPARAÍSO**

**2 QUARTOS**

**INVEST FLAT VENDE**  
**PARQUE ESPLANADA** apto 2qtos sala banh coz planejada c/elevador Tr: 3033-3865 cj21229

**1.3 CASAS**

**ÁGUAS CLARAS**

**4 OU MAIS QUARTOS**

**ACONTECE IMOBILIÁRIA**  
**QS 06** reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m<sup>2</sup> área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

**CANDANGOLÂNDIA**

**2 QUARTOS**

**MEU IMÓVEL IMOB**  
**QR 02** 2qts (2stes) proj. p/ 3 andares lt 128m<sup>2</sup> ár. churrasq. 3vgs gar 99562-4472 cj25698

**CEILÂNDIA**

**2 QUARTOS**

**QNN 39** Vdo 2 casas frent e fdos 2q á/s gar quit 99585-8326 c4138

**QNN 39** Vdo 2 casas frent e fdos 2q á/s gar quit 99585-8326 c4138

**GUARÁ**

**3 QUARTOS**

**ADELSON IMÓVEIS**  
**QE 15** casa de esquina 3 qtos garagem lote 120m<sup>2</sup> laje R\$650.000. 99985-7115 c1533

**ADELSON IMÓVEIS**  
**QE 26** 3 qtos laje lote 200m<sup>2</sup>, 180m<sup>2</sup> construída R\$ 850.000. Ac financ 99985-7115 c1533

**ADELSON IMÓVEIS**  
**QE 15** casa de esquina 3 qtos garagem lote 120m<sup>2</sup> laje R\$650.000. 99985-7115 c1533

**ADELSON IMÓVEIS**  
**QE 26** 3 qtos laje lote 200m<sup>2</sup>, 180m<sup>2</sup> construída R\$ 850.000. Ac financ 99985-7115 c1533

**1.3 GUARÁ**

**4 OU MAIS QUARTOS**

**ADELSON IMÓVEIS**  
**QE 38** sobradão 4qtos 2 stes 300m<sup>2</sup> ar construída arms 2gar. Ac financ 99985-7115 c1533

**JARDIM BOTÂNICO**

**3 QUARTOS**

**J RIBEIRO VENDE**  
**COND QUINTAS** Interlagos Casa Espectacular 135m<sup>2</sup> 3 qtos 1 suite pisc. aquecida closets hidro CJ 5211 3322-3443

**LAGO NORTE**

**3 QUARTOS**

**QI 03** Vdo cs 4qts (ste) 2sls wc 4vagas gar var pisc 99585-8326 c4138

**NÚCLEO BANDEIRANTE**

**3 QUARTOS**

**RITA LANDIM VENDE**  
**3ª AV** Casa 245m<sup>2</sup> 3qtos 1suite 2 vagas 2 banhs 99673-2538

**PARK WAY**

**4 OU MAIS QUARTOS**

**RITA LANDIM VENDE**  
**QD 01** casa c/ 4 qtos 400m<sup>2</sup> de á.constr. terreno de 2.500m<sup>2</sup> 3552-4358 c/12179

**RITA LANDIM VENDE**  
**QD 01** casa c/ 4 qtos 400m<sup>2</sup> de á.constr. terreno de 2.500m<sup>2</sup> 3552-4358 c/12179

**OS MELHORES**

**REGINA NEVES**

**CONSULTORA IMOBILIÁRIA**

**CRECI 19395**

**IMOVEIS DE GOIÂNIA**

**QUER MORAR OU**

**INVESTIR EM**

**GOIÂNIA?**

**TENHO AS MELHORES**

**OPÇÕES PRA VOCÊ!**

**(62) 98280-1111**

**APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR E VEJA AS OFERTAS!**

**APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR E VEJA AS OFERTAS!**

**1.3 SOBRADINHO**

**SOBRADINHO**

**2 QUARTOS**

**PEDRO JR C1278 VENDE**  
**AR 10** casa de 2 qtos c/ 2 vagas R\$ 150.000. Tr: 98481-4268/ 3591-1306

**PEDRO JÚNIOR**  
**ESCRITÓRIO IMOBILIÁRIO.** Os melhores imóveis estão aqui! lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

**3 QUARTOS**

**PEDRO JR C 1278 VENDE**  
**QD 02** cs 3 qtos c/suite e arm. sl estar coz. wc c/blindex 98481-4268

**TAGUATINGA**

**3 QUARTOS**

**CONVICTA IMÓVES VENDE**  
**QNL 18** casa 3qts 120m<sup>2</sup>, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

**CONVICTA IMÓVES VENDE**  
**QNL 18** casa 3qts 120m<sup>2</sup>, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

**4 OU MAIS QUARTOS**

**RITA LANDIM VENDE**  
**COND PREMIUM** excel casa 280m<sup>2</sup> cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

**1.4** ASA NORTE

**1.4** LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

**SR. IMÓVEIS**  
CJ 9417

CLN 410 2 Lojas de frente c/60m de térreo e 120m de subsolo. Alugada. Ótimo preço Tr: 99109-6160 Zap/ 3042-9200 cj9417

ASA SUL

**SR. IMÓVEIS**  
CJ 9417

CLS 310 Vendo Excelente loja com 105 metros c/ 03 pisos alugadas por R\$ 5.670,00 inquilino com mais de 10 anos. Ótima oportunidade. R\$ 1.050.000,00 Ligue e confira: 99109-6160 3042-9200 cj9417 Sr. Imóveis

**SR. IMÓVEIS**  
CJ 9417

CLS 414 Vendo Excelente loja alugada, c/ térreo subsolo sobreloja 250m2, reformada. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

**1.4** ASA NORTE

SALAS

ASA NORTE

**INVEST FLAT VENDE**  
ED FUSION WORK e Live - Sala 37m² 10º andar. Tr: 3033-3865/98581-0151 cj21229

SEPN 509 Ed Isis exte sl elev wc gar fte poent escr 99585-8326 c4138

ASA SUL

**ACONTECE IMOBILIÁRIA**  
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

SUDOESTE

**INVEST FLAT LUGAR CERTO** Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

**1.5** LOTES, ÁREAS E GALPÕES

GAMA

**PEDRO JR C 12778 VENDE**  
COND ALTO da Boa Vista excel lote 504m2. Preço ocasião. 98481-4268

**1.5** GAMA

**PEDRO JR C1278 VENDE**  
COND ALTO da Boa Vista It 504m2 R\$ 400.000,00. Tr: 98481-4268/ 3591-1306

**EXCELENTE LOCALIZAÇÃO**  
QI 06 Terreno à venda no Setor Leste Industrial do Gama. Área com 10.500 m². Tratar: (62) 98112-0219

PARK WAY

**J RIBEIRO VENDE**  
QD 13 Conj. 4 terreno 20.000m2escriturado,plano CJ 5211 3322-3443

VALPARAÍSO

**BR 040/GO 16 MIL M²**  
VALPARAÍSO-GO 300m frente p/ BR 040/GO km 8, á 2,5 km da Havan. BUILT TO SUIT. Próprio para CD, mercado, atacado ou logística. Tr: 61 9.9868-1355 wpp

**1.6** SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

**RITA LANDIM VENDE**  
PADRE BERNARDO GO linda chác. 14.000 m2. 3552-4358 c/12179

**VENDO CHÁCARA**  
PONTE ALTA SUL 3.750m, pertinho da pista. R\$130 Mil. Ac carro (61) 99683-0205

**1.6** OUTROS ESTADOS

OUTROS ESTADOS

**ALEXÂNIA - GO**  
20.000m², Local Plano e Seguro. Água, energia. Net.Lazer ou Morar. Setor Chácaras. A vista. (62) 98406-5441 c/5935

**ARRENDAMENTO SÃOJOÃO DA ALIANÇA-GO** 500 Hectares formados em terra de cultura. Diversas nascentes, divisões em cercas de arame liso lascas de arceira, Casas, galpões, currais, brete e balança. 50 Reais por cabeça. Para 500 cabeças. 2 anos ou mais de contrato. Tr: 61 99949-1970

**VALE DO PARANÁ - GO ÚLTIMA FRENTEIRA**  
Agrícola do Estado de Goiás. Distante 270Km de Bsb 2.800 Ha, 1.500 Ha formado, bastante água, 40 divisões de pasto, boa sede, 2 currais ót preço 61 99978-1485

**VALE DO PARANÁ - GO ÚLTIMA FRENTEIRA**  
Agrícola do Estado de Goiás. Distante 270Km de Bsb 2.800 Ha, 1.500 Ha formado, bastante água, 40 divisões de pasto, boa sede, 2 currais ót preço 61 99978-1485

**ARRENDAMENTO SÃOJOÃO DA ALIANÇA-GO** 500 Hectares formados em terra de cultura. Diversas nascentes, divisões em cercas de arame liso lascas de arceira, Casas, galpões, currais, brete e balança. 50 Reais por cabeça. Para 500 cabeças. 2 anos ou mais de contrato. Tr: 61 99949-1970

**2**

**IMÓVEIS ALUGUEL**

**2.1 Apart Hotel**  
**2.2 Apartamentos**  
**2.3 Casas**  
**2.4 Lojas e Salas**  
**2.5 Lotes, Áreas e Galpões**  
**2.6 Quartos e Pensões**  
**2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas**

**2.2** APARTAMENTOS

ASA SUL

2 QUARTOS

**J. RIBEIRO LUGAR CERTO** Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

**CONVICTA IMÓVES ALUGA**  
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz à99112-3703 / 3386-9000 cj22002

**CONVICTA IMÓVES ALUGA**  
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz à99112-3703 / 3386-9000 cj22002

**2.2** SUDOESTE

SUDOESTE

2 QUARTOS

**ACONTECE IMOBILIÁRIA LUGARCERTO.COM.**  
BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

**2.3** CASAS

GUARÁ

2 QUARTOS

**QI 05** Conjunto U casa 35 . Aluga-se ótima cs de fundos Casa de fundos 2q suite e wc social c/ coz americana e lavanderia. Tratar no local.

**TRATO FEITO IMÓV**

**QI 10** Aluga casa 70m2, 2 qtos 1 banheiro social sala cozinha. Tr: 99418-8477 cj21694

3 QUARTOS

**QE 21** 3qts c/arms 2wc toda na laje. Só via Msg WhatsApp 99982-2672

LAGO SUL

4 OU MAIS QUARTOS

**J RIBEIRO ALUGA**  
**QI 26** Casa 4 qtos 440m2 sala 2 amb. var vista P.JK R\$ 12.500. cj5211 33223443

**J RIBEIRO ALUGA**  
**QI 26** Casa 4 qtos 440m2 sala 2 amb. var vista P.JK R\$ 12.500. cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

**3ª AV** Casa Vazada 3qts sendo 2stes 4 banhs 2 coz 5vgs gar banh hidro aquec.,solar água quente em toda a casa áárea gourmet 200m de área constr R\$3.500 99267-1972

**3ª AV** Casa Vazada 3qts sendo 2stes 4 banhs 2 coz 5vgs gar banh hidro aquec.,solar água quente em toda a casa áárea gourmet 200m de área constr R\$3.500 99267-1972

**2.3** RECANTO DAS EMAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

**CONVICTA IMOVEIS LUGAR CERTO** Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

**ACONTECE IMOBILIÁRIA**  
101 BLOCO | alugo apto 3 qtos 110m2 1 su'cite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

**CONVICTA IMÓVES ALUGA**  
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

**2.4** LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA SUL

**SR. IMÓVEIS**  
CJ 9417

CLS 415 SUL Loja dupla com subsolo térreo sobreloja c/ 240m2 Reformada (61) 99109-6160 Zap 3042-9200 cj9417

CANDANGOLÂNDIA

**CONVICTA IMÓVES ALUGA**  
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

GAMA

**ALUGAMOS:** Salas comerciais, lojas e prédio no Gama. 99976-4334

GUARÁ

**TRATO FEITO IMÓV**  
**QE 04** Aluga lojas próx a praça, mercado, escolas, comércios etc 99418-8477 cj21694

**2.4** TAGUATINGA

TAGUATINGA

**PISTÃO SUL-LADO HOB**  
QSD 11 Loja 50m² + lote 300m² frente Shopping 99906-6929 c1158

**3**

**VEÍCULOS**

**3.1 Automóveis**

**3.2 Caminhonetes e Utilitários**

**3.3 Caminhões**

**3.4 Motos**

**3.5 Outros Veículos**

**3.6 Peças e Serviços**

**3.1 AUTOMÓVEIS**

FABRICANTES

AUDI

**AUTOCRED**  
Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

**AUTOCRED**  
TIGGO/22 5x TxS 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

VOLKS

**AUTOCRED VRUM.COM.BR** Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

**3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS**

FABRICANTES

FORD

**AUTOCRED**  
RANGER 20/21 XLT 3.2 20V 4x4 CD diesel aut. 99288-9231

JEEP

**AUTOCRED**  
RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANVISA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

**PREGÃO ELETRÔNICO 90012/2024**

UASG 253002

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de operação, suporte e sustentação da infraestrutura de TI, nos termos do edital.

DATA, HORÁRIO E LOCAL DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 06/01/2025, às 10:30h, [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

INFORMAÇÃO GERAL: O edital encontra-se à disposição dos interessados no site oficial do Governo Federal: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e na Coordenação de Licitações Públicas - COLIP/GGGAF/ANVISA, localizada no SIA, Trecho 5, Área Especial nº 57, Bloco D, Térreo, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:59 horas.

RENATA MENESES DE MELO  
Coordenador de Licitações Públicas

**Disque-Denúncia**

**Secretaria de Segurança Pública.**

Uma nova arma contra a criminalidade Sigilo absoluto.

**197**

**PARA CADA MOMENTO DA VIDA, EXISTE UM LUGAR CERTO.**

*Acesse e encontre o seu.*

**LUGARCERTO.COM.BR**  
O portal de imóveis para quem quer comprar ou alugar.

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.

**lugarcerto**  
.com.br

**CORREIO BRAZILIENSE**  
Você à frente de tudo



**4**

### CASA & SERVIÇOS

**4.1 Construção e Reforma**  
**4.2 Moda, Vestuário e Beleza**  
**4.3 Saúde**  
**4.2 Comemorações, e Eventos**  
**4.5 Serviços Profissionais**  
**4.6 Som e Imagem**  
**4.7 Diversos**

**4.5**

SERVIÇOS  
PROFISSIONAIS

ADVOCACIA

ADVOGADO  
**CRIMINAL ATENDE**  
 em todo Brasil. Tr: (61) 99318-7858 / (62) 99630-0702 OAB 60621

ADVOGADO  
**CRIMINAL ATENDE**  
 em todo Brasil. Tr: (61) 99318-7858 / (62) 99630-0702 OAB 60621

ADVOGADO  
**CRIMINAL ATENDE**  
 em todo Brasil. Tr: (61) 99318-7858 / (62) 99630-0702 OAB 60621

**5**

### NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

**5.1 Agricultura e Pecuária**  
**5.2 Comunicados, Mensagens e Editais**  
**5.3 Infomática**  
**5.4 Oportunidades**  
**5.5 Pontos Comerciais**  
**5.6 Telecomunicações**  
**5.7 Turismo e Lazer**

5.2

COMUNICADOS,  
MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

AMOR DE VOLTA  
 EM 6 HORAS

ABA faz pacto de riqueza, cura impotência sexual, ejaculação precoce, frieza sexual, afasta rivais, fornece números da sorte para jogos de loteria. Garantido em contrato. Falar c/ a Profª Jana (61) 9.9149-8430

ANUNCIE O  
 SEU  
 PRODUTO  
 LIGUE  
 PARA:  
**61 3342-1000**  
 CLASSIFICADOS

5.2

MÍSTICOS

**DONA DAYANE**  
**ASTRÓLOGA FAZ** e desfaz todo tipo de trabalho. Amarração do amor, abertura de caminho, cura impotência. Consultas através de Tarot e Búzios. Tel: (61) 98158-7594

5.4

OPORTUNIDADES

CRÉDITO

DINHEIRO E FINANÇAS

DINHEIRO NA HORA  
**DINHEIRO NA HORA** para funcionário público em geral com cheque desc. em folha, déb. em conta sem consulta spc/serasa. Tel. 4101-6727 98449-3461

DINHEIRO NA HORA  
**DINHEIRO NA HORA** para funcionário público em geral com cheque desc. em folha, déb. em conta sem consulta spc/serasa. Tel. 4101-6727 98449-3461

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**AVISOS DE LICITAÇÃO**  
 Pregão Eletrônico n. 90068/24

**OBJETO:** Prestação de serviços continuados nas áreas de operação de tráfego, condução e higienização de veículos pelo período de 30 (trinta) meses  
**DATA DA ABERTURA:** 08/01/2025, às 10h.  
**Pregão Eletrônico n. 90076/24**

**OBJETO:** Aquisição de licenças perpétuas do produto Microsoft SQL Server Enterprise Edition versão 2022, com Software Assurance (S.A.) por 36 (trinta e seis) meses, licenciado por volume e por núcleo de processamento, aplicável como "Registro para Servidor e Nuvem" e para "Adição em novos contratos".  
**DATA DA ABERTURA:** 09/01/2025, às 10h.  
**EDITAIS E INFORMAÇÕES:** 14º andar do Edifício Anexo I - fone (61) 3216-4907; bem como no endereço eletrônico: www.camara.leg.br e www.gov.br/compras.  
**DANIEL DE SOUZA ANDRADE**  
 Pregoeiro

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL  
 REGISTRADORA  
 RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA  
 HELDER PEREIRA DE CARVALHO  
 DEMERVAL SILVA CAIXETA JUNIOR  
 SUBSTITUTOS

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, o CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelo ofício nº 198255/2024 - CESAV/BU de 10/09/2024, requereu a este Serviço Registral a intimação de **MARIVANIA GARCIA DA ROCHA**, brasileira, administradora, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 564.913.441-34, residente e domiciliada nesta cidade, nos seguintes endereços: 1) Apartamento nº 11-33, situado no 3º Pavimento, do Bloco "I", da Rua "I", da Quadra Condominial QC8, Avenida Mangueiral, do SHMA; e, 2) Casa nº 07, Conjunto "E", Condomínio Jardim Europa II, Rodovia DF-150, Grande Colorado (sobradinho), na qualidade de DEVEDORA FIDUCIANTE nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaça o pagamento da importância de R\$ 8.893,72 (oito mil e oitocentos e noventa e três reais e setenta e dois centavos), atualizada até o dia 20/12/2024, correspondente as prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da cédula de crédito bancário com alienação Fiduciária do Apartamento nº 11-33, situado no 3º Pavimento, do Bloco "I", da Rua "I", da Quadra Condominial QC8, Avenida Mangueiral, do SHMA, nesta cidade, registradas sob os nºs R.8 e R.9 na matrícula nº 122.750. A Devedora Fiduciante não foi localizada nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal. Desta forma, fica o DEVEDOR FIDUCIANTE, acima qualificadas, CONSTITUÍDA EM MORA E INTIMADA, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS - QUADRA 08 - BLOCO "B" nº 60 - SALA 140C - "VENÂNCIO SHOPPING" anteriormente denominado "Venâncio 2000", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Apartamento nº 11-33, situado no 3º Pavimento, do Bloco "I", da Rua "I", da Quadra Condominial QC8, Avenida Mangueiral, do SHMA, desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 04 (quatro) dias do mês de dezembro de 2024.

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL  
 OFICIAL.

5.7

TEMPORADA

5.7

TURISMO E LAZER

SERVIÇOS

TEMPORADA

HOTEL HOT SPRINGS  
**CALDAS NOVAS (GO)** Apto 7 piscina, sauna, frigobar, ar condicionado, banheira 4 pessoas. Whats (61) 99987-9698

OUTROS

ACOMPANHANTE

FAÇO ORAL  
**GINA 35 ANOS** Oral até o fim em homens ativos deixo finalizar na boca A.Nt 61 99662-9136

MULATA GOSTOSA  
**SANDRA MULATA** Playboy mando foto nua geomo gostoso ambiente discreto (61) 98539-7146

5.7

MASSAGEM RELAX

MASSAGEM RELAX

MASSAGEM PROSTÁTICA  
 INVERSÃO DE papéis.  
 Orgasmos duplo.  
 6133267752/992004541

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego  
 6.2 Procura por Emprego  
 6.3 Ensino e Treinamento

6.1

OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AUXILIAR DE AR CONDICIONADO  
 CONTRATA-SE preferênci-  
 a CNH tipo "B". Enviar  
 currículo para: contato  
 @farccondicionado.com

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
 Pregão Eletrônico TSE Nº 90048/2024

Nº Processo: 4310-5/2024. Objeto: Aquisição de equipamentos para modernização do parque de audiovisual, consoante especificações, exigências e prazos constantes deste Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 15. Edital: 19/12/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Setor de Administração Federal Sul Quadra 7 Lote 1/2, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/70001-5-90048-2024. Entrega das Propostas: a partir de 19/12/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 03/01/2025 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL  
 REGISTRADORA  
 RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA  
 HELDER PEREIRA DE CARVALHO  
 DEMERVAL SILVA CAIXETA JUNIOR  
 SUBSTITUTOS

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, o CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, ofício nº 197330/2024 - CESAV/BU de 09/09/2024, requereu a este Serviço Registral as intimações de **HUGO SOUZA PEREIRA**, brasileiro, proprietário de estabelecimento comercial, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 023.827.601-50, residente e domiciliado nesta cidade, nos seguintes endereços: 1) Apartamento nº 203, situado no 1º Pavimento, Entrada nº 14, do Bloco "G", da Quadra 716, do SCLR/Norte; e, 2) Apartamento nº 501, Lote nº 05 - CNB nº 04, na qualidade de DEVEDOR FIDUCIANTE nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaça o pagamento da importância de R\$54.212,70 (cinquenta e quatro mil e duzentos e doze reais e setenta centavos), atualizada até o dia 28/11/2024, correspondente as prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da cédula de crédito bancário com alienação Fiduciária do Apartamento nº 203, situado no 1º Pavimento, Entrada nº 14, do Bloco "G", da Quadra 716, do SCLR/Norte, nesta cidade, registrada sob os nºs R.10 e R.11, na matrícula nº 58.953. O Devedor Fiduciante não foi localizado nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com a certidão do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal. Desta forma, fica o DEVEDOR FIDUCIANTE, acima qualificado, CONSTITUÍDO EM MORA E INTIMADO, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS - QUADRA 08 - BLOCO "B" nº 60 - SALA 140C - "VENÂNCIO SHOPPING" anteriormente denominado "Venâncio 2000", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Apartamento nº 203, situado no 1º Pavimento, Entrada nº 14, do Bloco "G", da Quadra 716, do SCLR/Norte, desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de outubro de 2024.

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL -  
 OFICIAL.

6.1

NÍVEL BÁSICO

AUXILIAR de Cozinha c/ experiência. Contato:98570-8434 ou e-mail saboramillp@gmail.com

CASEIRO para serv. gerais p/morar c/ exp. área rural 99903-0605

ÓTIMOS GANHOS!!  
 MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

CABELEIREIRO/ BARBEIRO c/ comissão garantida. (61)98313-1840

NÍVEL MÉDIO

QUATRO /TAIAN  
 CONTRATA  
**BARMAN COM EXPERIENCIA** Sushiman e Pizzaiolo p/ Águas Claras. Salário a combinar + benefícios. Currículo: 99981-0544 WhatsApp

ELETRICISTA -  
 Contrata-se. CV p/ audisolar.df@gmail.com

6.1

NÍVEL MÉDIO

MANICURE, CABELEIREIRO (A), depiladora, maquiador (a) e design de sobrancelhas p/ salão de beleza no Paranoá. Tr. 99904-7699

PRECISA-SE  
 MASSAGISTA com ou sem experiência. Tratar: Kely (61) 99371-7655

MASSAGISTA CONTRATO com experiência. Tr: 99214-4076

CONTRATA-SE  
**VENDEDOR(A) COM EXPERIÊNCIA.** (Vaga disponível para Casa Park. Interessados enviarem currículo com pretensão salarial para: (62) 98154-7051 ou primecasapark27@gmail.com

6.2

PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

DIARISTA E DOMÉSTICA Ofereço-me c/ ótimas referências F: 99808-6053

6.1

NÍVEL MÉDIO

VENDEDOR (A) somente com prática Loja Material de Construção ou ferragens p/trabalhar na Asa Sul. Salário R\$ 1.900,00 fixo + VT e VA. Tr: 61 99644-5136

NÍVEL SUPERIOR

ESTAGIÁRIA DIREITO contrata-se acima 5º semestre 62 98207-6947

6.2

PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

DIARISTA E DOMÉSTICA Ofereço-me c/ ótimas referências F: 99808-6053

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA - FAO

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - UTF/BRA/089/BRA EDITAL - CÓDIGO: TR CONS 0020-2024 DAMEI-SE-MDA 1 VAGA - MODALIDADE PRODUTO

Formação: Grandes áreas do conhecimento de Ciências Exatas e da Terra, Engenharias ou Ciências Sociais aplicadas de acordo com a tabela de áreas de conhecimentos das CAPES/CNPq. **Experiência Profissional:** Experiência mínima de 05 (cinco) anos em tecnologia da informação, banco de dados, análise de dados, desenvolvimento de sistemas e linguagem de programação, ou Especialização e 04 anos de experiência, ou Mestrado e 03 anos de experiência, ou doutorado e 02 anos de experiência. Desejável experiência com conhecimento em tratamento, cruzamento e geração de dados; Conhecimento em automação de rotinas; Conhecimento em montagem de banco de dados; Conhecimento em avaliação de qualidade de dados; Conhecimento sobre as Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária; Conhecimento sobre monitoramento e avaliação de políticas públicas. **Vigência Contratual:** 11 (onze) meses. **Outras informações:** Para participar da seleção, os candidatos deverão se cadastrar no processo, **impreterivelmente, entre os dias 19/12/2024 e 04/01/2025 às 18h59min00seg (horário de Brasília), no link da FAO: https://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/recrutamento-e-selecao/pt/ - Job Title: Specialist on Systematization of Family Farming Data (2403792).** A responsabilidade pelo processo seletivo é de competência da entidade executora nacional, conforme legislação vigente. Não serão contratados servidores públicos (federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal) ativos da Administração Pública Direta ou Indireta. **Fundamento Legal:** Decreto nº 5.151/2004; Portarias MRE nº 8/2017, e MDA nº 47/2014. **OS CURRÍCULOS DEVERÃO SER PREENCHIDOS EM PORTUGUÊS. A comissão de seleção apenas analisará os currículos que informarem o período (mês e ano) de entrada e saída de cada experiência adquirida.**

Poder Judiciário da União  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS  
 2VFAMOSACL - 2ª Vara de Família e de Órãos e Sucessões de Águas Claras

Quadra 202, Lote 01, Sala 2.24, 01, Sul (Águas Claras), BRASÍLIA - DF - CEP: 71937-720 E-mail: 02vfos.agc@tjdft.jus.br Telefones: (61) 3103-8599 e 3103-8597 - Balcão Virtual: para questões urgentes - https://balcaovirtual.tjdft.jus.br - 2VFOSACL Horário de atendimento: das 12h às 19h

**EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA**

Processo Nº 0706970-42.2024.8.07.0008  
 Ação: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)  
 REQUERENTE: JANICE CRUZ DE SOUZA  
 REQUERIDO: FLAVIO ALESSANDRO CRUZ DE SOUZA REPRESENTANTE LEGAL: JANICE CRUZ DE SOUZA

A Dr(a). MARIA LUISA SILVA RIBEIRO, J uíza de Direito da 2ª Vara de Família e de Órãos e Sucessões de Águas Claras, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da Ação de INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0706970-42.2024.8.07.0008, ajuizada por REQUERENTE: JANICE CRUZ DE SOUZA em desfavor de REQUERIDO: FLAVIO ALESSANDRO CRUZ DE SOUZA REPRESENTANTE LEGAL: JANICE CRUZ DE SOUZA, foi **DECRETADA**, mediante **sentença proferida em 24/11/2024, devidamente transitada em julgado em 26/11/2024, a SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA de FLAVIO ALESSANDRO CRUZ DE SOUZA** (brasileiro, solteiro, interditado, CI Nº 2.289.931 SSP/DF, CPF Nº 740.309.061-88, nascido em 21/02/1972, filho de Ananias Antônio de Souza e Janice Cruz de Souza), destituindo-se do cargo Marcelo Antônio Cruz de Souza, bem como nomeada como nova **Curadora (A) JANICE CRUZ DE SOUZA** (brasileira, viúva, aposentada e pensionista, CI Nº 541.011 SSP/DF, CPF Nº 329.834.091-04). E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015). Este J uízo tem sede na 2ª Vara de Família, Órãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária de Águas Claras, Quadra 202, lote 01, Águas Claras/DF - CEP: 71937720 - Horário de Funcionamento: 12h00 às 19h00. Eu, Diretor de Secretaria, confiro e assino por determinação do(a) MM(J). J uiz(a) de Direito.

DOCUMENTO DATADO E ASSINADO DIGITALMENTE, CONFORME CERTIFICAÇÃO ELETRÔNICA

Este documento foi gerado pelo usuário 591\*\*\*\*, em 16/12/2024 09:11:18. Número do documento: 241127191723000000009518008 https://pje.trf3.jus.br/443/gde/Processo/Consulta/document/listView.seam?x=241127191723000000009518008 Assinado eletronicamente por: HEBER MOREIRA - 27/11/2024 19:17:23

# PUBLICIDADE LEGAL

Garanta a visibilidade que sua empresa precisa no jornal de maior circulação no Distrito Federal.

Balanços - Atas - Comunicados  
Extravios - Convocações - Editais  
Avisos - Regulamentos  
Licitações - Leilões - Pregões

Impresso e digital com  
certificação do ICP

ENTRE EM CONTATO:



(61) 98167-9999



(61) **3342-1000**

Escolha a opção 04

Horário de atendimento de segunda a sexta-feira de 9h às 18h e aos sábados de 8h às 12h - **\*domingos e feriados fechados\***

**CORREIO  
BRAZILIENSE**

www.CORREIO BRAZILIENSE.com.br

